

ANAIIS DO

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

**DESAFIOS DA
PSICOLOGIA
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**



UNILEÃO
Centro Universitário

ISBN
978-65-990525-0-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

2

Ficha Catalográfica Biblioteca Professor Vladenir Pontes Menezes

C749 Encontro de Psicologia da Unileão (1.: 2019: Juazeiro do Norte, Ce)
Desafios da Psicologia no Mundo Contemporâneo. I Encontro de Psicologia da Unileão,
Juazeiro do Norte, Ceará, 27 – 28 de agosto, 2019/ Juazeiro do Norte,
CE: Centro Universitário Leão Sampaio, 2019.
139p.

Organização de Tiago Deividly Bento Serafim

1. Psicologia. 2. Desafios da psicologia. I. Título.

CDD: 150

Anízia Maria Lima Nogueira CRB – 3/918

CORPO EDITORIAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

FLAVIANE CRISTINE TROGLIO DA SILVA
FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR
ÍTALO EMANUEL PINHEIRO DE LIMA
JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE
JOEL LIMA JUNIOR
TIAGO DEIVIDY BENTO SERAFIM

COMISSÃO ORGANIZADORA

ALEX FIGUEIREDO DA NÓBREGA
FLAVIANE CRISTINE TROGLIO DA SILVA
CÍCERA JAQUELINE SOBREIRA ANDRIOLA
FÁZIA BEATRIZ TORRES AMORIM
INDIRA FEITOSA SIEBRA DE HOLANDA
LARISSA MARIA LINARD RAMALHO
LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES
MARCOS TELES DO NASCIMENTO
MOEMA ALVES MACEDO
NADYA RAVELLA SIEBRA DE BRITO
NADYELLE DINIZ GINO
TIAGO DEIVIDY BENTO SERAFIM

RESUMOS EXPANDIDOS

A ESPIRITUALIDADE E A RELIGIOSIDADE NO ENFRENTAMENTO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Diogo Inácio dos Santos (diogoinacio.psi@gmail.com)

Marcos Teles do Nascimento

1 INTRODUÇÃO

De acordo com estudos recentes e coleta de dados epidemiológicos através do INCA (2017), Ministério da Saúde (BRASIL, 2017a) e IBGE (BRASIL, 2017b), o câncer é uma condição patológica que atinge altos índices da população brasileira, sendo a segunda causa de mortalidade em todo o território nacional, totalizando 215.217 óbitos apenas no ano de 2016. Contudo, apesar dos avanços médicos-científicos e tecnológicos no tratamento oncológico ocorridos nas últimas décadas, o diagnóstico de neoplasia ainda é considerado como uma sentença de morte para os sujeitos acometidos (MIRANDA; LANNA; FELIPPE, 2015; KARKOW et al., 2015; RAMALHO et al, 2018).

Dessa forma, o paciente busca elaborar estratégias de enfrentamento, também chamado de *coping*, através de um processo de reflexão e ressignificação de sua vida, geralmente relacionadas à religiosidade e/ou à espiritualidade, ou seja, a transcendência de si mesmo (SEIDL; TRÓCCOLI; ZANNON, 2001). Assim, tem-se como objetivo principal compreender as diferentes formas de enfrentamento ao câncer através da religiosidade e da espiritualidade.

2 MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva, de abordagem qualitativa, seguindo as definições propostas por Gil (2002), realizado entre o período de agosto de 2018 à novembro de 2018. As palavras-chave utilizadas para o levantamento de dados foram: (1) psicologia; (2) psico-oncologia; (3) câncer; (4) religiosidade; (5) espiritualidade e (6) enfrentamento, analisados e colhidos através das plataformas: (I) Scielo; (II) Pepsic e (III) Google Acadêmico. Os critérios para inclusão de artigos e livros foram prioritariamente aqueles que fazem aproximações diretas com os objetivos da pesquisa. Para artigos que tratam de conceitos básicos não houve restrição de datas de publicação, entretanto, para artigos que tratam sobre coleta de dados epidemiológicos, intervenções terapêuticas e que mantêm relação com aspectos culturais nas estratégias de enfrentamento, foram utilizados prioritariamente, artigos publicados do ano de 2013 ao ano de 2018. Para livros, não houve restrição de data de publicação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o INCA (2018a), o câncer se caracteriza pelo desenvolvimento anormal e descoordenado das células que invadem órgãos e tecidos. Rapidamente essas células agressivas e incontroláveis se acumulam e formam tumores, também chamados de neoplasias malignas. Sabe-se que o câncer ainda é considerado uma sentença de morte para os sujeitos acometidos, afetando negativamente o cotidiano dos portadores. Crenças enraizadas pela sociedade, estereótipos e concepções reducionistas, somam-se ao impacto do diagnóstico e ocasiona um forte impacto emocional (MIRANDA; LANNA; FELIPPE, 2015; KARKOW et al., 2015; RAMALHO et al., 2018).

Assim, para lidar com essa condição, o sujeito passa a elaborar diferentes estratégias de enfrentamento, destacando-se a religiosidade e a espiritualidade, que prevalece em grande parte dessa população. A espiritualidade é uma grande ferramenta que o sujeito acometido pelo câncer se utiliza para enfrentar dores, perdas ou situações não esperadas através de uma aproximação de valores, crenças e de um processo de ressignificação de sua própria vida e de eventos que apontam para sua fragilidade e finitude (PINTO et al., 2015). As estratégias de enfrentamento são classificadas conforme com suas funções e podem estar focadas nas emoções ou nos problemas.

De acordo com Seidl, Tróccoli e Zannon (2001), o enfrentamento focado nas emoções tem como função a regulação de respostas emocionais causadas por eventos ou estímulos aversivos, podendo ser caracterizado por comportamentos de fuga e/ou esquiva. Segundo os mesmos autores, o enfrentamento focado nos problemas possibilita com que o sujeito busque estratégias ativas de planejamento e solução de problemas, aproximando-se dos possíveis estressores. Assim, o enfrentamento ao câncer pode ser focado nas emoções ou nos problemas, deixando uma via de mão dupla com direcionamento baseado na percepção e no histórico de vida do sujeito.

Segundo Koenig, Pargament e Nielsen (1998), entendem-se como estratégias de enfrentamento positivo, aquelas que promovem melhoras na saúde mental, na redução do estresse, no crescimento espiritual e na cooperatividade. Já as estratégias de enfrentamento negativo estão relacionadas a efeitos prejudiciais na qualidade de vida, depressão e bem-estar físico, assim como a não adesão ao tratamento por acreditar em intermédios transcendentais.

Outros estudos sobre enfrentamento concentram-se na investigação da forma como cada indivíduo reage e lida com eventos passados e acontecimentos presentes, apontando para a importância do *coping* pró-ativo, voltado para as perspectivas futuras. Com isso, a compreensão das maneiras subjetivas com que cada sujeito lida com eventos iminentes possibilita com que os mesmos elaborem estratégias para prevenir ou alterar as consequências negativas de eventos potencialmente aversivos (PEREIRA, 2011).

4 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos no presente estudo apontam para a importância de o profissional da psicologia adotar uma compreensão da totalidade do paciente oncológico, devendo ser considerados seus aspectos religiosos e espirituais, bem como suas crenças e valores. Também foi verificado que o enfrentamento religioso/espiritual contribui de forma significativa para a adesão ao tratamento, para a solução ativa de problemáticas, na redução do estresse e ansiedade e na busca de significado e/ou ressignificação de sua vida através da perspectiva futura. Assim, esse estudo proporciona uma compreensão profunda e integral acerca do câncer, desmistificando o processo e rompendo com crenças enraizadas pela cultura e seus respectivos estímulos. O estudo ainda possibilita com que o profissional da psicologia elabore estratégias de intervenções psicoterapêuticas mais eficazes, trazendo tanto propostas preventivas, como de promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Saúde Brasil 2015/2016 : uma análise da situação de saúde e da epidemia pelo vírus Zika e por outras doenças transmitidas pelo Aedes aegypti** [recurso eletrônico]. Brasília : Ministério da Saúde, 2017a.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Tábua** ISBN 978-65-990525-0-7

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

completa de mortalidade para o Brasil – 2016: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2018:** incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2017.

_____. Instituto Nacional do Câncer. **O que é o câncer.** Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=322> Acesso em: 18 ago. 2018a.

KARKOW, M. C. et al. Experiência de famílias frente à revelação do diagnóstico de câncer em um de seus integrantes. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 19, n. 3, p. 741-751, 2015.

KOENIG, H. G.; PARGAMENT, K. I.; NIELSEN, J. Enfrentamento religioso e estado de saúde em adultos idosos hospitalizados. **O Jornal de doenças nervosas e mentais**, v. 186, n. 9, p. 513-521, 1998.

MIRANDA, S. L.; LANNA, M. A. L.; FELIPPE, W. C.. Espiritualidade, Depressão e Qualidade de Vida no Enfrentamento do Câncer: Estudo Exploratório. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 870-885, 2015.

PEREIRA, A. S.. Psicologia Saúde e Espiritualidade. In: **Livro de ACTAS ACTS of Congress**. p. 7-15, 2011.

PINTO, A. C. et al. A importância da espiritualidade em pacientes com câncer. **Rev. Saúde Com.**, v. 11, n. 2, p. 114-122, 2015.

RAMALHO, M. N. A. et al. Cuidados paliativos: percepção de familiares cuidadores de pessoas com câncer. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 17, n. 2, 2018.

SEIDL, E. M. F.; TRÓCCOLI, B. T.; ZANNON, C. M. L. C. Análise fatorial de uma medida de estratégias de enfrentamento. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 17, n. 3, p. 225-234, 2001.

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SUBJETIVA DO POLICIAL MILITAR DO CEARÁ

Cimara Bandeira de Sousa Caldas (cimarabandeira@hotmail.com)
Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca fomentar um instigante fenômeno que, analisado a partir de uma perspectiva institucional, pretende apreender os processos de incorporação de sujeitos civis na instituição da Polícia Militar do Ceará (PMCE). A partir da investigação do processo de transformação identitária do sujeito civil em policial militar, busca-se responder a problemática de quais seriam os impactos da institucionalização na transformação da identidade do sujeito civil a identidade de policial militar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As instituições totais assumem a posição de um híbrido social: parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal. Dessa forma, a característica mais significativa deste tipo de instituição é em relação a sua tendência de “fechamento” validada pelas barreiras e proibições em relação ao mundo externo e pelo controle de conduta dos sujeitos (Goffman, 2001).

Considerada como uma “máquina modeladora da subjetividade” (BENELLI, 2003, p. 99), as instituições totais se estabelecem através da permanência institucional dos sujeitos internados a uma série de mortificações e mudanças em sua vida psíquica, física e social. Destaque-se que, quando os institucionalizados são fomentados ao processo de “mortificação do eu”, ocorre uma abrupta transformação na norma identitária desses sujeitos.

Goffman (2001) pontua que nas instituições totais os territórios do eu são violados, a fronteira indivíduo/ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas. Essa mortificação é decorrente de rebaixamentos, degradações, humilhações, mudanças na carreira moral e violações. Não obstante, o circuito da mortificação do eu pode provocar além da tensão, o alívio psicológico, a depender do corolário da volição do internado e do tipo de instituição total no qual o sujeito está instituído.

Concomitantemente, pode ocorrer à perda de papéis desempenhados no mundo externo, perda identitária, desfiguração pessoal, rebaixamento no sistema de graduação de idade e os comportamentos dos internos são modelados pela rotina institucional, desconsiderando suas ânsias (LEAL, 2013).

Sendo assim, considerando a Polícia Militar do Ceará enquanto instituição total, a institucionalização à respectiva Corporação Militar pode gerar uma habituação dos internos militares a um condicionamento que demanda uma nova identidade, modificada de acordo com o que é normatizado e autorizado pela instituição militar.

Nesse exercício, os policiais são atingidos por um absolutismo de posição. Quando há a mudança no registro da identidade dos sujeitos, no momento de entrada na PM, essa mudança identitária não é circunstancial nem ao acaso. A mudança de identidade é apenas mais um fator que diligencia que o policial militar será permeado por uma constância de regimes que propiciarão a diretriz integral para os sujeitos. Desta posição, o policial nunca estará falando apenas em sua singularidade, mas, sobretudo, sobre a ótica institucional introjetada (QUEIROZ, 2008).

3 METODOLOGIA

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

A metodologia utilizada nesta pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, consistiu em uma abordagem de campo, utilizando-se de um questionário semiestruturado na condução das entrevistas que, posteriormente, foram interpretadas com base na Análise do Conteúdo de Bardin.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decurso das entrevistas realizadas com os policiais militares pode-se analisar que enquanto lugar desencadeante de processos de mortificação do “eu civil”, a Polícia Militar procurar confeccionar sujeitos que elaborem a imagem de si mesmos a partir da perspectiva institucional que modela e regula a imagem e a conduta dos indivíduos. Essa mortificação do “eu civil” faz referência ao perecer da representação que o sujeito fazia de si mesmo na relação com o contexto social de modo que a noção de que “devem policiar a si próprios” se faz muito perceptível em seus discursos. Assim, a Corporação Militar passa a fazer parte da totalidade das experiências e das vivências dos sujeitos (FERREIRA, 2012).

Em um regime de colonização, há a influência e a modificação gradativa das disposições subjetivas e psicológicas dos indivíduos. Adotando esse estilo de regência institucional, os militares institucionalizados passam a não mais vislumbrar um retorno à condição do “eu civil”, tendem a não mais conseguir se imaginar sem a vida no regime militar. Introduzem a vivência dos aspectos desta institucionalização em todos os contextos de sua vida. Acreditam que significativamente, a doutrina militar conseguiu molda-los de forma favorável e, neste sentido, vivem a institucionalização como um sacerdócio, em uma missão árdua e intransponível, mas que, ainda assim, concede um prazer pelo cumprimento do dever em uma integração plena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação permitiu considerar a complexa relação de poderes entre os sujeitos que se organizam em torno dessas instituições totais. Dessa forma, é ressaltada a importância do estudo das transformações identitárias incitadas pelas referidas instituições em uma abordagem científica que considere esse processo de modificação institucional nas práticas e nos discursos dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BENELLI, Sílvio José; ROSA, Abílio da COSTA. **Geografia do poder em Goffman: vigilância e resistência, dominação e produção de subjetividade no hospital psiquiátrico**. Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 20, n. 2, p. 35-49, maio/agosto, 2003.

FERREIRA, Marcelo Santana. **Polissemia do conceito de instituição: diálogos entre Goffman e Foucault**. Rio de Janeiro, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LEAL, Giuliana Franco. **Socialização em uma Instituição Total: Implicações da Educação em uma Academia Militar**. Campinas, 2013.

QUEIROZ, Maria do Socorro. **O sofrimento psíquico do Policial Civil: uma leitura psicanalítica**. Fortaleza, 2008.

ISBN 978-65-990525-0-7

“UMA BELEZA QUE VEM DA TRISTEZA DE SE SABER MULHER”: O FEMININO EM FREUD E LACAN

Kariny Guedes Alves M. Gonçalves (karinyguedes@hotmail.com)

Raul Max Lucas da Costa

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo partiu do seguinte questionamento: “o que é a mulher para psicanálise?”. A psicanálise, desde sua origem, não cessa de se deparar com o enigma do feminino. Foi, portanto, Freud que criou pela primeira vez um discurso a partir do saber que as histéricas produziam, corroborando assim com o deslocamento das mulheres que até então estavam nos bastidores do campo social e político, para adentrá-las no centro do setting analítico. Nesse sentido, a psicanálise nasceu diante de uma singular manifestação do feminino, na tentativa de responder ao enigma do feminino.

Desse modo, o objetivo do artigo é compreender o feminino a partir das teorias de Freud e Lacan, identificando o desenvolvimento do percurso teórico freudiano e lacaniano sobre o feminino, analisando seus desdobramentos, bem como os pontos de convergência e divergência.

2 REFERENCIAL TEORICO

Ao longo da história, as representações femininas na civilização ocidental apontam não somente os fatos históricos que rodeiam as relações sociais e de poder em uma dada cultura, como também o que há de estrutural na abordagem do feminino, assim, dos vários discursos que em certa época conferiram um caráter científico e natural aos papéis da mulher (TEDECHI, 2009).

Freud compreende que a verdadeira organização genital está ausente até a puberdade. É, portanto, no declínio do complexo de Édipo que realizará sob ação do complexo de castração e se dará as identificações, no trabalho estruturante da função paterna (representante da Lei), que se constitui assim a subjetividade humana e a identidade sexual dos seres humanos (FREUD, 1923/1996).

Assim, menina diante do encontro com a diferença sexual anatômica teria que se haver com sua diferença sexual, da qual ela poderia vir a fazer de três maneiras: inibindo sua sexualidade; fantasiando ser um homem que ganharia um pênis que a restituísse de sua perda; e tomando o pai como objeto, considerando o que Freud entendia como a feminilidade “normal”. Porém, dependendo da saída que a menina encontrasse, o fato é que seu complexo de Édipo não seria completamente destituído, portanto é de fundamental importância do tempo pré-edípico que uma menina viva com sua mãe, e o tempo edípico posterior com seu pai, devido a algo do complexo de Édipo que jamais será superado pela mulher (ZAFIROPOULOS, 2009).

Com isso, a construção do feminino é um advir, sendo assim, difícil e complexo, tornando-se enigmático e incerto tornar-se ou não mulher. Freud, portanto, põe a maternidade como uma via de saída para a feminilidade na proporção em que seria uma maneira da mulher restabelecer seu narcisismo, abatido diante da falta fálica que a feminilidade lhe causou (FREUD, 1933/1996).

No campo da sexualidade humana, diferente dos animais que estabelecem uma ligação direta com o corpo do outro, para os humanos essa associação direta é impossível pois existe a linguagem que permeia essa relação, portanto, necessita do simbólico para realizar. É no complexo de Édipo articulado com a castração que tanto o menino como a menina assumem sua identificação sexual, embora de maneira assimétrica (BESSA, 2012).

Em relação à fórmula da sexuação, Lacan propõe dois conjuntos distintos: o masculino e o feminino. Porém, não significa distinção anatômica, mas sim de posições, ou seja, o sujeito pode ter

nascido biologicamente masculino e ocupar simbolicamente o lado feminino, ou vice versa (ARÁN, 2011).

No debate em torno da questão da feminilidade na psicanálise, a contribuição de Lacan avança quando conjectura o desenvolvimento das fórmulas de sexuação para pensar como se estabelece a “não relação sexual”, ou seja, a relação entre o sujeito do inconsciente e o gozo do Outro, ou a relação entre o simbólico (masculino), e o Outro que não se pode nomear (feminino). Na posição feminina, não há um elemento que escape à função fálica; já que a exceção para Lacan é que funda a regra, a totalidade, esse conjunto não se funda com fronteiras, não está delimitado a uma totalidade. Surge então o termo não-todo, pois cada elemento desse conjunto se relaciona com a função fálica não-todo, uma vez que não existe nenhum elemento que escape a ela. Portanto, é importante afirmar que o falo continua a ser o único significante sexual, passando a existir duas possibilidades de inscrição na função fálica: todo-fálico ou não-todo fálico. Lacan postula em sua teoria a inexistência de um significante para a mulher. Com isso, “A mulher não existe”, portanto, é marcada pelo indefinido, precisa ser descoberta, existindo assim na sua singularidade (LACAN, 1972-73/2006).

3 METODOLOGIA

O presente artigo ocupa-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico tendo como objetivo compreender o feminino a partir das teorias de Freud e de Lacan.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, dissertações, teses e artigos científicos através da plataforma eletrônica do Google Acadêmico, BVS-PSI e Scielo utilizando os seguintes descritores: psicanálise, feminino e sexualidade feminina, com o objetivo de fazer o levantamento do material utilizado na discussão do presente artigo. O referencial teórico utilizado foi a psicanálise Freud-lacanian, e o levantamento realizado limitou-se aos artigos publicados no período de 2008 a 2019.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicanálise, principalmente com as contribuições de Lacan, elabora uma nova teoria do feminino, que transmitirá toda a sua apreensão teórica e prática sobre o humano, capaz de atender novas configurações do mal-estar e do sofrimento psíquico na cultura. Esse novo pensamento busca repensar o modelo da diferença sexual, e abrir caminhos para entender as novas formas de subjetivação que ocorrem no deslizamento entre o feminino e o singular, integrando parte do debate acerca dos estudos de gênero no contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ARÁN, M. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. **Rev. Epos** vol.2 no.2 Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200002 acesso em Mar. 2019.

BESSA, G. L. P. **Feminino**: um conjunto aberto ao infinito. Belo Horizonte. Scriptum Livros, 2012.

FREUD, S. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade [1923]. In: **Edição Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX, 1996.

FREUD, S. A feminilidade (1933). In: **Edição Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. vol. XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

LACAN, J. **O seminário, livro 20**: Mais, ainda. (1972-73). Versão brasileira M.D. Magno. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

TEDECHI, L. A história das mulheres e a representação do feminino na história. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3): 921-935, set-dez-2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300021/12154>, acesso em: fev.2019.

ZAFIROPOULOS, M. A teoria freudiana da feminilidade: de Freud e Lacan.

Reverso vol.31 no.58 Belo Horizonte set. 2009. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952009000200002 acesso em fev. 2019.

SUSTENTABILIDADE E O VIVER NA ECOVILA INKIRI-PIRACANGA

Thays da Cruz Silva (thayssilva8@gmail.com)

Clarissa de Pontes Vieira Nogueira

Álex Jonatas dos Santos Rosas

Fagner Francisco de Santana

1 INTRODUÇÃO

Diante da crise ambiental vigente emergem discussões envolvendo a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Observa-se em ecovilas uma proposta de ações que visam manter o cuidado com a natureza e a manutenção da vida. O objetivo desse estudo é descrever as práticas sustentáveis, vivência comunitária e organização da ecovila Inkiri Piracanga.

13

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Santos Júnior (2006) define ecovilas como comunidades intencionais e sustentáveis, uma resposta viável e concreta diante da crise ambiental. Alvargio (2010) relata algumas das práticas sustentáveis adotadas em ecovilas: tratamento de resíduos sólidos, reciclagem, dentre outros. Santos Júnior (2006) aponta que o foco é a construção de assentamentos compatíveis com os ecossistemas locais investindo na recuperação ambiental. Góis (2008), a partir da visão da Psicologia Social Comunitária, afirma que a participação do morador nas atividades comunitárias deve levar a conscientização e desenvolvimento dos próprios sujeitos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Ecovila Inkiri-Piracanga, localizada na península de Marau (região sul da Bahia). A imersão no ambiente durou 7 dias. Contou com 13 participantes, de ambos os sexos, maiores de 18 anos. A coleta de dados foi realizada por dois pesquisadores, mediante procedimentos típicos de uma pesquisa etnográfica: observação participante, entrevistas informais, diários de campo, gravador de áudio e fotos. Algumas informações adicionais foram colhidas por meio do aplicativo móvel *whatsapp*. A análise dos dados foi realizada mediante leitura do material (incluindo as transcrições das entrevistas), análise de fotos, busca de categorias e significados locais, triangulação e identificação de padrões. Essa pesquisa está em apreciação pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio localizado em Juazeiro do Norte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Ecovila Inkiri-Piracanga é composta por cerca de 250-300 pessoas, organizadas em dois grupos. No primeiro estão as pessoas pertencentes à Comunidade Inkiri, um grupo menor com cerca de 40 adultos e 18 crianças, que se definem como uma família, pessoas que decidiram viver de forma mais próxima. São os moradores mais antigos e fixos da ecovila, tendo maior nível de responsabilidades. A Comunidade Inkiri é mais comprometida com a realização do Sonho Inkiri, um sonho de transformação da realidade. Sua fundadora tem o papel de líder, mas os moradores também se organizam em forma de conselhos. Corroborando assim, com o que Alvargio (2010) cita relacionado a formas de governança criativas e participativas. Quanto à economia, a ecovila é autossuficiente e tem como principal fonte de sustentação um Centro Holístico, voltado para hospedagem e o oferecimento de uma série de práticas

holísticas (ex. *yoga* e meditação), cursos, retiros e programas de imersão, voltadas principalmente para a busca do autoconhecimento aliado a práticas sustentáveis e de aproximação dos laços sociais.

O segundo grupo de moradores é composto pelas pessoas que não pertencem à Comunidade Inkiri, de moradores não fixos. São chamados de comunidade estendida devido à conexão com o Sonho Inkiri, concretizado mediante os trabalhos nos projetos da comunidade, alguns dos projetos são: Escola de Leitura de Aura, relacionada com a organização das terapias holísticas; a Cozinha, com espaços de alimentação vegana; a Escola Inkiri, que busca preservar e estimular a criatividade e as potencialidades das crianças; dentre outros. Nota-se assim, semelhanças com o que Santos Júnior (2006) comenta sobre a criação de formas alternativas de alimentação e educação e experiências de crescimento pessoal. Além disso, existe o projeto Natureza Inkiri que reúne vários eixos de atuação e gestão ambiental, como a Plante, um laboratório responsável pela fabricação de produtos de higiene biodegradáveis. Outra vertente de atuação é o Centro de Coleta Seletiva, um espaço que gerenciamos os resíduos reaproveitados principalmente em construções e demais projetos da comunidade. Já o Centro de Permacultura é voltado para práticas como: implantação de sistemas agroflorestais, de tratamento de água (ciclo de bananeiras e fossas de avapotranspiração), de banheiros secos e compostagem de resíduos orgânicos.

Referindo-se a busca de categorias e significados locais, foram criados 3 principais grupos: 1) busca de autoconhecimento, que ocorre especialmente por meio de práticas espirituais; 2) identificação e conscientização na relação com a natureza, nela estão contidos elementos de cuidado, conscientização e práticas de preservação ambiental; e 3) sentimento de pertença, criação de vínculos afetivos e as possibilidades que a vida comunitária oferece.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que na ecovila há uma ressignificação das relações envolvendo uma visão harmônica com a natureza, aproximação entre as pessoas e a busca pelo autoconhecimento. É notória também a articulação com a Psicologia, nos processos de conscientização, responsabilização e participação comunitária. Sugere-se a ampliação de pesquisas que investiguem esse objeto de estudo, e no tocante a esta pesquisa, aponta-se como limitação o período de imersão curto.

REFERÊNCIAS

ALGARVIO, I. C. C. **Ecovilas: práticas para um futuro sustentável.** (Dissertação de Mestrado). Mestrado em arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária: pensar e fazer.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SANTOS JÚNIOR, S. J. Ecovilas e comunidades intencionais: ética e sustentabilidade no viver contemporâneo. In: III encontro da ANPPAS, 2006, Brasília. **Anais do III Encontro da associação nacional de pós-graduação em ambiente e sociedade**, Brasília, 2006.

PERCEPÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA, A INSERÇÃO PROFISSIONAL E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO.

Sâmela Matias Nóbrega (samelamn@gmail.com)

Larissa Vasconcelos Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

A psicologia em seus 57 anos de regulamentação cresce buscando sua constante atualização junto às realidades e dimensões que constituem o humano, sendo possível destacar como uma de suas contribuições a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Assim, com o propósito de contribuir para reflexão acerca da constituição do psicólogo organizacional e do trabalho, o seguinte estudo tem por finalidade compreender como estes percebem a formação acadêmica, a inserção no mercado de trabalho e as possibilidades de atuação na POT (LEITE ET AL, 2011; PINHEIRO, MARIO E GIACOMINI; 2012).

15

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Visualizando a constituição histórica da psicologia aplicada ao estudo do trabalho no Brasil, observa-se desde sua origem períodos que se agregam e ampliam-se delineando o campo da POT. É possível compreender atualmente que a área se fundamenta a partir da integração entre Psicologia Organizacional (PO), Gestão de Pessoas (GP) e Psicologia do Trabalho (PT) (ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, 2014).

No que se refere à formação acadêmica, observa-se o florescimento da POT nos cursos de psicologia a partir do espaço que esta vem ganhando na formação psicológica, na sua capacidade de integrar a diversidade de temas oriundos de épocas distintas e no aumento do número de disciplinas na matriz curricular (COELHO-LIMA, BENDASSOLLI E YAMAMOTO, 2014).

Quanto à atuação do psicólogo organizacional e do trabalho, esta perpassa dimensões importantes como: ações profissionais com base na PO, GP e PT; atuação multiprofissional com outros núcleos profissionais; intervenções nos problemas organizacionais e de trabalho segundo diferentes níveis; e desenvolvimento de atividades para além de ambientes tradicionais (ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, 2014).

3 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de campo, descritiva e com abordagem qualitativa. Os participantes da pesquisa foram psicólogos organizacionais e do trabalho oriundos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) de Juazeiro do Norte, Ceará. A coleta de dados se deu por questionário online elaborado no Google Forms e encaminhado aos profissionais pelo WhatsApp ou Instagram. Os dados da caracterização do perfil da amostra foram avaliados a partir de tabelas e gráficos e os qualitativos pela Análise de Conteúdo Temática. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (Parecer nº 3.261.710/19).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Responderam ao questionário online 27 psicólogas organizacionais e do trabalho. Verificou-se que 85% da amostra eram de mulheres e segundo a faixa etária tinham menos de 25 anos (63%). A maior porcentagem de formados se deu no ano de 2017 (37%). Da análise de conteúdo temática resultaram as seguintes categorias:

4.1 DIVERGÊNCIA NA COMPREENSÃO ACERCA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA COM ÊNFASE EM POT

Percebe-se na análise das respostas uma compreensão divergente quanto ao processo formativo. Ao mesmo tempo em que, obtêm-se respostas medianas ao conjunto de variáveis como matriz curricular, estágio supervisionado, profundidade de conteúdo, entre outros, ainda enxerga-se a insatisfação quanto ao distanciamento da realidade da prática profissional e os conhecimentos teóricos da graduação.

Em pesquisa sobre a formação do psicólogo, obteve-se do discurso de estudantes e professores o entendimento da multiplicidade teórica na Psicologia, a falta de unidade da ciência e da profissão e o distanciamento entre teoria e prática. O que gera confusão e dificuldade em definir a psicologia em meio a sua diversidade de Psicologias, como se não se integrassem. Logo, fragiliza-se a construção de identidade e fomenta a insegurança e incerteza quanto à profissão (FERRARINI ET AL., 2016).

4.2 BAIXA INSERÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DA POT

Compreende-se que a baixa inserção do psicólogo organizacional e do trabalho se dá pela dificuldade em conseguir emprego na área e pela escassez de oportunidades em cidades do interior do Ceará pouco desenvolvidas economicamente e que não absorvem os conhecimentos específicos destes ou não reconhecem sua relevância. Unido a esses fatores exige-se tempo de experiência mínima na área para o recém-formado.

Analisando as expectativas de estudantes de psicologia acerca da atuação profissional, Vargas e Zampieri (2014) verificaram que entre os formandos o mercado de trabalho é descrito como temeroso, principalmente quando estes não possuíam a experiência profissional. Somado a esse fator tem-se a compreensão de uma quantidade inferior de vagas em relação ao número de profissionais no mercado, assim como, remuneração inferior e desvalorização da categoria.

4.3 RESTRIÇÕES À ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Os sujeitos da pesquisa enfrentam restrições quando suas atribuições não são claramente compreendidas e quando suas atividades se limitam as clássicas do campo. Estes se deparam com a precarização da área, com a remuneração geralmente insatisfatória, com a carga laboral excessiva e com a fragilização do vínculo trabalhista.

Pinheiro, Mario e Giacomini (2012) analisando a atuação de 23 psicólogas organizacionais e do trabalho, revelam que as principais atividades executadas por estas são recrutamento e seleção, aplicação de testes psicológicos, treinamento e entrevista de desligamento, fechando-se no fazer operacional em detrimento das ações estratégicas. Contudo, apesar do moderado espaço, os autores apontam a inquietação e o interesse do psicólogo em integrar ao seu fazer profissional os conhecimentos mais recentes da POT.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas limitações foram observadas no estudo como a mediana adesão dos psicólogos no preenchimento do questionário online; a dificuldade de contato com egressos das turmas formadas entre 2012 a 2015 na IES de vínculo destes; e as respostas simplificadas dos sujeitos da pesquisa as perguntas subjetivas. Sugere-se assim, novas adequações e a continuidade nas pesquisas em POT com uma amostra mais ampla de sujeitos, em especial no Ceará.

REFERÊNCIAS

COELHO-LIMA, F.; BENDASSOLLI, P. F. YAMAMOTO, O. H. Características da Psicologia do Trabalho e das Organizações na Formação o Psicólogo no Brasil, **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 445-453, 2014

FERRARINI, Norma da Luz et al. Formação do psicólogo brasileiro: impasses e desafios. International Journal of Developmental and Educational Psychology. **Revista INFAD de Psicologia**: v.2, n.1, p.271-280, 2016. Disponível em: <<http://www.infad.eu/RevistaINFAD/OJS/index.php/IJODAEP/article/view/149/234>>. Acesso em: 24 outubro de 2018.

LEITE, Weslei Rangel et al. Análise das expectativas de psicólogos recém-formados. **Revista de Psicologia**, v. 14, n. 21, p. 105-125, 2011. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/renc/article/viewFile/2498/2392>>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

PINHEIRO, Leticia Ribeiro Souto; MARIO, Chaiana Luciana; GIACOMINI, Marta. A atuação do psicólogo organizacional e do trabalho no norte do Rio Grande do Sul. **PERSPECTIVA**, Erechim, v.36, n.136, p.123-132, 2012. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/136_313.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

VARGAS, Jocasta Mello de; ZAMPIERI, Ana Claudia Baraieri. As expectativas dos estudantes de psicologia sobre a atuação profissional no mercado de trabalho. In: **I Mostra de Iniciação Científica do Curso de Psicologia da FSG**, v.1, n.1, p. 275-290, 2014. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/ampsic/issue/view/113>>. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**, 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

O SIGNIFICADO DA AUTOLESÃO EM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO

Valéria Gonçalves de Lucena (valeriaglcena@hotmail.com)
Índira Feitosa Siebra de Holanda

1 INTRODUÇÃO

A autolesão consiste na produção de uma ação contra o próprio corpo sem o intuito de provocar a morte. Este fenômeno não é algo novo, mas possui significados e representações diferentes para cada cultura. A sua ocorrência, atualmente, entre o público adolescente, permite o surgimento de indagações e reflexões sobre a representação simbólica desta prática em estudantes do Ensino Médio da rede pública. O presente estudo tem como objetivo geral compreender os significados atribuídos aos comportamentos autolesivos com base nos relatos dos estudantes de uma Escola Pública de Ensino Médio do município de Mauriti-CE. Os objetivos específicos buscam assimilar como se expressa o fenômeno da autolesão no ambiente escolar a partir de uma leitura psicanalítica, visam proporcionar um espaço de reflexão sobre o tema para os alunos, além de identificar a partir da perspectiva dos participantes, os possíveis fatores/situações que podem contribuir para a ocorrência dos comportamentos autolesivos.

18

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Entender a adolescência é perceber que o sujeito que vivencia essa fase encontra-se vulnerável e precisa desenvolver habilidades para enfrentar e ressignificar as situações vividas, pois ao mesmo tempo em que as mudanças ocorrem na sua conjuntura biopsicossocial, há da mesma forma a possibilidade para os desequilíbrios que podem transformar esse estágio em algo patológico, entre os comportamentos que corroboram para esse caráter patológico da adolescência tem-se a autolesão, que corresponde, portanto, ao agrupamento de comportamentos que visam à produção de lesões intencionais provocadas pelo próprio sujeito em si mesmo. Esses danos podem ser causados quando a produção de cortes, ao bater-se ou bater a cabeça contra a parede, atear fogo as partes do corpo e outras formas. Por vezes são utilizados instrumentos pontiagudos ou perfurocortantes como também pontas de cigarro acesas, dentre outros (SILVA; SIQUEIRA, 2017).

Poder-se-ia pensar a autolesão, a partir da psicanálise, como sintoma, pois ao mesmo tempo em que o corte produz dor, também gera alívio, ou seja, um desprazer que proporciona um ganho com o sintoma. Faz-se possível pensar o aparecimento da autolesão como o *acting out* e a passagem ao ato. O *acting out* é compreendido como um pedido, uma solicitação dirigida ao Outro, o indício desconhecido do desejo (OTTO; SANTOS, 2015). Já a passagem ao ato consiste em uma ação sem a tomada de consciência do sujeito. Não há o direcionamento ao objeto, há a identificação com o objeto a, é a impossibilidade de representar, é a queda no vazio (CARISSIMI, 2017).

3 METODOLOGIA

O método empregado foi a entrevista semiestruturada, que permitiu investigar, a partir da experiência do sujeito, a sua relação simbólica com o comportamento autolesivo. No tocante aos seus objetivos mais amplos, correspondem à descritiva e exploratória. Quanto à natureza dos dados, a mesma é qualitativa. A coleta dos dados ocorreu em dois momentos, sendo o primeiro a realização de rodas de conversas nas salas com o tema: “Compreendendo a Autolesão”, com a participação de professores e alunos perfazendo neste sentido um público livre, sem restrição quantitativa; o segundo

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

momento foi a realização da entrevista semiestruturada. Ao obter o material com a entrevista, os dados foram transcritos e ocorreu a análise de conteúdo de Bardin.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perante os dados coletados a partir de uma entrevista semiestruturada fez-se possível realizar a análise de conteúdo construindo assim quatro categorias: *relação com os pais*, *a Escola*, *Autolesão* e *ideia de Futuro*.

Tabela 01: Categorias, Subcategorias e Descrições.

Categoria	Subcategorias	Descrição
<i>Relação com os pais</i>	Figura Materna Figura Paterna	Permite pensar a relação do sujeito com os pais.
<i>A Escola</i>	Ensino Fundamental Ensino Médio	Permite entender as vivências e a relação do sujeito com o espaço escolar.
<i>Autolesão</i>	Início Motivação Finalidade	Possibilita pensar os traços e características que contribuem para o comportamento autolesivo.
<i>Ideia de Futuro</i>	Percepção	Viabiliza compreender a relação do sujeito com a idealização do seu futuro.

O sujeito não está só no mundo, mas precisa do Outro para retirá-lo da posição de objeto e inseri-lo no mundo dos significantes, tornando um sujeito desejante. Faz-se, portanto, perceptível a relação dos pais na organização psíquica do sujeito, pois contribuem para que o sujeito experiencie aspectos no real, no imaginário e no simbólico. O simbólico permite construir sentidos para as realidades vividas pelo sujeito que, a princípio, precisa do Outro para nomear essas experiências inserindo o sujeito em uma cadeia de significantes (BORGES, 2005).

O relato do participante permite pensar que algo ocorreu na produção de significantes, fazendo com que a autolesão aconteça com o intuito de dar conta dessa ausência de significantes, emergindo, assim, o sintoma. É possível inferir sentimentos de cuidado e proteção por parte da figura materna, mas ao mesmo tempo nota-se o desamparo e a incompletude da mãe. Diante da relação com a figura paterna e o período escolar do ensino fundamental faz-se possível inferir a presença de alguns sentimentos negativos e o desamparo. O comportamento autolesivo para este sujeito em particular surge na forma de sintoma, pois, ao mesmo tempo em que o corte produz dor, também gera alívio, isto é, um desprazer que proporciona um ganho que insiste em se repetir na produção de uma ação compulsiva (OTTO; SANTOS, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo surgiu com o intuito de compreender os significados atribuídos ao comportamento autolesivo a partir da experiência de quem vivencia essa relação no real, pois, o fenômeno possui um caráter recorrente nas diferentes culturas como também o significado que é atribuído para cada sociedade dentro de ritos e celebrações. Na contemporaneidade, o comportamento surge como a possibilidade de transferir o conteúdo psíquico para o real, que carrega um significado particular para cada sujeito a partir da sua relação com o fenômeno e a função que exerce na organização psíquica.

ISBN 978-65-990525-0-7

REFERÊNCIAS

BORGES, M. L. S. F. **Função Materna e Função Paterna, suas vivências na atualidade**. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Cap. 7.

CARISSIMI, A. C. B. **O Enigma da Adolescência e Automutilizações na Dança da Vida**. 2017. 31 f. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Intervenção Psicanalítica na Clínica da Infância e Adolescência, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Cap. 6.

OTTO, S. C.; SANTOS, K. A. (Re)cortes: o discurso sobre a autolesão feminina no Tumblr. **Psicanálise e Barroco em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 29-56, jul. 2015.

SILVA, M. F. A.; SIQUEIRA, A. C. O perfil de adolescentes com comportamentos de autolesão identificados nas escolas estaduais em Rolim de Moura – RO. **Revista Farol**, Rolim de Moura, v. 3, n. 3, p. 5-20, mar. 2017.

ATUAÇÃO PSICOLÓGICA EM MATERNIDADE: RELATO DE EXPERIENCIA COM GRUPOS TERAPEUTICOS BREVES EM ALOJAMENTOS HOSPITALARES

Marina Torres Peixoto da Silva(mariina26@live.com)

Ana Carolina Lucena de Souza Moreno

Joaquim Iarley Brito Roque

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência tem como objetivo retratar as atividades de estágio em ênfase executadas em um hospital público que presta serviços de atendimentos Neo-natal, Gineco-Obstetricia e Pediatria na região do Cariri. O tema escolhido foi uma das atuações realizadas dentre os campos, pois trouxe uma nova visão dos diversos tipos de intervenções que um psicólogo pode realizar em um hospital e que podem ter efeitos positivos nos sujeitos. Inserida no campo hospitalar voltado a maternidade foi obtido imenso crescimento e evolução teórica e prática, contemplando também questões éticas e de comprometimento. O trabalho desenvolvido em campo buscou escutar e acolher de forma humanizada e empática, visando compreender o sujeito em sua totalidade e situação de internamento, por meio da execução de atividades que para além do atendimento individual também tem êxito em sua proposta. Sendo assim, a finalidade desse trabalho é explanar sobre a atuação do psicólogo hospitalar e o efeito positivo que grupos terapêuticos podem trazer a mulheres em internamento por problemas adquiridos durante a gestação.

21

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A psicologia hospitalar tem o objetivo de exercer um novo olhar sobre o sujeito que está em internamento. Independentemente do que gerou a enfermidade daquele paciente é buscado apaziguar o sofrimento decorrente da hospitalização, pois o agravamento de patologias subsequentes do estado emocional do paciente é cada vez mais perceptível no ambiente hospitalar (CAMON, 2010).

Para Vieira (2010), a atuação do psicólogo nessas instituições vai se diversificar a partir da situação na qual o sujeito se encontra. Modificando-se também, o modo de transmitir as orientações necessárias e acolhimento para familiares e/ou acompanhantes. A atuação do profissional da psicologia no âmbito hospitalar pode abranger os pacientes, sua família e auxiliar a equipe multidisciplinar, desenvolvendo atendimentos focais, breves e, algumas vezes, emergenciais.

Uma das atividades comuns na maternidade são as rondas hospitalares, que segundo Arrais e Mourão (2013), possibilita as gestantes, familiares e puérperas explanarem suas demandas. Tornando-se um momento de estabelecimento de vínculo entre o profissional e o sujeito, onde são trazidas as dificuldades vivenciadas e sofrimentos que anteriormente não puderam ser acolhidos. Assim, realizando atendimentos as gestantes e puérperas que podem vivenciar diversas situações durante o período gestacional e pós-parto, auxiliando também a família que vivencia o sofrimento frente à situação. Podendo obter como resultado um ambiente mais reconfortante e acalentador para o nascimento do recém-nascido.

Em decorrências das demandas abordadas nas rondas o profissional é capaz de analisar situações decorrentes de sofrimentos nas pacientes e elaborar outras atividades para serem trabalhadas, podendo assim estabelecer um grupo terapêutico breve que se adeque a rotatividade do local. Grupos terapêuticos buscam intensificar as trocas dialógicas, compartilhamento de experiências e proporcionar melhoria na adaptação ao meio onde o sujeito está inserido e na sua vida individual (BENEVIDES, et al., 2010).

3 METODOLOGIA

Desde o início foi buscado algo que fizesse com que as gestantes se sentissem ativas dentro das limitações do internamento. Muitas das pacientes desenvolveram uma condição de risco devido a doenças adquiridas durante a gravidez, portanto, algumas mulheres estavam em internamento desde as primeiras semanas de gestação. A evolução do quadro e, muitas vezes, ter que aguardar até o momento do nascimento do recém-nascido longe de casa, da família, dos outros filhos, a não previsão de alta muitas vezes é angustiante e desencadeia sofrimento.

Observando isso, foram escolhidas dinâmicas que se encaixassem dentro da possibilidade física das mulheres, buscando por meio da realização de grupos terapêuticos breves executar atividades de ações reflexivas, fornecer informações psicoeducativas, efetuar escuta e acolhimento psicológico dentro da atividade programada. Todas as atividades buscaram atingir questões sobre gestação, porém também sobre a mulher para além da gravidez, compreendendo como elas se sentiam e enxergavam a si mesmas. Trabalhando também a boa convivência entre elas e a construção de vínculo para que elas desenvolvessem uma base de apoio entre elas, tornando assim os dias mais amigáveis e agradáveis dentro do alojamento.

Não foram utilizados recursos materiais, as dinâmicas foram explicadas oralmente e a partir disso também eram obtidas as respostas. Ao início de cada momento era questionado se as mesmas se sentiam aptas e com vontade de participar, as que não se prontificavam, apenas assistiam. As atividades obtinham um tempo médio de vinte minutos a meia hora, variando entre a quantidade de participantes, a realidade hospitalar, o bom desempenho e aceitação da atividade.

Todas as ações executadas eram apresentadas a supervisora de campo antes da realização e após existia um momento de devolutiva, onde era discutido a finalidade e objetivos alcançados, identificando pontos importantes a serem tratados com base nas percepções obtidas a partir do contato. Posteriormente, era compartilhado com o orientador do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio nos dias de supervisão recebendo auxílio e acompanhamento da sua parte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As gestantes em internamento contínuo foram visitadas e atendidas algumas vezes individualmente por meio das rondas hospitalares e foi perceptível que o estabelecimento de vínculo construído entre profissional e paciente desde esses contatos iniciais de rotina, fazia com que elas se sentissem mais abertas a compartilhar suas experiências e levantar seus questionamentos dentro do grupo.

Com as atividades de autocuidado foi observado que as mesmas ainda obtinham dúvidas sobre métodos contraceptivos, higiene pessoal e falta de autoestima, acontecendo os momentos de psicoeducação. Assim, eram executadas rodas de conversas para trabalhar a autonomia dessas mulheres e a partir da visão que elas explanavam sobre seus planos e desejos pessoais e no meio em que está inserida.

O ambiente hospitalar é cercado de contratempos, contem grande rotatividade de pacientes, diversos profissionais atuando juntos na equipe multidisciplinar e é necessária a adaptação dessas atividades para caber dentro dessa realidade. Tornar o ambiente mais leve e descontraído com atividades, que as fizessem interagir, dialogar, refletir e elaborar melhor a situação de adoecimento. Foi perceptível dentre os dias por meio de retorno a esses alojamentos a mudança da relação entre elas e o fortalecimento do vínculo relatado até por elas individualmente que estavam sentindo-se amparadas entre si e com novas relações.

Dentre as percepções obtidas chegou-se a conclusão que o estabelecimento de um momento fixo onde essas mulheres conseguissem ter um contato mais a fundo umas com as outras,

compartilhando vivências e conhecimentos, unindo-se frente as divergências e compatibilidades. As mudanças também foram percebidas individualmente, as mesmas conseguiam analisar e refletir sobre suas questões subjetivas, tornando-as mais ativas e autônomas na sua própria vida e frente a situação vivenciada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, foi possível observar e experienciar que atividades grupais tem potencial terapêutico de gerar bem estar frente a situações de extremo sofrimento e tensão. As atividades geraram uma transformação positiva e atingiram seus objetivos dentro do que era proposto. Não afetando unicamente as participantes, mas também a mim quanto profissional que cresci imensamente com todos os relatos e meios de atuação, podendo assim intervir como mediadora de grupos e me perceber como psicóloga além do ambiente de atendimento individual.

Os grupos continuarão a acontecer com o início do estágio em ênfase II no mesmo campo, assim permitirá uma maior experiência e aprendizagem, possibilitando a observação de evolução do projeto.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Alessandra da Rocha; MOURAO, Mariana Alves. Proposta de atuação do psicólogo hospitalar em maternidade e UTI neonatal baseada em uma experiência de estágio. Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande , v. 5, n. 2, p. 152-164, dez. 2013.

BENEVIDES, Daisyanne Soares et al. Cuidado em saúde mental por meio de grupos terapêuticos de um hospital-dia: perspectivas dos trabalhadores de saúde. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 14, p. 127-138, 2010.

CAMON, Valdemar Augusto Angerami. O psicólogo no Hospital. Cap.1. Livro: Psicologia Hospitalar Teoria e Prática. 2ª edição revista e ampliada. TRUCHARTE, Fernanda Alves Rodrigues; KNIJNIK Rosa Berger; SEBASTIANI Ricardo Werner. 2010.

VIEIRA, Michele Cruz. Atuação da psicologia hospitalar na medicina de urgência e emergência. Rev Bras Clin Med, v. 8, n. 6, p. 513-9, 2010.

RODA DE CONVERSA COM MÃES DO EQUIPAMENTO APAE: UMA PERSPECTIVA ATIVA NO PROCESSO DE AUTONOMIA.

Carla Iane Telecio Santana (teleccioiane@gmail.com)

Jessica Feitosa Bacurau

Suellen Nayara Silva Soares

Indira Feitosa Siebra de Holanda

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo foi o resultado de uma pesquisa realizada com mães de crianças deficientes usuárias do serviço de psicoterapia infantil oferecido pelo equipamento de saúde APAE, localizada no município de Juazeiro do Norte- CE, com o objetivo de compreender quais os artifícios psicológicos e físicos que as mesmas utilizam para erguer seu autocuidado e qual a importância da rede de apoio para a resignificação das limitações dos seus filhos. O exposto tema foi escolhido diante da escassez de ações psicológicas e produções científicas referentes ao ser mulher-mãe cuidadora de pessoas com deficiência. O modelo radical de educação em saúde proporcionou verificar a presença de mulheres/mães dos usuários reafirmando a associação social entre o feminino, a maternidade e o cuidado integral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de deficiência vem se modificando ao longo da história com o objetivo de reconfigurar o pensamento social de incapacidade, inferioridade e ameaça. Segundo Welter (2008) esses paradigmas sociais colocam a mãe como única responsável pelo cuidado do filho com deficiência, associando a possibilidade de gerir um ser a autoria do surgimento da deficiência culminando assim na perspectiva negativa de ser mãe de uma criança com deficiência.

Segundo Klaus (1992 apud WALTER, 2008) o fato do nascimento de um bebê com deficiência insere no ambiente familiar o fator incomum, incerto e incontrolável. A intimidade simbiótica entre mãe e bebê criado no útero, desaparece subitamente, transformando aquela relação de intimidade em relação de estranhamento. É essa relação de estranhamento do bebê real que vai fazer com que a mãe lide com o luto do bebê idealizado.

Essa construção súbita das expectativas do bebê real leva a mãe a um lugar de suma responsabilidade do desenvolvimento físico, psicológico e social. Ao mesmo tempo que surge infinitas possibilidades de enfrentamento social perante as introyecções do cuidado que a mesma deve oferecer ao bebê. Visto que o processo do cuidado durante muito tempo esteve associado à figura feminina assegurado através de um discurso psicológico, médico e filosófico colocando o cuidado enquanto perspectiva instintiva, uma vez que as mulheres teriam condições inatas como a sensibilidade, delicadeza e ternura.

O impacto da deficiência é vivido como um processo doloroso e com muitos conflitos para esta mãe, que se sente inicialmente despreparada frente às novas exigências de cuidado demandadas [...] os desafios surgirão, ao longo dos anos, para a família, em especial para esta mãe. Estudos no âmbito nacional e internacional revelam que a rede de apoio à mãe que vivencia a experiência de ter um filho com deficiência é restrita, somada, muitas vezes, à ausência de políticas que priorizem abordagens a essas famílias. (OLIVEIRA et al, 2016, p.2).

Dessa forma o modelo dialógico de educação em saúde subsidia um conhecimento capaz de eclodir um discursocrítico-reflexivo das experiências subjetivas capacitando as experiências de vida dos participantes e profissionais. Alicerçando uma atuação profissional baseada na perspectiva de fornecer métodos que influenciem na ressignificação dessa vivência.

Milbrath (2013 apud MOTTA, 2018) evidência estressores no processo de ser mãe e cuidadora principal, influenciando esta enquanto pessoa da família que mais adapta seu dia-a-dia para fornecer o cuidado, podendo abdicar de outros papéis anteriormente desempenhados. O isolamento social é outro aspecto mencionado em torno do papel da cuidadora, em virtude da rotina do cuidado, as atividades sociais são reduzidas e/ou suprimidas, podendo a sobrecarga gerar desgastes físicos, emocionais e psicológicos. Esses aspectos retratam a necessidade de ações em saúde que possibilitem ressignificações da mãe/cuidadora para consigo.

Dessa forma, a psicologia vem levantando estudos capazes de transpor a atuação da psicologia do âmbito da reabilitação para o âmbito da inserção primária. Assim para alicerçar as novas práticas psicológicas se faz necessário uma construção acadêmica para se compreender melhor como se dar o processo de enfrentamento materno perante a deficiência.

3 METODOLOGIA

Esse estudo experiencial de pesquisa-ação de educação em saúde foi realizado no dia 12 de Junho de 2018, às 08h30min da manhã, na sala de espera de um equipamento de saúde, com aproximadamente 6 cuidadoras informais de usuário da APAE da cidade de Juazeiro do Norte. Pois na ótica de Acioli (apud FRANCO 2011) a pesquisa-ação baseia-se no modelo de educação radical, alvitrando assuntos capazes de propiciar um pensamento reflexivo-crítico nos participantes e facilitadores, reconhecendo uma relação horizontal, mantendo a estruturação do conhecimento compartilhado. Criando assim, possibilidades de reformulações acerca do cuidado, visando vivências baseadas no processo saúde-doença como um interlace biopsicossocial.

A pesquisa tem um cunho qualitativo, que segundo Gil (2002) trás um aprimoramento do arcabouço teórico já disponibilizados dentro das plataformas de pesquisa. O instrumento utilizado foi uma entrevista de caráter livre que de acordo com o autor supracitado é um método capaz de possibilitar uma leitura mais profunda do discurso dos participantes, com objetivo de facilitar uma discussão a respeito da autovisão dos participantes sobre a experiência do cuidado, proporcionando a visualização deste no processo do cuidado consigo. A análise se deu pela correlação da leitura realizada sobre o tema com os discursos erguidos durante a troca de conversa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se que a deficiência ainda é vista pelas mães como um acontecimento de responsabilidade meramente materna, o que no discurso das mesmas justifica a ausência paterna nos cuidados referentes aos filhos. Constata-se assim o papel de cuidador exercido na maioria das vezes pela mãe através do comparecimento somente de mulheres dentro do processo de saúde-doença dos usuários, sobrecarregando-as impossibilitando as mesmas de promover seu auto cuidado.

Averiguou-se a dificuldade das mulheres na separação do papel social de mãe e mulher, culminando na dependência e interface desses papéis percebido nos relatos sobre momento de lazer para efetivação do cuidado aos filhos. Apesar de apresentar ajuda estabelecida pelos outros filhos e ademais membros familiares as mulheres demarcam falta de tempo para o cuidado consigo, assim como levantam a necessidade de ações públicas que auxiliem no processo inicial dessa jornada de mãe especial, pois no discurso as mesmas afirmam que ao saberem do diagnóstico dos filhos elas não se sentem preparadas e muito menos acolhidas pelos equipamentos do serviço público de suas cidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o assunto deficiência ainda é um tema pouco estudado dentro da psicologia, o que facilita a má compreensão das interfaces do capacitismo anulando a possibilidade de levantar métodos que auxiliem na conscientização social. Deste modo a falta de pesquisas na área, coloca a deficiência como algo que tem necessidade só de reabilitação, negligenciando em partes o trabalho de prevenção que necessita ser realizado para a diminuição dos preconceitos que gira em torno da pessoa com deficiência. O método de educação radical em saúde é umas das técnicas que oportuniza a conscientização e a troca de conhecimentos capazes de construir um processo de conscientização tanto nos facilitadores quanto nos participantes.

Durante a execução da roda de conversa observou-se a dificuldade expressa por resistência em falar sobre o assunto e sua vivencia, entretanto ao longo das trocas de experiências elas começaram a usar as suas vivencias como arcabouço de apoio umas das outras. A prática em educação em saúde propiciou direcionar o olhar para psicologia das diferenças, percebendo que a área necessita de suporte em pesquisa tal como intervenções focais.

REFERENCIAS

FRANCO, Thais de Andrade Vidaurre; SILVA, Jorge Luiz Lima da; DAHER, Donizete Vago. Educação em saúde e a pedagogia dialógica: uma reflexão sobre grupos educativos na atenção básica. Informe-se em Promoção da Saúde, Santa Catarina, v. 7, n. 2, p. 19-22, 2011

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

MOTTA, M.G.C; FREITAG, V.L; MILBRATH, V.M. Mãe-cuidadora de criança/adolescente com Paralisia Cerebral: O cuidar de si. **Rer. Enfer. Glob.**, UFRGS, Rio Grande do Sul, n.50, v.17 p.337-348, abr, 2018. Available from: ><http://dx.doi.org/10.6018/eglobal.17.2.265821><

OLIVEIRA, D.M et al. O grupo operativo como instrumento de aprendizagem do cuidado por mães de filhos com deficiência, SP, n.20, v.3, 2016.

WELTER, I. et al. Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 98-119. jan./jun. 2008.

COPING RELIGIOSO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DE MÃES COM BEBÊS EM UTI-NEO

Maria Laís Freire Angelim(mlaisfang97@gmail.com)

Hermógenes Abraão Paz Siqueira

Francisco Francinete Leite Júnior

1 INTRODUÇÃO

Desde a descoberta da gravidez até o nascimento do bebê, a mãe possui expectativas em relação à criança, à gestação, ao parto, etc. E quando essas expectativas não são atendidas? E quando o bebê não nasce como esperado? O presente trabalho visa explorar as estratégias utilizadas pelas mães nestas situações, o *coping* religioso, além de discutir brevemente sobre a atuação do psicólogo na equipe.

27

2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, optou-se como metodologia a revisão bibliográfica com abordagem qualitativa através do banco de dados do Scielo e Google Acadêmico, usando como critério de inclusão e exclusão a leitura dos resumos, além de fazer uso de periódicos e livros, utilizando os descritores “*coping* religioso”, “psicologia”, “uti neo” no qual sete foram utilizados para a pesquisa, além de outros trabalhos científicos previamente encontrados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Baptista et al (2010) discorrem que, em casos de risco de vida do RN (recém-nascido), é enviado a UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para receber os devidos cuidados, sendo preciso separar mãe e bebê. A UTI-NEO caracteriza-se como um espaço dedicado aos cuidados do RN, 24 horas por dia, afim de monitorar o seu quadro de saúde através de diversos aparelhos. Os diagnósticos geralmente são prematuridade, malformação congênita, doenças respiratórias e/ou infecciosas, etc. A equipe é composta, cuja é designada como neonatologistas, por médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, entre outros.

O trabalho do psicólogo em casos como este se dá através de intervenções voltadas a equipe, facilitando que possam relatar acerca das dificuldades encontradas diariamente, bem como aos pais do neonato, proporcionando um local para falar sobre suas angústias e medos, a culpabilização, a raiva, etc. (LIMA, 2008). Sendo assim, a função do psicólogo na UTI-NEO constitui-se no acolhimento ao desamparo no confronto da impotência, viabilizando um espaço de questionamentos, sofrimento, contando com o ato de humanizar esse momento cujo é tão delicado.

O *coping* configura-se como uma forma de relação entre sujeito e meio, como um “conjunto de estratégias, cognitivas e comportamentais” (p.128), utilizadas com a finalidade de gerenciar situações estressantes. A partir do momento que o sujeito foca na sua religião para enfrentar, suportar o estresse, ocorre o *coping* religioso que, conforme Koenig et al (1998) apud Panzini e Bandeira (2007) este tipo se caracteriza pela utilização de crenças e comportamentos religiosos para simplificar a resposta a seus problemas, além de precaver ou amenizar as consequências emocionais advindas de situações estressantes.

Ramos et al (2011), através de sua pesquisa com mães de RN em UTI-NEO, puderam perceber que os resultados mostraram que estas utilizavam práticas religiosas como principal forma de enfrentamento diante da situação estressora. Foch (2015) também notou em seus resultados de

pesquisas um alto índice de *coping* religioso de mães da NEO. A partir disso, entende-se que a psicologia deve adentrar a este campo contribuindo com propostas que possam avaliar esse enfrentamento, além de proporcionar intervenções que reduzam o impacto de situações estressantes, tais como o internamento de um RN (RAMOS *et al*, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no aporte teórico, conclui-se que o *coping* religioso é uma das formas de enfrentamento mais adotada diante uma situação estressora. É importante que o psicólogo compreenda o *coping* religioso como uma potencialidade que mãe encontra para lidar com uma realidade tão ameaçadora, na qual a partir deste ela consegue permanecer esperançosa na melhora do quadro de seu bebê.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Adriana Said Daher, FURQUIM, Patrícia Maria. Enfermaria de Obstetrícia. In: BAPTISTA, M. N., DIAS, R. R. (orgs.). **Psicologia Hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. p. 154-175.
- FOCH, G.F.L. *Enfrentamento religioso-espiritual de mães de bebês em unidade de terapia intensiva neonatal*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica, Campinas.
- LIMA, Luciana Almeida. Intervenção precoce em neonatologia. In: LANGE, Elaine Soares Neves (org.). **Contribuições à Psicologia Hospitalar: Desafios e Paradigmas**. 1. ed. São Paulo: Vetor Editora, 2008. p. 130-143.
- PANZINI, R.G., BANDEIRA, D.R. Coping (enfrentamento) religioso/espiritual. **Rev. Psiq. Clín.** v. 34, suppl 1; p. 126-135, 2007.
- RAMOS, F. P., *et al*. Avaliação do coping de mães frente à hospitalização de bebês prematuros em unidade de terapia intensiva neonatal. In: VIII CONGRESSO IBEROAMERICANA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA/XV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: FORMAS E CONTEXTOS, 2011. Lisboa. **Anais...** Lisboa: 2011. p. 1414-1427.

A ARTETERAPIA COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO EM SAÚDE MENTAL

Lindalva Jéssyka de Oliveira Andrade (andradejessyk@gmail.com)

Ana Clara de Lima Santos

Emilly da Silva Oliveira

Cicera Jaqueline Sobreira Andriola

1 INTRODUÇÃO

A arteterapia possui o viés transdisciplinar, possibilitando o sujeito expressar-se por meio da linguagem artística, visando assim a promoção da saúde. O desenvolvimento de sua base teórica iniciou-se através das análises realizada por Freud a obras artísticas, além das contribuições de Jung, similarmemente, a utilização da arteterapia como instrumento na saúde mental teve seu advento no Brasil através da psiquiatra Nise da Silveira, uma vez que seus grupos terapêuticos obtiveram repercussões positivas.

Evidencia-se que com a aplicação da arteterapia é possível atuar nos mais diversos contextos da saúde mental, tais quais: prevenção do estresse no trabalho, suporte aos paciente com prognóstico desfavorável e reabilitação de pacientes acometidos com doenças crônicas, isso tudo realizado a partir da genuína expressão de sentimentos, o desenvolver do autoconhecimento e a relação do sujeito com o mundo que são mediados pela arte.

Compreendendo a relevância desse instrumento para a prevenção do adoecimento psíquico e a promoção de saúde em sua totalidade, bem como a escassez de produções científicas acerca desta temática, o presente trabalho tem com objetivo discutir as contribuições da arteterapia especialmente no campo da saúde mental.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, onde foram utilizados livros de autores de referência na área, bem como artigos por sua vez encontrados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizando os descritores “arteterapia” e “saúde mental” é possível identificar 25 artigos, sendo que 19 atendem aos critérios de classificação: publicações após o ano de 2010 e redigidas na língua portuguesa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Expressar-se simbolicamente por meio de formas criativas como pintura, dança, canto etc., faz parte da história dos seres humanos que, por sua vez, através da arte, buscam se comunicar, compreender a si e ao mundo e relacionar-se. O fazer criativo é repleto de subjetividade e, ao produzir arte, o sujeito fornece uma oportunidade para conhecermos mais a seu respeito. A arte, o processo de criação artística, pode nos ajudar a reforçar aspectos saudáveis e a construção de meios para transformação pessoal (COUTINHO, 2013).

Assim sendo, a arteterapia pode ser compreendida, segundo Philippini (2004), como um processo terapêutico que se dá por intermédio da utilização de inúmeras modalidades expressivas. As atividades artísticas utilizadas caracterizam-se, então, como produções simbólicas, permitindo o confronto e a atribuição de significados às informações referentes à níveis profundos da psique, que podem, por conseguinte, serem apreendidos pela consciência, configurando uma terapia pela arte.

ISBN 978-65-990525-0-7

Quanto a sua história, salienta-se que a arteterapia foi propagada inicialmente pelo psiquiatra e terapeuta Carl Jung, que enfatizava a expressão por meio da arte como parte do tratamento psicoterápico. No Brasil, destaca-se o trabalho de Nise da Silveira em 1946, uma médica psiquiátrica que incluiu em suas intervenções oficinas de arteterapia, com significantes resultados comprovados e divulgados até os dias atuais (CIORNAI, 2005).

A arteterapia pode estar presente nos mais diversos campos de saúde mental: na prevenção, no tratamento, na reabilitação, nos casos crônicos e nos processos terminais, afinal, conforme Ciornai (2005), a humanização se refere ao cuidado como um todo: físico, emocional, afetivo, mental, espiritual, logo, a arte atua como nutriente para a imaginação, os sentimentos, as ideias, as fantasias e os desejos, facilitando sua expressão, bem como na reinserção social e ressignificação da autoestima. Com isso, é posto em foco pela autora que há uma quantidade significativa de ateliês/grupos terapêuticos que apontaram resultados positivos em seu processo.

Contextualizando a saúde mental, Amarante (2007) acentua que este é um conceito que possui um campo de estudo/atuação amplo, com diversos saberes que inter cruzam sua temática, como a psicologia, a psiquiatria, as neurociências, a filosofia e muitos outros. Isto posto, a mesma configura-se como plural, na medida em que diz respeito ao estado mental dos sujeitos e suas coletividades, o que é influenciado por um contexto social, cultural, histórico, político e econômico.

Dessa forma, a arteterapia faz-se cada vez mais relevante como recurso terapêutico na saúde mental, visto que acolhe o ser humano em sua totalidade, contemplando as esferas afetivas, culturais, cognitivas, motoras, sociais, interpessoais e outras, de modo a promover o bem-estar da pessoa em sofrimento psíquico, potencializando assim o autoconhecimento e o manejo emocional através do contato com as próprias demandas e expressão das mesmas. À vista disso, o indivíduo torna-se conhecedor de si e sujeito ativo do próprio processo terapêutico (COQUEIRO; VIEIRA; FREITAS, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as discussões tomadas no presente estudo, conclui-se a importância da arteterapia como instrumento no campo da saúde mental, visto as contribuições que esta apresenta ao sujeito em sofrimento psíquico, assim como seu valor para a expressão subjetiva através do fazer criativo. Além disso, fez-se notória a escassez de produções científicas na temática em questão, o que confirma a relevância desse trabalho para a ampliação das discussões teóricas e possíveis práticas no campo.

Em vista disso, é cômico que o olhar integral do ser humano faz-se imprescindível na saúde mental, onde instrumentos como a arteterapia e a utilização do potencial artístico e criativo fazem-se significativos na prevenção e promoção de saúde, abrangendo o contato e a elaboração do sujeito frente às suas demandas. Portanto, deixou-se claro que a arteterapia utiliza-se de vastos materiais com o objetivo primordial de mediar a expressividade dos indivíduos, tornando-se terapêutica no processo de promoção da saúde mental.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CIORNAI, S. **Percursos em Arteterapia**: arteterapia e educação, arteterapia e saúde. São Paulo: Summus, 2005. 283 p.

COUTINHO, V. **Arteterapia com crianças**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2013. 128 p.

ISBN 978-65-990525-0-7

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

PHILIPPINI, A. **Cartografias da coragem**: rotas em arteterapia. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2004.

COQUEIRO, N. F.; VIEIRA, F. R. R.; FREITAS, M. M. C. Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental. **Acta Paul Enferm**, v. 23, n. 6, p. 859-862, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3070/307023868022.pdf>.

A PSICOLOGIA HOSPITALAR NO CONTEXTO INFANTIL: Um relato de experiência

Lindalva Jéssyka de Oliveira Andrade (andradejessyk@gmail.com)

Natália de Paula Moreira de Lima

Raquel Farias Gregório Bezerra

Joaquim Iarley Brito Roque

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Psicologia Hospitalar deve contemplar a saúde de forma integral, compreendendo o cunho social, político e econômico, bem como a humanização a partir de intervenções ético-políticas, faz-se notória a relevância de estudos para ampliar o arcabouço teórico e prático acerca do trabalho do psicólogo no âmbito hospitalar, especificamente no contexto infantil. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é discutir a atuação da Psicologia nesta esfera, com base em uma experiência de estágio supervisionado no sul do Ceará, abrangendo as particularidades do atendimento com crianças e o manejo lúdico.

Durante o estágio buscou-se contemplar a ética em uma atuação contextualizada, abarcando potencialidades e vulnerabilidades envolvidas no meio, englobando assim o processo saúde-doença em sua totalidade, de modo a promover o bem-estar e a qualidade de vida das crianças e de suas famílias, evitando a despersonalização desses sujeitos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia Hospitalar é um campo de entendimento e cuidado dos fenômenos psicológicos em torno do adoecimento, sendo este último compreendido através de dimensões biológicas, psicológicas e sócio-culturais, políticas e econômicas (SIMONETT, 2004). Assim sendo, de acordo com Angerami-Camon (2010), a mesma objetiva a minimização do sofrimento provocado pela hospitalização, compreendendo também as decorrências emocionais provocadas por esta e os fatores atuantes nas suas causas.

Quanto ao âmbito infantil, destaca-se que o psicólogo deve atuar a partir de abordagens lúdicas, uma vez que o brincar relaciona-se com a realidade da criança, permitindo a expressão dos sentimentos, medos e fantasias, bem como elaboração de sentido e estratégias de enfrentamento, evitando assim impactos negativos sobre a subjetividade em decorrência da doença e do processo de hospitalização. Similarmente, as intervenções psicológicas devem contemplar o social, a família, a humanização e o acolhimento (CANTO, GUIDO E COSTA, 2019).

3 METODOLOGIA

O presente estudo realizou-se a partir de um estágio curricular em Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde, do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, entre 2018 e 2019. Ressalta-se que campo de estágio em questão configura-se como uma unidade de saúde pública que presta serviços pediátricos 24 horas em todo o Cariri, com emergência, urgência e internamento, contemplando as áreas da medicina, enfermagem, fisioterapia, assistência social, psicopedagogia, psicologia e etc. As intervenções psicológicas foram realizadas no setor de internamento clínico, abrangendo: busca ativa, acolhimento individual e grupal, psicoeducação, intervenções lúdicas e supervisões com a psicóloga do campo e com o orientador do centro universitário, bem como interlocuções com a rede de saúde e social.

ISBN 978-65-990525-0-7

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tornou-se perceptível que o processo de hospitalização abrange o encontro da criança com uma situação nova e muitas vezes assustadora, representando também ruptura de sua rotina anterior e exposição a procedimentos médicos invasivos, o que corrobora com a perspectiva de Hostert et al. (2015). Visto que a criança pode experimentar medo, raiva e angústia, é cômico o valor da ludicidade nas intervenções em questão, uma vez que a mesma facilita a comunicação e a expressão de sentimentos e fantasias, compreendendo também o significado do internamento para o infante e trabalhando os processos de subjetivação e o enfrentamento.

Além disso, compreende-se que situações de estresse podem agravar quadros de saúde, especialmente quando correlacionadas à vínculos familiares fragilizados, dessa forma, essa questão foi amplamente trabalhada durante o estágio, de modo a potencializar os vínculos entre as crianças e suas famílias, estimulando especialmente a relação materno-infantil, uma vez que a maioria das acompanhantes eram as genitoras.

Evidencia-se também a importância de contemplar os determinantes sociais influenciam à saúde, posto que a Psicologia Hospitalar abrange a Psicologia da Saúde, que por sua vez configura-se pelo reconhecimento do ser humano em sua permanente mudança em consequência da interação de fatores orgânicos, ambientais e psicossociais, tendo papel ativo no processo saúde-doença, o que torna importante o trabalho interdisciplinar e as articulações com as redes de atenção (CAPITÃO E BAPTISTA, 2012).

Aqui, enfatiza-se que a maioria das demandas abrangiam vulnerabilidades sociais e econômicas associadas aos inúmeros retornos das crianças ao hospital, logo, foi necessário trabalhar a prevenção de agravos e promoção de saúde a partir da busca ativa, da escuta individual e grupal, de mobilizações pela educação em saúde e interlocuções com a rede social e de saúde. Por conseguinte, deve-se pautar as intervenções na humanização e no cuidado integral, abarcando a ética e a garantia dos direitos humanos, contemplando toda a equipe em um trabalho dialógico e interligado à família, englobando também o cuidado ao cuidador, como acentua Fortes (2004).

5 CONSIDERAÇÃO FINAIS

É perceptível a importância de um olhar integral para a saúde, contemplando o biopsicossocial, cultural, político e econômico para um trabalho comprometido com a ética e a Política de Humanização em Saúde, envolvendo a prevenção de agravos e a promoção de qualidade de vida. Ainda, salienta-se que o trabalho com as crianças deve abranger o lúdico para a expressão genuína de sentimentos, atribuição de sentidos e enfrentamento, assim, a arte também faz-se relevante.

Além disso, é notória a necessidade de envolver a família, a equipe e as redes de apoio social e de saúde, bem como metodologias ativas com intervenções individuais e grupais para trabalhar as demandas de forma contextualizada e satisfatória, superando desafios do modelo biomédico. Diante disso, evidencia-se que o estágio supervisionado proporcionou uma oportunidade de construção de saberes e práticas para aprimorar o fazer do psicólogo hospitalar no contexto infantil.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, V. A. O psicólogo no hospital. In: ANGERAMI-CAMON, V. A. **Psicologia Hospitalar: Teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010, p. 1-14.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000100006.

CANTO, T. S.; GUIDO, H. S.; COSTA, A. B. Projeto de extensão ONG Saúde Criança: Inserção à Psicologia Hospitalar e à Ludoterapia. **Revista Extensão em Foco**, n. 18, p. 72-79, 2019. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14383/2/Projeto_De_Extensao_ONG_Saude_Crianc_a_Insercao_a_Psicologia_Hospitalar_Infantil_e_a_Ludoterapia.pdf.

CAPITÃO, C. G.; BAPTISTA, M. N. Avaliação Psicológica da Saúde: Um campo em construção. In: BAPTISTA, M. N. **Psicologia Hospitalar**: teoria, aplicações e casos clínicos, 2 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

FORTES, P. A. C. Ética, direitos dos usuários e políticas de humanização da atenção à saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 30-35, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/04.pdf>.

HOSTERT, P. C. C. P. et al. Coping da hospitalização em crianças com câncer: a importância da classe hospitalar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 4, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v32n4/0103-166X-estpsi-32-04-00627.pdf>.

SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar** – o mapa da doença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 201p.

PLANTÃO PSICOLÓGICO: UMA PSICOLOGIA CLÍNICA ENVOLVENDO FUNDAMENTOS DA GESTALT TERAPIA

Maria Jéssica Pereira da Silva(santoosjess@hotmail.com)

Thalita Sousa Vieira

Marcus Cézar de Borba Belmino

1 INTRODUÇÃO

O serviço de plantão psicológico iniciou nos anos 60, sendo considerado pelo autor Chaves & Henriques (2008) uma novidade para a psicologia clínica. O plantão psicológico foi constituído por Rachel Rosemberg, no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP), do Instituto de Psicologia da USP (Ipusp), usando menção da Abordagem Centrada na Pessoa de Carl Rogers. O presente trabalho tem como objetivo apresentar intervenção de acolhimento a pessoa que chega com suas necessidades sob olhar da Gestalt Terapia, pensando em uma interlocução do Plantão Psicológico e Gestalt terapia. Visto que, Gestalt Terapia surgiu na década de 60, nos Estados Unidos, fundado e desenvolvido por Frederick Salomon Perls – ou Fritz Perls. Os pressupostos filosóficos são baseados no Humanismo, Fenomenologia e Existencialismo, partindo de uma visão do homem, definindo sua pratica e teoria.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada por leitura seletiva do material sobre o tema discutido, baseando principalmente por periódicos, artigos científicos, cartilhas e resolução, oriundos da base de dados SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e Biblioteca do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, utilizando como descritores “Plantão Psicológico”, “Psicologia”, “Gestalt Terapia”, utilizando ano de 2008-2018.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo do plantão psicológico é o atendimento emergencial à demanda, tendo como proposta o atendimento clínico breve, fora do modelo de psicoterapia, funciona sem necessidade de agendamento, atribuído as pessoas que recorrem o serviço de forma espontânea, em busca de ajuda (CHAVES; HENRIQUES, 2008).

O plantão psicológico abre espaço tanto para o cliente e plantonista, apresentando como alguém disposto, presente, disponível não apenas como detentor de um saber técnico, mas estar junto, possibilitando direcionamentos, deixando afetar, e a partir daí compreender o outro. Por dar início ao modelo de aconselhamento psicológico proposto por Rogers atrelado ao exame de personalidade, o autor propõe uma mudança se tratando a importância do cliente e não ao problema, pensando na relação e não nos instrumentos de avaliação, abrindo espaços não só na clínica tradicional, mas em outros contextos que demandavam ajuda (REBOUÇAS & DUTRA, 2010).

A Gestalt-terapia explora aquilo que tem modificação direta com o comportamento, tendo como objetivo o crescimento e autonomia, um aumento da consciência. Em vez de interpretar, o terapeuta direciona com o paciente uma awareness ativo, possibilitando uma presença honesta e direta, passando para o paciente o que consegue ver e informar o que está sendo vivenciado, visto, como o terapeuta se sente, e com ele é como pessoa. Trazendo uma relação entre si, tudo é secundário à experiência direta dos dois participantes. A ideia é explorar aquilo que continua a se desenvolver depois da sessão, sem o terapeuta (YONTEF, 1998).

ISBN 978-65-990525-0-7

É importante entender os significados de acolher e responder de quem assume o plantão psicológico. Acolher refere-se à atenção para a experiência do cliente no momento que procura ajuda, atendendo não apenas por o que é conhecido como queixa, mas o modo como o cliente vive essa queixa, os recursos que são compreendidos, o que está em sua volta sociopsicológico para cuidar do seu sofrimento, e as expectativas que apresentam ao buscar ajuda. Ao acolher o cliente está ao mesmo tempo, dando oportunidade de se posicionar frente aquilo que vive, permitindo um posicionamento, oferecendo a oportunidade de um primeiro contato (REBOUÇAS & DUTRA, 2010)

O terapeuta deve trabalhar com os eventos presentes, tanto na realidade física, quanto na fantasia. Podendo integrar o que quer que surja na sessão, não havendo necessidade que se acumulem situações inacabadas. Trabalhando na experiência do cliente e não só na verbalização ou lembranças, oferecendo ao paciente um instrumento, auto suporte, para que se possa resolver suas próprias dificuldades, trabalhando com situações como ela se apresenta. Momentos pode abrir uma porta, e noutro descascar a cebola (PERLS, 1988).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível compreender uma interlocução no plantão psicológico e abordagem gestáltica, pois exige uma postura de ajudar o cliente na descoberta de si, ampliando sua “awareness”, seu crescimento e amadurecimento, voltado para consciência do indivíduo sobre seu funcionamento, como ele age, da maneira que possa ver quem es, com objetivo de buscar seu próprio equilíbrio. Possibilitando espaço de acolher a experiência do paciente em determinada demanda e/ou situação, lidando com o não planejado, proporcionando que o encontro seja único, para isso, o plantão requer sensibilidade e invenção nos modos de responder e manejar o atendimento, tendo em vista a diversidade, pluralidade e singularidade.

REFERENCIAS

CHAVES, P.B.; HENRIQUES, W.M. PLANTÃO PSICOLÓGICO: De frente com o inesperado. **Psicologia Argumento**. 26(53), p.151 à 157, 2008.

PERLS, F. **A abordagem gestáltica e a testemunha ocular da terapia**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

REBOUÇAS, MS.S; DUTRA. E. Plantão Psicológico: uma Prática Clínica da Contemporaneidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**. XVI(1): 19-28, 2010.

YONTEF, G. Processo, diálogo e awareness: ensaios em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1998.

A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA PRÁTICA DE ACOMPANHAMENTO TERAPEÚTICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Guedes do Nascimento (ailanascimento255@gmail.com)

Keilany Botelho Araújo

1 INTRODUÇÃO

O acompanhamento terapêutico escolar é uma prática, que tem se difundido cada vez mais nas escolas com o objetivo de auxiliar a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE). A atuação do acompanhante terapêutico (AT) deve ser pautada numa ética que prime pelo desenvolvimento da criança nos âmbitos pedagógico e social (BATISTA; FLOR; DA SILVEIRA, 2017).

A Constituição Federal assegura, às crianças com necessidades educacionais especiais, o acesso à educação e estabelece como dever das escolas, provê os recursos necessários ao seu desenvolvimento social e pedagógico (BRASIL, 1988).

Entretanto, apesar de a legislação brasileira estabelecer que as escolas têm o dever de criar práticas inclusivas, muitas escolas brasileiras não tem acesso a esse suporte especializado, comprometendo tanto o desenvolvimento das crianças com NEE, quanto a motivação do professor, que enfrenta dificuldades para promover a inclusão escolar destas crianças (ROSIN-PINOLA, DEL PRETTE, 2014).

Diante desta problemática, o presente trabalho objetivou investigar na literatura se o acompanhamento terapêutico tem sido uma prática acessível às crianças com desenvolvimento atípico e quais as contribuições que essa prática tem dado aos professores e alunos com necessidades educacionais especiais para a promoção de uma inclusão escolar efetiva.

Esta pesquisa justifica-se como relevante, devido à necessidade de práticas mais inclusivas serem exercidas socialmente. Considera-se, que práticas sociais requerem ser reforçadas pelos atores sociais e pela comunidade científica.

2 METODOLOGIA

A pesquisa apresentada neste artigo caracteriza-se como uma investigação bibliográfica, proveniente de uma revisão de literatura que cruzou os temas acompanhamento terapêutico escolar, autismo e inclusão escolar. O método utilizado foi o descritivo-exploratório e a abordagem empregada teve cunho qualitativo atento ao conteúdo das produções encontradas nas áreas de acompanhamento terapêutico e inclusão escolar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A escola é considerada o espaço social que mais favorece o desenvolvimento infantil e a aquisição de habilidades comportamentais necessárias à vida em sociedade. É o lugar onde as crianças aprendem e vivenciam as diferenças (LE MOS; SALOMÃO; AGRIPINO-RAMOS, 2014).

Todavia, a história prova que aceitar as diferenças seja estas provenientes de cor, renda, etnia, etc. nem sempre se desenrolou de maneiras amigáveis. Por trás de toda inclusão, foi necessário que pessoas levantassem suas bandeiras e fossem à luta. Com a inclusão escolar de crianças com desenvolvimento atípico não foi diferente. Foi necessário tolerar forte rejeição e derrubar as barreiras do preconceito e da discriminação (DA SILVA; ARRUDA, 2014).

ISBN 978-65-990525-0-7

Pesquisas têm sido feitas visando identificar os fatores que desfavorecem a inclusão nas escolas brasileiras, e nestas a figura do professor tem sido apontada como crucial neste processo (MATOS; MENDES, 2015; CAMPOS; FERNANDES, 2015; RIBEIRO; MELO; SELLA, 2017).

A inclusão escolar é um dos desafios da escola, pois a formação dos professores, conforme expõe Rosin-Pinola, Del Prette (pág. 343, 2014) “pouco tem dado conta das demandas atuais da educação”. Da Silva e Arruda (2014) explicam que na formação dos atores escolares (professores, coordenadores) nem sempre é possível à vivência de práticas pedagógicas voltadas a inclusão. Muito se tem de teoria, mas pouco de atuação prática.

Estudos apontam também que muitos educadores possuem dúvidas sobre a inclusão que devem estimular no âmbito escolar. Se, devem reforçar as interações sociais, se, a aquisição de habilidades pedagógicas. (MATOS; MENDES, 2015).

É nesse contexto, de não saber como atuar, que surge a figura do acompanhante terapêutico (AT). Seu objetivo é de fomentar o protagonismo das crianças com desenvolvimento atípico no âmbito escolar, quebrar com o modelo de educação que prima apenas pela aquisição de habilidades formais de aprendizagem. Seu compromisso ético é de fornecer condições para que a criança transite socialmente, tenha sucesso em suas interações sociais, tenha sucesso nos conteúdos escolares, atue e veja a atuação de outros atores (BATISTA; FLOR; SILVEIRA, 2017; NASCIMENTO, 2015; LEMOS; RIBEIRO; AGRIPINO-RAMOS, 2014).

O objetivo da intervenção na escola é, portanto, promover a aquisição de habilidades sociais e acadêmicas que propiciem qualidade de vida e independência à criança com NEE, respeitando suas características e reforçando seu papel de protagonismo social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais esta pesquisa trouxe contribuições em relação ao acompanhamento terapêutico escolar de crianças com NEE, especificando um pouco o que é o trabalho do acompanhante terapêutico (AT), e a sua importância para o desenvolvimento e evolução das crianças.

Os objetivos desta pesquisa foram alcançados parcialmente. Foram alcançados no que diz respeito à identificação da abrangência do trabalho do AT, pois através da pesquisa pode-se identificar que o acompanhante terapêutico tem um papel muito relevante para a promoção da inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais. Entretanto, a partir da pesquisa, diversos empecilhos à inclusão foram identificados, como a inacessibilidade do AT em escolas brasileiras e a ausência de um suporte especializado para os professores, que, muitas vezes, não conseguem cumprir seu papel com as crianças com NEE, por não ter a formação profissional necessária e adequada, nem esse suporte promovido pelo AT.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ana Laura; FLOR, Tatyane Couto; DA SILVEIRA, Ricardo Wagner Machado. Saberes e práticas do acompanhamento terapêutico com crianças: uma revisão bibliográfica. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 23, n. 1, p. 55-62, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. **Revista brasileira de educação especial**, v. 20, n. 3, p. 341-356, 2014.

ISBN 978-65-990525-0-7

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

DA SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O papel do professor diante da inclusão escolar**. 2014. Disponível em <http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf> Acesso em 10 de jan de 2019.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 9-22, 2015.

CAMPOS, Larriane Karen. FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro do autismo. In: **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2016.

RIBEIRO, Georgia Daniella Feitosa de Araújo; DINIZ, Jessica Kamilla de Araújo. A criança, as crianças e o acompanhante terapêutico: um grupo de aprendizagens. In: ii congresso internacional de educação inclusiva, 2., 2016, Campina Grande. **Anais...** . Campina Grande: Realize, 2016. p. 1 - 10.

NASCIMENTO, Verônica Gomes. **O acompanhamento terapêutico escolar no processo de inclusão de uma criança autista**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19009>> Acesso em 15 de março de 2019.

A UTILIZAÇÃO DA ARTERAPIA ENQUANTO FERRAMENTA DE AUXÍLIO NA MEDIAÇÃO DE GRUPOS COM ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Jéssica Feitosa Bacurau (bacuraujessik@outlook.com)

Fagner Franciso de Santana
Cicera Jaqueline Sobreira Andriola

1 INTRODUÇÃO

A cada dia se faz ainda mais necessário a construção de aportes que deem subsidio a vivencia do ser humano em sua totalidade, no que tange desenvolver técnicas e métodos de auxílio dos profissionais responsáveis por este. Nesse sentido a arteterapia adentra esse espaço enquanto ferramenta de apoio a elaboração de processos dos quais o sujeito ainda não consegue elaborar. Esses processos ainda não ressignificados, podem ser evidenciados no período da adolescência, onde os sujeitos sofrem mudanças significativas para o seu desenvolvimento, tanto a nível pessoal, quanto social, assim como os processos escolares. O objetivo desse artigo é levantar dados sobre como a arteterapia pode auxiliar dentro dos processos grupais de resolutividade de conflitos e adoecimentos dentro das instituições escolares.

2 METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma revisão bibliográfica que segundo Gil (2010) trata-se de “uma pesquisa elaborada com base em material já publicado”, com a finalidade do levantamento de dados. Como forma de análise foram escolhidos cinco artigos, que fornecessem base ao desenvolvimento da construção teórica dessas publicações, onde as palavras chave foram: “Arteterapia”, “adolescência”, “arteterapia com adolescentes”, “arteterapia nas escolas”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A arteterapia se configura como sendo um método que faz referência a utilização de várias maneiras de expressões artísticas com o objetivo de se fazer algo que tenha uma finalidade terapêutica para quem executa esse determinado método (REIS, 2014). Por tanto, essa prática pode ser desenvolvida com vários públicos, como por exemplo o público adolescente, que de acordo com a OMS, é o período em que o indivíduo transita entre a infância e a vida adulta, período esse caracterizado por impulsos de desenvolvimento de ordem biopsicossocial, concomitantemente caracterizado pelo o empenho de atingir os objetivos socioculturais, essa faixa correspondendo entre os 10 e 19 anos. Sendo assim, através de uma linguagem artística o adolescente pode expressar o seu potencial criativo por meio da arteterapia que é uma metodologia ativa. (CIORNAI, 2004). Segundo (VALLADARES, NOVATO., 2001), a arteterapia com adolescentes pode auxiliar no processo de construção, processo esse que pode possibilitar o autoconhecimento no sentido de organização, edificação e integração, podendo então servir de auxílio no seu processo natural de desenvolvimento. Haja vista que a escola é um ambiente onde o adolescente passa grade parte do seu tempo, é necessário que se possa refletir como a arteterapia se coloca nesse espaço, visto que Aguiar e Souza (2016), mencionam que a escola é um espaço organizador central na vida do adolescente favorecendo a aquisição de novas informações e o aprimoramento das que ele já possui, ampliando novos prismas intelectuais e sociais. Na arteterapia não se pode afirmar que uma produção é certa ou errada, pois as

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

produções expressam simbologias da vida do adolescente. (AGUIAR, SOUZA 2004) das quais essas são a ferramentas essenciais do terapeuta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento psicológico com o adolescente (seja em qualquer contexto), sempre será de grande complexidade visto as crenças que permeiam esse período do desenvolvimento, dessa forma desde muito cedo vem se pensando em novas abordagens que possam satisfatoriamente atender esse público dentro de suas especificidades. Assim sendo, a arteterapia pode ser grande mediadora desse processo visto que suas técnicas quebram as relações verticais criadas historicamente entre paciente e terapeuta, além de facilitar a exposição do potencial criativo do sujeito, o que certamente dentro das instituições escolares venha a refletir satisfatoriamente no desenvolvimento da aprendizagem dos mesmos. Por fim, considerando tais aspectos citados observa-se a escassez de trabalhos e livros que enlacen o tema da presente pesquisa, por tanto, se faz necessário um reforço para a criação de novos aportes teóricos e práticos visto a evolução desse método na mediação com o adolescente.

REFERÊNCIAS

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora atlas. 5ºed. 2010.

CIORNAI. S. **Percursos em Arteterapia**. São Paulo: Summus, 1ºed. 2004.

REIS, Alice Casanova dos. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 34, n. 1, p. 142-157, Mar. 2014.

SOUZA, R, C, S. AGUIAR, O. X. Arteterapia como recurso para alunos com dificuldade de aprendizagem no ensino fundamental. **Revista científica do UNISALESIANO**. Lins. 2016.

VALLADARES, A, CARVALHO, A. A arteterapia no contexto da hospitalização pediátrica. O desenvolvimento da construção com sucata hospitalar. **Acta Paul Enferm** 2005; 18(1):64-71.

LUTO, AGRESSIVIDADE, VULNERABILIDADE E ESCOLA

Thalyson Bruno Marques Feitoza
Maria Elaine Nunes Vicente
Yáskara Lobo Cordeiro
Indira Siebra Feitosa de Holanda

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado em uma escola municipal pública de ensino fundamental, com os alunos do 6º ano, entre 11 e 12 anos, situada em um bairro periférico na cidade Juazeiro do Norte, Ceará. A partir das observações feitas na instituição, foi percebido que a estrutura da mesma se encontra em situação precária: salas de aula sem ventiladores, o que torna o ambiente de estudo insuportável, levando em consideração que a escola se encontra em uma região extremamente quente, as salas também estão sem portas e/ou com portas quebradas e janelas deterioradas; os banheiros sem teto, com falta de higienização adequada e sem lâmpadas; e falta funcionários para a limpeza da instituição. Em contrapartida, a sala dos professores, a coordenação pedagógica e a diretoria têm um ambiente climatizado, com água mineral, banheiros separados dos alunos, em ótimas condições. Observou-se também que as relações entre a coordenadora e os alunos são em sua maioria de respeito, pois se tenta ter um diálogo e há uma obediência em relação aos pedidos feitos pela coordenadora. No que se refere ao diretor e aos professores não se pode dizer o mesmo, pois são relações conflituosas, se tornando muito mais agressivas quando se trata de aluno/aluno. No tocante do bairro em que a escola está inserida, é relevante elencar os problemas e vulnerabilidades cujos quais os integrantes da comunidade escolar encontram corriqueiramente: extrema pobreza, violência doméstica – relacionamentos abusivos - e tráfico de drogas.

Diante disso tudo em que as crianças e adolescentes da escola estão expostas, as pessoas em geral acabam por desacreditar nas potencialidades das mesmas, gerando uma fragilidade de auto apoio nos alunos. Esse trabalho objetiva trazer uma reflexão acerca das problemáticas e demandas apresentadas pelos alunos do 6º ano do ensino fundamental e a partir disso desenvolver um projeto de intervenção que venha a amenizar tais dificuldades enfrentadas por eles. Ao ser feito o reconhecimento da demanda, por meio de observação, conversas com os alunos e a equipe de profissionais pedagógicos da escola, foi identificado como objetivo específico a necessidade de se trabalhar o fortalecimento de vínculos e respeito entre os alunos, pois havia uma agressão verbal frequente uns com os outros e com os professores. No decorrer dos encontros, observou-se outros pontos que também precisavam ser trabalhados no momento e que foram apresentadas por eles, como: respeito de regras, luto e perda, e agressão.

Assim, o trabalho realizado fez-se imprescindível para estes alunos, por possibilitar um momento de fala, de resignificação e por favorecer que os mesmos experenciassem um contato autêntico consigo mesmo, através da percepção real de si e de suas necessidades no tempo e espaço presente. Em relação a direção, coordenação e professores da instituição, o trabalho foi de suma importância, por possibilitar a estes a compreensão de que os alunos precisam desse espaço de fala e que a vida deles não se resumem a escola, bem como a influência que a comunidade, a situação financeira e outros fatores tem no fracasso escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

ISBN 978-65-990525-0-7

Eisenstein (2005), pontua o período da adolescência como uma transição entre a infância e a vida adulta, que traz características de certo modo, de como essas informações lhe chegarão, ou seja, lhe serão ensinadas, logo, quando a escola se encontra em uma situação vulnerável e os professores não tem à sua disposição um apoio pedagógico e material, pode ocorrer um comprometimento com esse processo. O fracasso escolar é uma conjunção desses três fatores que estão, necessariamente, interligados, influenciando no bom, ou mal, desempenho do aluno, embora, por vezes, tente-se identificar o ponto inicial, em alguns casos, advindo apenas da escola ou do aluno.

Contudo, focando na perspectiva da escola, principalmente, na sua infraestrutura, Souza (2017) afirma, que estudar em um período de calor, não é fácil, havendo diversos estudos científicos que comprovam que as altas temperaturas negativam a eficácia da aprendizagem e memorização. A constância desse calor causa irritabilidade e impaciência no aluno, fatores que atrapalham o desenvolvimento dos estudos, pois se o corpo se ocupa em manter um nível de temperatura que o mesmo se agrada, a possibilidade de concentração, de análise e de fixar o conhecimento diminuem. Se a infraestrutura da sala de aula permite um clima agradável e benéfico em relação aos estudos e seus resultados, os alunos respondem com diminuição das saídas, idas ao banheiro e ao bebedouro, e as escapadas típicas de quem não suporta permanecer em um ambiente desconfortável.

Dessa forma, ele afirma que as altas temperaturas, e a não existência, ou qualidade, de meios interventivos de melhoria na infraestrutura das escolas para atender esse tipo de demanda, afetam não só o aprendizado dos alunos, mas também a saúde dos mesmos e dos professores que atuam na educação. Levando em consideração a perspectiva social, pode-se começar uma reflexão acerca do engajamento de adolescentes, que estão em situação de vulnerabilidade social, em comportamentos de risco. Esse é um tipo de comportamento desadaptado que tem como uma de suas funções principais reduzir emoções, desagradáveis e indesejáveis, ou seja, garante a manutenção de um ciclo vicioso no qual as ações de risco proporcionariam o alívio instantâneo dos sintomas indesejáveis, que por sua vez, dariam margem à respostas desadaptadas, o que daria intensidade aos afetos negativos do início e levaria o sujeito a procurar, outra vez, descarregamento nos comportamentos de risco. (AUERBACH; ABELA; RINGO, 2007 apud PAULINO; LOPES, 2010).

Santos (2006, apud PAULINO; LOPES, 2010), afirma que as tentativas de compreender os aspectos capazes de ampliar e de reduzir a atuação dos fatores de risco entre os jovens deve sempre lidar diretamente com a cultura, classe socioeconômica, e as questões de gênero, que definem as relações e o desenvolvimento dos adolescentes. Neste sentido, com relação ao surgimento da vulnerabilidade de adolescentes, pode-se destacar a baixa qualidade do ensino público, que geralmente abarca a camada mais pobre da população, o fracionamento educacional e vários outros problemas que corroboram com a diminuição cada vez mais frequente da procura de adolescentes pela escola, restringindo a capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos, contribuindo para a precariedade da integração destes jovens às estruturas de oportunidades. Dessa forma, é possível esclarecer as nuances entre adolescência e violência. (ABRAMOVAY et al., 2002).

Abramovay et al. (2002), pontua essa relação como o produto de dinâmicas sociais injustas calcadas nas desigualdades de oportunidades, segregações e uma inserção deficiente no meio educacional e de trabalho, bem como ausência de meios de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz, e o afastamento dos modelos que fazem vínculo de esforços a êxitos. É importante que a escola lide com as características presentes no sujeito. Marques (2012), afirma que cabe a escola também encontrar meios novos com alunos enlutados para que haja uma ressignificação, pois este é um desafio em casos de perdas e luto. Para o luto se faz necessário um apoio, sem isso o luto poderá se tornar patológico. Certamente, faz parte da vivência escolar reconstruir e ressignificar o sentido da vida diante da dor, do luto e da perda. É imprescindível trabalhar a temática

do luto no contexto escolar, pois as pessoas que vivenciam esta situação podem apresentar dificuldades de reagir e agir diante a dor.

A autora apresenta também como um dos maiores desafios, para trabalhar esse assunto, a falta de suporte para a equipe de professores para que falem sobre o tema na escola, pois muitas vezes nem eles sabem como lidar com a perda. Sendo assim, nota-se a importância do psicólogo inserido no contexto escolar, como afirma o Conselho Federal de Psicologia (CFP) na resolução nº 014/00, que o mesmo poderá intervir aplicando conhecimentos psicológicos na escola de forma psicopedagógica, com referências as fases do desenvolvimento humano, às relações interpessoais e à integração família-comunidade-escola, promovendo, assim, o desenvolvimento integral do ser, e dentro disso, suas respectivas ressignificações.

Tendo como base todo o exposto até aqui, Andrada (2005), pontua que o psicólogo escolar precisa promover espaços de escuta das demandas da escola e refletir acerca de meios que torne possível lidar com as situações que são corriqueiras. O seu trabalho deve sempre está permeado pela oferta de reflexões com os alunos, professores e toda a equipe profissional, para que se possa agir sobre suas relações e paradigmas. O psicólogo deve confrontar, quando necessário, a família e o professor, possibilitando espaços de diálogo franco sobre a dificuldade de todos, não apenas do aluno, desmanchando o sistema que traz a “culpa” pelo fracasso escolar. A participação do psicólogo no cotidiano da escola, principalmente nas reuniões de plano pedagógico e na construção do projeto político pedagógico, poderá estabelecer novas formas de olhar os alunos, evitando o uso de rótulos, diagnósticos imprecisos e hipóteses monocausais. Ainda de acordo com Andrada (2005), muitas vezes o histórico de fracasso escolar é proveniente de outras instituições, podendo ser modificado a partir do trabalho de uma equipe multiprofissional que se reconheça enquanto agente de transformação social. Dessa forma, o psicólogo escolar, se colocando em uma posição de “não saber”, pode criar junto à equipe educacional estratégias de intervenções colaborativas.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi estruturado em cinco encontros, cerca de 1 hora e 40 minutos cada. No primeiro encontro foi feito o reconhecimento da demanda como descrito acima. Com a demanda estabelecida, no segundo encontro foram realizadas a dinâmica do balão, onde os alunos escreveram um sonho e colocaram dentro dos seus respectivos balões, foi entregue também um palito e pedido que os alunos brincassem com eles, e o desenho coletivo com temática livre, onde eles foram separados em trios para a realização em conjunto da arte. O terceiro encontro foi reservado para a criação de regras, que deveriam partir deles mesmos. No quarto encontro, foi aplicado o experimento da roseira, que se dá por uma viagem à fantasia, onde se pede que os participantes se deitem, fechem seus olhos, sintam o funcionamento do seu corpo e imaginem uma rosa, depois é pedido que os mesmos se fundem a rosa, experienciem ser a rosa e por fim saiam da rosa e se despeçam da mesma. Em um segundo momento, no mesmo encontro, foi feito uma roda de conversa para a partilha de suas experiências durante o experimento. No quinto e último encontro, foram feitas duas dinâmicas, uma se baseava em escrever uma carta para alguém em especial para eles, tendo como objetivo ressignificar o luto e/ou sentimentos por essas pessoas. Na outra eram colocadas duas cadeiras uma de frente para a outra onde um aluno se senta e chama primeiro um colega que ele gosta e a posteriori um que ele não gosta e para os dois ele deve revelar o que gosta e o que não gosta nessas pessoas, e lhes é perguntado o que sentiram ao ouvir tais coisas, depois eles trocam de lugar e se colocando no lugar do outro, deve refletir sobre o que faria e sentiria ouvindo essas declarações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro encontro ao conversar com os alunos, notou-se à indignação para com a estrutura a qual a escola oferece, e os privilégios que os professores têm em relação a eles – como havíamos observado anteriormente. Também foi percebida uma grande agitação psicomotora e verbal, agressividade entre eles, bullying, desrespeito e dificuldade de manter a atenção. Dessa forma, fazendo menção ao que diz Weiss (2003) acerca do fracasso escolar, podemos afirmar que este pode ser visto a partir das relações significativas entre a escola, o processo de ensino aprendizagem e as condições socioeconômicas e culturais.

Ainda nesta mesma roda de conversa, ouvimos deles que a turma tem habilidades artísticas, como dança, desenhos, pinturas, etc., o que corrobora com o que traz Outeiral (2003), citando a criatividade como uma das características marcantes da adolescência. Feito isso, tivemos uma conversa com o diretor, que nos relatou o caso de um “aluno problema” que possivelmente possuía algum transtorno mental, mas que não foi diagnosticado, ele também relatou que havia conflitos na sala em decorrência de dois meninos que possuíam “trejeitos afeminados (SIC)”.

No segundo encontro, durante a dinâmica do balão, algumas pessoas não quiseram escrever qual eram seu sonho, omitiram sobre ou não quiseram falar qual era. No momento de brincar com o balão, onde eles haviam colocado seu sonho, enquanto alguns queriam proteger o seu balão, outros se preocupavam mais em estourar o do colega, alguns estouraram seu próprio balão, e também houve casos em que alguns que tiveram seu balão estourado, estourou o balão do colega como forma de vingança. Os participantes que conseguiram salvar a sua bexiga, demonstraram ter grande resistência em estourar seu próprio balão, no momento em que foi solicitado que eles retirassem seu sonho de dentro. Em casos específicos, dois alunos tiveram seus balões estourados: um deles reagiu de forma triste como se houvesse perdido algo em que ele estava muito apegado, e o outro se sentiu feliz, pois segundo ele “o balão estava muito pesado”, ficando subentendido que o peso viesse da sua crença da impossibilidade de realizar o seu sonho. Notou-se que a maioria dos sonhos eram sobre serem policiais, delegada ou seguir carreira militar. Levando em consideração que o bairro, em que a escola está localizada, existe a presença muito forte de policiais combatendo o tráfico de drogas e violência doméstica e que esses representam uma imagem de autoridade, poder sobre o outro, figura de opressão e ao mesmo tempo – em certos momentos – de heróis, podemos afirmar que esse sonho de querer ser policial resulta da vontade dos mesmos de conseguir evitar passar novamente por situações que os façam sentir-se impotentes. Contudo, houve uma aluna que relatou desejar ser diretora de cinema. Também foi encontrado um papel no chão, sem o nome do autor, onde estava escrito que o sonho era terminar os estudos, mas ninguém se manifestou como o escritor desse bilhete.

Ainda no mesmo encontro, para a realização do desenho coletivo, foi dividido aleatoriamente os alunos em trio, contudo, alguns preferiram desenhar sozinhos porque ficaram com colegas que não gostavam. Foi entregue uma cartolina para cada trio e dado a instrução de fazer um único desenho, apenas duas equipes fizeram o que foi pedido, e o restante delimitou um espaço para cada membro desenhar. Ao contrário do que era esperado por nós, não houve briga para compartilhar o giz de cera. A temática dos desenhos ficou focada em sonhos, pois os mesmos tentaram representar o que foi visto na dinâmica anterior. Entre os desenhos teve: a imagem de uma delegada; um desenho do bairro do Horto; um jardim, aonde foi deixado um espaço para ser escrito um poema posteriormente; uma mulher perto de uma árvore, sendo enfatizado que a mulher não era alguém em especial pois não existia; e um desenho de uma praia, aonde o dono do desenho já tinha ido passar férias, e gostaria de voltar novamente ao local. Nesse dia foi percebido uma grande agitação, o que segundo Souza (2017), pode advir da falta de infraestrutura na escola que permita maior conforto para os alunos, os deixando irritados e impacientes, dificultando sua concentração e aprendizagem. Dessa forma, foi quase impossível a aplicação das dinâmicas, sendo preciso parar várias vezes para pedir silêncio e que os alunos parassem de correr pela sala e brigar, desrespeitar e gritar uns com os outros colegas.

Devido a isso, o terceiro encontro, que teve um tempo reduzido de 50 minutos, foi reservado para uma conversa com a sala, sendo proposto que os alunos criassem uma lista de regras com o intuito de facilitar o convívio em sala de aula. Isso foi feito com base nos pensamentos de Outeiral (2003) sobre a “falta de limites” na escola, onde o mesmo coloca que os limites devem ser apresentados ao sujeito de modo que o deixe expressar sua criatividade/indignação, sem medos, riscos e/ou punições.

No quarto encontro foi realizado uma vivência chamada “Identificação com a Roseira”, aonde é feita uma indução de relaxamento, que visa possibilitar o contato com o próprio corpo e diminuir o nível de estimulação externa e excitações. De início busca-se facilitar a conscientização de espaço e tempo dos participantes, para que no aqui-e-agora, eles possam se permitirem estar presentes, o que visa aumentar o grau de envolvimento deles com o exercício à fantasia, facilitando descobertas autênticas, e contatando seus sentimentos e pensamentos, tornando as vivências interiores mais vívidas e intensa, em sequência, é solicitado que seja imaginado uma rosa e o ambiente onde ela se encontra, depois é orientado que eles se tornem a rosa e busquem descobrir mais detalhes sobre a sua existência como rosa, e experienciem o que acontece com o passar das estações do ano.

Por fim, foi pedido que eles deixem de ser a rosa e se despeçam da mesma, levando o tempo que acharem necessário, e voltem para a sala de aula quando se sentirem prontos. Na sequência foi feito uma roda para quem quisesse falar sobre sua experiência de ser a rosa, sendo instruído que o relato fosse contado em primeira pessoa e no presente. O primeiro aluno relatou que sua rosa era branca e estava sozinha no meio de uma floresta, que não aconteceu nada com ela com o passar das estações e que enquanto ele era a rosa ele não conseguia sentir nada, mas que essa experiência trouxesse lembranças do seu avô que tinha falecido. Ele não quis falar mais nada sobre a experiência, e ao escutar o relato sobre o avô, uma aluna comentou que também tinha lembrado de sua bisavó. Essa aluna contou que a sua rosa era branca e estava em um jarro, em uma janela, e que sempre tinha uma menina regando a rosa, ao ser questionada sobre ela disse que essa menina era a bisavó dela que havia falecido. Foi relatado que com as estações do ano, as pétalas da rosa caíam, ela murchava e morria, mas depois ela renasceu. Sobre sua relação com a bisavó, a aluna disse que na infância sofreu de uma doença muito grave e foi ela quem a deu suporte durante toda essa fase. Sentia-se como sendo a preferida dela, e até hoje elas ainda se comunicam através de sonhos, nos quais sua bisavó a avisa sobre fatos que irão acontecer. No momento de falecimento, a aluna estava dormindo e devido a isso ela falou sentir muita culpa por não está ao lado dela nessa hora e por não ter conseguido se despedir, enfatizando várias vezes. Devido ao relato ter sido muito intenso e percebendo que somente a fala não seria suficiente para que houvesse uma ressignificação da experiência, foi realizada uma intervenção, mas antes foi perguntado se a aluna se disponibilizava e se aceitava a proposta. Uma das facilitadoras sentou-se à sua frente, e assumiu o papel da sua bisavó, e foi pedido que a aluna falasse tudo que estava sentindo no momento e depois se despedisse da mesma. Na sua fala foi colocado a angustia sentida por não ter conseguido se despedir, sendo pedido desculpas e explicando que a mesma estava dormindo na hora de seu falecimento, e que por isso não pôde estar ao seu lado. Por fim, a aluna deu um abraço na facilitadora, que no momento estava como uma representação de sua bisavó.

Depois desse momento vários alunos se emocionaram e trouxeram à tona suas perdas, ficando evidente a necessidade de ressignificação de luto. Segundo Marques (2012), é importante lidar com as características presentes no sujeito, no caso do luto, deve-se agir de modo a promover a ressignificação que é um desafio para alunos que enfrentaram situações de perda. Devido isso, no último encontro foi pedido que os alunos, que quisessem, escrevessem uma carta para alguém que gostasse muito, mesmo essa já tendo falecido, ou para alguém que quisessem pedir desculpas. Três alunos aceitaram participar: um deles se despediu do avô que já tinha falecido e pediu desculpas por não estar presente em seu leito de morte; outra aluna escreveu três cartas, uma de amor, e duas de despedida e agradecimento direcionada a duas facilitadoras; já a terceira não quis falar sobre sua carta. Como já tínhamos recebido uma devolutiva deles sobre os outros encontros – e o que mais falaram foi sobre o quão bom era eles

poderem fazer algo além de apenas escrever coisas, muitas vezes, sem entender a necessidade daquilo – pedimos para que os demais, que não quiseram participar da dinâmica da carta, dessem propostas de algo para ser feito. A aluna que tinha participado da vivência “Identificação com a rosa” – que falou sobre sua bisavó –, deu a ideia de os alunos escolherem um colega de sala para falar sobre o que eles gostam ou não nessa pessoa.

Percebeu-se que eles se conheciam muito pouco, que havia uma agressividade muito grande em suas falas, existindo também uma grande dificuldade de se colocar no lugar do outro – já que foi pedido que ao falar sobre o que eles não gostam no colega, os mesmos se colocassem no lugar do outro e refletissem sobre como se sentiriam ouvindo as coisas ditas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os dados colhidos e observados, é imprescindível o papel do psicólogo dentro do ambiente escolar. Pois acredita-se que o trabalho realizado foi de suma importância para os alunos, por possibilitar um momento de fala livre de julgamentos ou preconceitos. Favorecendo a ressignificação de vários âmbitos de sua vida, tanto no que se refere a perda, ao luto, ao respeito ao outro, a empatia e a valorização de si mesmo. No que se refere aos estudantes de Psicologia, o trabalho possibilitou uma percepção mais profunda da realidade vivida e das dificuldades enfrentadas, diariamente, pelos alunos e profissionais envolvidos na instituição, onde foi desenvolvido o presente trabalho. Permitindo um crescimento tanto pessoal, quanto profissional dos acadêmicos de Psicologia. Por fim, tendo em vista que existem poucos trabalhos e pesquisas em volta dessa temática, esse trabalho faz-se necessário pela urgência do debate acerca do fazer psicológico no contexto escolar. Buscando contribuir com os achados, que até então são escassos, devido a sua inexploração e desvalorização. Desvalorização essa, que advém não somente de dentro da escola, mas também da própria categoria de psicólogos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** 2002.

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 18, n. 2, p. 196-199, 2005.

EISENSTEIN, Evelyn. **Adolescência: definições, conceitos e critérios.** *Adolescência e Saúde*, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

MARQUES, Patrícia Regina Moreira. **Luto na escola: um cuidado necessário.** 2012.

RESOLUÇÃO, C. F. P. N. ° 014/00 de 20 de Dezembro de 2000. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2000_14.pdf>. Acessado em 14 de Nov. de 2018.

SOUZA, Júlio. **Climatização das salas de aulas nas escolas públicas.** Disponível em: <<https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/07/11/climatizacao-das-salas-de-aula-nas-escolas-publicas/>>. Acessado em: 13 de Nov. de 2018.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

OUTEIRAL, José. **A adolescência, a criatividade, os limites e a escola**. Outeiral J, Cerezer C, organizadores. O mal-estar na escola. Rio de Janeiro: Revinter, p. 1-7, 2003.

PAULINO, Janaina Aparecida; LOPES, Renata Ferrarez Fernandes. Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 4, p. 752-765, 2010.

WEISS, Maria Lucia Lemme. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-26.

PSICOLOGIA SEM PARTIDO? A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO MEDIANTE AMEAÇA AOS DIREITOS HUMANOS POR UMA PSICOLOGIA SEM MORDAÇA

Macedônia Bezerra Felix (ideiasdverdade@gmail.com)

Raul Max Lucas da Costa

1 INTRODUÇÃO

Em 2018, a comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), promoveu um debate nacional sobre psicologia e democracia. Com o tema “nenhum direito a menos”, o encontro reuniu psicólogos de todo o Brasil, discutindo o cenário político atual. Lembrando o trabalho da psicóloga fundadora do grupo tortura nunca mais, Cecília Maria Bouças Coimbra, o debate também versou sobre o trabalho de psicólogos que atuaram durante a ditadura militar no Brasil. Discutindo temas como a guerra contra e entre os pobres, violação dos direitos de mulheres, o encontro promoveu uma reflexão sobre como pode ser determinante a práxis do psicólogo na defesa da laicidade de um país.

Sabendo que a psicologia se faz de escuta sem prescindir da ação, o cenário exposto aponta para um fazer na psicologia que toma o partido na política, entendendo esta como uma prática no espaço da cidade. Conforme Boechat (2017), os espaços sociais são perpassados de relações de poder que circulam na cultura. Neste sentido, como profissionais sensíveis às problemáticas sociais, a atuação do psicólogo é ativa na escuta e marca um lugar em meio às questões de seu tempo.

Portanto, este trabalho propõe uma reflexão sobre a atuação do psicólogo em cenários políticos de ameaça aos direitos humanos e sociais, discutindo sobre os desafios na atuação, assim como o caráter determinante da psicologia quando não nega seu papel ético transformador da sociedade.

2 METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica a qual propõe construir uma problematização sobre a práxis do psicólogo refletindo seu caráter político e desafios da prática na profissão mediante cenários de ameaça a perda de direitos. Tomando como aporte teórico as contribuições de autores que versam sobre o tema na literatura consultada, a concepção do referencial teórico desta pesquisa utilizou artigos da SCIELO e PEPSIC, selecionando publicações entre 2016 e 2018. Os descritores utilizados foram “práxis”, “psicologia”, “ética”, “política”, “democracia”, “direitos humanos”. Como critério de inclusão foi selecionado o conteúdo dos títulos e resumos que tinham interface com a Psicologia e Política. Os resultados foram comparados buscando-se identificar a correspondência de publicações de acordo com os objetivos da pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Sabucedo (1996) aponta que não é possível pensar a psicologia sem o seu caráter político. Neste sentido, se torna imprescindível pensar a práxis do psicólogo na defesa dos direitos humanos, a qual historicamente está ligada ao próprio nascimento da declaração universal em 1948.(LANE, 2005). Lembra Yamamoto (2006), que nos anos 70, os profissionais da psicologia já discutiam sua prática para um crescente compromisso com mudanças sociais. No cenário político atual, incide um enfrentamento quanto aos campos do poder que sustentam as relações com uma dinâmica própria no laço social, a qual fabrica e viabiliza um determinado governo em detrimento de outro.

ISBN 978-65-990525-0-7

Esse contexto aponta para uma psicologia que assume na cidade sua face política. Para Lombardi, & Lima (2017), a atuação do CFP revela uma preocupação com a prática responsável com a garantia de direitos nos espaços sociais, seja tratando da normatização, seja atuando nas lutas sociais. Também a psicologia como instituição, possui sua história marcada por luta de garantia de direitos. Neste sentido, a história da psicologia e do CFP, possuem exemplos notórios dessa ação como, os enfrentamentos realizados nos anos 80 na mobilização das “Diretas Já”, até as mais recentes mobilizações em apoio ao “Ele Não”, e “psicólogos pela Democracia”, em 2018. (ZAIA, OLIVEIRA E NAKANO, 2018). Vale lembrar, a atuação dos psicólogos nas políticas públicas, com importante destaque para o trabalho realizado no SUAS, onde ações históricas são continuamente renovadas e comprometidas com a transformação da comunidade. Soma-se a isso, complementam Hur e Lacerda Junior (2017), a escuta clínica, incontestável quanto a sua contribuição para mobilizar sujeitos em relação à própria vida e a sua comunidade.

Ademais, pensar uma psicologia sem mordada, consiste em reconhecer sem retroceder, as amarras simbólicas já postas em determinados contextos de atuação. Mordadas como filmar os professores em sala, censurar a discussão de determinados assuntos, não ter garantido o direito a greve no caso dos trabalhadores no setor privado, assim como, propostas de reversão sexual, apontam o difícil momento presente. Reconhecendo o desafio que a prática do psicólogo se defronta, Lucena, Previtali e Lucena (2017), alertavam claramente que em 2016, um golpe a democracia estava em curso no Brasil. Com reformas que fragilizam o povo pobre, se torna cada vez mais latente que os psicólogos assumam seu lugar de luta neste cenário. (VILLEN, 2017). Lembra Kehl (2004/2019), que se a questão atual, ainda é sobre a luta de classes e ódio, isso mostra que há ainda muito trabalho a ser feito, o que torna fundamental a prática do psicólogo tomando partido na psicologia baseada nos direitos humanos e laicidade do país, até que não haja um excluído dos direitos que lhe são próprios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta neste trabalho levantou questões quanto à atuação do psicólogo no atual cenário político no Brasil. A candidatura de chapas ao CFP, que explicitam apoio a temas religiosos, reforça que essa reflexão não foi exaurida ou tão pouco se faz desnecessária. Convém lembrar, o que afirma o Código de Ética e a resolução 01/1999 (CFP, 1999), quando demarca que propostas como a de reversão sexual não somente ferem a ética da profissão, como também é avessa à proposta de laicidade da psicologia. Em suma, uma psicologia sem mordada, é aquela que assume a responsabilidade de um fazer comprometido com a declaração universal dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BOECHAT, F. M. **A Psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular.** Psicologia: Ciência e Profissão, 37(num esp.), 57-70, 2017 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703040002017>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP, **VIII Seminário de Direitos Humanos**, 07 de março de 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/tag/psicologia-e-democracia/>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Resolução CFP Nº 01/99, de 22 de março de 1999. **Estabelece normas para a atuação dos psicólogos em relação à questão da orientação sexual.** Brasília, DF: o autor, 1999. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acessado em 15 de agosto de 2019.

ISBN 978-65-990525-0-7

GONÇALVES, M. A. & PORTUGAL, F. T. **Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil** *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 562-571, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n3/1807-0310-psoc-28-03-00562.pdf>. Acessado em 15 de agosto de 2019.

HUR, D. U., & LACERDA JUNIOR, F. **Psicologia e Democracia: Da ditadura civil-militar às lutas pela democratização do presente**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(num esp.), 3-10, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703190002017>. Acessado em 15 de agosto de 2019.

KEHL, Maria Rita. **Subjetividade, Política e Direitos Humanos**. In Cartilha do Conselho Federal de Psicologia: Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=7b3apxuJWM8C&pg=PA7&lpg=PA7&dq=cartilha+Psicologia,+Subjetividade+e+Direitos+Humanos+rita+kehl&source=bl&ots=KVH9Cc3Bkm&sig=ACfU3U1d0xVcqa_BIEOGf1Tll7vXSNxFHw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwidj_mSgI7kAhW0K7kGHbr4A7MQ6AEwBXoECAkQAQ#v=onepage&q&f=false Acessado em 19 de agosto de 2019.

_____. **O ódio e a democracia**. Brasil de Fato. 2018. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ytL5hfzb2Kc>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

APATIA POLÍTICA E DOCILIZAÇÃO: REFLEXÕES GESTÁLTICAS SOBRE O NEOLIBERALISMO E A CULTURA JUDAICO-CRISTÃ PARA A FORMAÇÃO DE AJUSTAMENTOS EVITATIVOS (NEURÓTICOS) NO SISTEMA ORGANIZADO

Isaura Caroline Abrantes Silva (isauracaroline@hotmail.com)

Márcus César de Borba Belmino

José Lusmário Ramos de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

O discurso neoliberal (meritocracia-individualismo-culpabilização) e a cultura judaico-cristã (valorização do trabalho, atos de penitência e supressão dos desejos) formam uma aliança (APPLE, 2003). Isso se refere a uma forma de governamentalidade que visa à apatia política e o assujeitamento dos corpos. Esse cenário favorece a ocorrência de ajustamentos neuróticos, dificultando a espontaneidade da experiência e atuando sobre a evitação do contato com a novidade. Destarte, esse trabalho tem por objetivo investigar a partir de uma interlocução entre a Gestalt-terapia e o pensamento foucaultiano a conjugação entre o neoliberalismo e a cultura judaico-cristã para a formação de ajustamentos evitativos no sistema organizado. Salienta-se a importância de problematizar os discursos de empresariamento e gerenciamento da vida, contribuindo para fomentar as pesquisas à luz da Gestalt-terapia, utilizando dessa ótica para refletir sobre as problemáticas contemporâneas.

2 METODOLOGIA

Utiliza-se de uma revisão bibliográfica conforme Gil (2002), a partir de livros e artigos científicos que façam alusão ao tema de interesse do pesquisador. Os seguintes descritores foram utilizados: “neoliberalismo”, “cultura judaico-cristã”, “ajustamento neurótico” e “sistema organizado”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O neoliberalismo atua no agenciamento dos corpos, segundo Dardot e Laval (2016), exigindo uma contínua superação dos esforços, sendo os sujeitos visualizados como os únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso socioeconômico. O modelo de subjetivação neoliberal trata corpos como empresas que devem alcançar a máxima eficiência e utilidade. Em complementariedade a isso, Foucault (2014) discute sobre o processo de adestramento dos corpos a partir de estratégias que visam administrar condutas, ditar normas e gerenciar comportamentos, produzindo corpos dóceis.

Nesse contexto, discute-se sobre o sistema organizado, conceito gestáltico desenvolvido por Paul Goodman (2010) para designar um modelo centralista e de alienação contemporânea. O sistema organizado representa uma sociedade formada por relações coercitivas, constituídas pela satisfação parcial e pelo afastamento humano das necessidades orgânicas. A população aposta em instituições, tal como a religião cristã e os ideais neoliberais, para garantir previsibilidade e controle social. A burocratização das relações humanas, o afastamento das experiências comunitárias e o sentimento de insegurança são instrumentos para o fortalecimento do sistema organizado. Por conseguinte, sublinha-se a produção de modos de vida construídos tendo por primazia a apatia e a desvitalização em troca de uma promessa de segurança e proteção institucional.

Dessa forma, em uma antropologia da neurose, a humanidade se afastou do seu contato com a natureza e com suas necessidades mais imediatas para construir contratos simbólicos e permitir o desenvolvimento tecnológico e científico. Com isso, o sujeito se encontra em uma cisão da

personalidade, dividido entre necessidades biológicas e exigências sociais, sente-se amedrontado mesmo quando não há perigos reais. E, por isso, realiza ajustamentos que visam a evitação do contato com quaisquer vestígios de novidade ou risco (PERLS; HEFFERLINE, GOODMAN, 1977).

De acordo com a discussão postulada por Perls (2002), há dois fatores que atuam como propulsores para os ajustamentos neuróticos: o capitalismo e a religião. Sendo a espontaneidade e a abertura a novidade um risco social, o preço do autocontrole exigido pela instituições é a dessensibilização. Enquanto isso, Goodman (2010) defende que a pedra angular da neurose é a servidão a uma autoridade irracional e as normas sociais em busca de bem-estar a partir do controle dos impulsos, supressão dos desejos e a adequação da personalidade aos discursos normativos.

Portanto, há formas de evitação do contato com a experiência, dentre elas a introjeção e a retroflexão. Sobre isso, Perls (2002, p. 194) afirma: “a introjeção significa preservar a estrutura das coisas ingeridas, enquanto o organismo ordena sua destruição”. A retroflexão se refere a voltar-se contra si próprio, havendo uma grande aproximação entre a retroflexão e a constituição civilizatória:

O judeu religioso não culpa a Jeová por nenhum fracasso ou desgraça. Ele não arranca o seu cabelo, não bate no seu peito – retroflete o próprio aborrecimento, culpa a si mesmo por toda a desgraça, arranca seu próprio cabelo, bate no seu próprio peito. Esta agressão retrofletida foi o primeiro passo para o desenvolvimento de nossa civilização paranoica [...] Na religião cristã, entretanto, o processo vai mais além: todos os instintos devem ser reprimidos, e uma cisão entre corpo e alma é estabelecida; o corpo como portados dos instintos é desprezado e condenado como pecaminoso. Por vezes, até exercícios são prescritos pra amortecer o corpo e suas funções (PERLS, 2002, pp. 182-183).

Conforme Perls (2002, p. 184): “as religiões cristãs dão a máxima importância à fé. Eles afirmam que fé é poder, crença é virtude. A crítica é proibida; o pensamento independente é heresia”. Nesse sentido, a agressão organísmica, o processo de assimilação e alienação dos introjetos não é realizado, os valores e as regras são introjetadas sem reflexão. Repudia-se a agressão na era do industrialismo, investindo na apatia política, em relações de consumo e em uma pulverização da individualidade em prol do progresso e desenvolvimento do sistema organizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, ressalta-se a importância de refletir sobre a mercantilização da existência fomentada pelos discursos cristãos e neoliberais que atuam como ferramentas para o governo dos corpos. Reforça-se o compromisso da abordagem gestáltica com a confrontação do *status quo*, a subversão social e a criação de desvios aos ajustamentos evitativos a partir de uma ética do risco que realize furos, rachaduras e micropolíticas no sistema organizado.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

GOODMAN, P. The may pamphlet. In: STOERH, T. **Drawing the line once again:** Paul Goodman's anarchist writings. Oakland: PM, 2010, 21-54.

PERLS, S.; HEFFERLINE, R; GOODMAN, P. **Gestalt-Terapia.** 2 ed. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, F. **Ego, fome e agressão:** uma revisão da teoria e do método de Freud. São Paulo: Summus, 1947.

“MESMO CALADA A BOCA, RESTA O PEITO, SILÊNCIO NA CIDADE NÃO SE ESCUTA”: O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO-ANTROPOLÓGICO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Isaura Caroline Abrantes Silva (isauracaroline@hotmail.com)

Francisco Francinete Leite Júnior

Márcus César de Borba Belmino

1 INTRODUÇÃO

Há discursos fascistas que discriminam a diversidade sexual e de gênero, ameaçando a vida das pessoas que não servem aos ideais de heteronormatividade, isto é, a consonância heterossexual entre corpo-gênero-sexualidade. Desse modo, culminando em um sofrimento ético-político-antropológico, conceito formulado pela Gestalt-terapia, pertinente para compreender a experiência de sofrimento da população LGBTTTQ+, tendo em vista que aos indivíduos lhe são negados direitos políticos e sociais, chegando a serem impossibilitados de exercer seus desejos e histórias de vida conforme as identidades sexuais e de gênero com as quais se identificam. Destarte, essa pesquisa tem por objetivo refletir sobre o sofrimento ético-político-antropológico da diversidade sexual e de gênero.

Assim, essa pesquisa é realizada à luz da abordagem gestáltica. Ressalta-se a importância social dessa discussão diante da atual conjuntura sociopolítica em que as diversidades têm sofrido o aviltamento da dignidade humana, sendo alvos de uma ampla gama de violências. Destarte, sendo imprescindível salientar o compromisso ético-político da ciência psicológica com o combate a quaisquer formas de segregação e opressão social. Em uma análise gestáltica, faz-se pertinente problematizar as desigualdades sociais existentes e permitir uma abertura a estranheza e a diversidade, advogando-se a favor dos desviantes. Reforça-se também o papel do intelectual contemporâneo como agente de fissuras, linhas de fuga e fraturas nos sistemas sociais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), recorrendo a artigos científicos e a livros que abordassem a temática estudada para permitir ao pesquisador familiaridade com o objeto de estudo e o desenvolvimento de novas formulações. Utilizaram-se os conceitos de “sofrimento ético-político-antropológico” e “diversidade sexual e de gênero” como descritores.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A diversidade sexual e de gênero conforme apresentada por Louro (2013), é representada por todos(as) aqueles(as) que desviam da heteronormatividade, representando uma população que experiência o corpo, o gênero e a sexualidade de formas múltiplas. Há uma pedagogia dos corpos que reforça desde tenra infância o agenciamento e a cristalização dos indivíduos em pólos dicotômicos: homem/mulher, macho/fêmea, heterossexual/homossexual. Aos indivíduos que apresentam uma experiência de trânsito entre os pólos dicotômicos, muitas vezes, apresentam um sofrimento ético-político-antropológico.

Com isso, recorre-se a uma análise gestáltica pautada na teoria do *self* (formada por função ato/ego, id e personalidade) para subsidiar essa discussão. A função personalidade conforme Hoepfner (2015), é entendida como um conjunto de atitudes adotadas nas relações interpessoais, um conjunto de

ISBN 978-65-990525-0-7

identificações que formam identidades a serem desempenhadas socialmente, habilitando as condições de responsabilização pelos atos. Nossa cultura é marcada por normas, regras e padrões sociais que não aceitam as diferenças e as diversidades das identidades. O estado de sofrimento se dá na impossibilidade de objetivar a identidade, a função personalidade não opera devido à falta de dados no meio que a circunda. Sem os dados do meio, malogram o horizonte de aberturas para possibilidades futuras.

Consonante a isso, o outro social pode privar o sujeito de participar de uma realidade social e de desempenhar sua identidade, Perls, Hefferline e Goodman (1997), denominam a isso como *mysery*, isto é, aflição, desespero, sofrimento, indicando uma perda da espontaneidade social. Perdendo-se a representação da qual era usufruída publicamente, o sofrimento como saldo da exclusão, em função da ausência de um imagético social em que os indivíduos se encontrem aceitos e incluídos. Com formas dogmáticas de possibilidades de identificação e de desenvolvimento da função personalidade, despir-se disso é arrancar a “pele social” da qual utilizava para comunicação.

Como propõe Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012), a clínica do sofrimento apresenta motivos éticos, políticos e antropológicos. Os motivos antropológicos emergem na impossibilidade de existência humana e do desempenho em ato de identidades. Enquanto isso, os motivos políticos se relacionam com a presença de um desejo dominante em contraponto ao desejo das pessoas que são dominadas, exigindo dessas a alienação das representações sociais em prol de ideais políticos normativos, como no caso de sujeitos desviantes, incluindo a população LGBTQ+.

Por último, os motivos éticos estão entrelaçados com a destruição mais severa da personalidade a diversidade sexual e de gênero, encontrados em Estados totalitários e de exceção, sendo as pessoas destituídas de um lugar de humanidade. A exclusão ocorre quando não há oportunidade de participação em um Estado de direito, condenados por um poder soberano em um sistema de justiça política em que as pessoas são vigiadas e punidas, sem chances a defesa ou a proteção. Portanto, quando as representações sociais sobre si mesmo são destruídas, emerge o sofrimento ético-político-antropológico. Nesse caso, frente ao sofrimento ético-político-antropológico, falecendo suas identificações e identidades, os sujeitos produzem ajustamentos de inclusão ao outro, ou seja, um pedido de socorro ao outro, de reconhecimento de serem incluídos novamente ao *status* de humanos aos quais foram subtraídos, produzindo no outro uma busca de solidariedade (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, faz-se fundamental refletir sobre as ameaças políticas fascistas que permeiam os discursos políticos contemporâneos. Pautando-se uma proposta gestáltica, propõe-se o acolhimento ao sofrimento ético-político-antropológico, investindo em desvios antropológicos e em relações vinculares, favorecendo o cuidado solidário as situações de vulnerabilidade e desprovimento da condição de humanidade para a reconstrução das identidades.

REFERÊNCIAS

HOEPFNER, A. M. S. Vulnerabilidade e sofrimento: a proposta de intervenção na Gestalt-terapia. In: BELMINO, M. C. B. (Org.). **Gestalt-terapia e atenção psicossocial**. Fortaleza: Premius, 2015. p.174-186

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 7-34.

ISBN 978-65-990525-0-7

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

MARCONI, M. DE A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MÜLLER GRANZOTTO, M.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Clínicas gestálticas**: sentido ético, político e antropológico da teoria do self. São Paulo: Summus, 2012.

PERLS, S.; HEFFERLINE, R; GOODMAN, P. **Gestalt-Terapia**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1997.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Eds.), **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia** (10. ed., pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

SABUCEDO, José M. **Psicologia Política**. Madrid: Síntesis, 1996

YAMAMOTO, O. H. **Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo**. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 30-37, 2006

VILLEN, P. **A crise brasileira e as rachaduras no sistema**. In C. Lucena, F. S. Previtali, & L. Lucena (Orgs.), *A crise da democracia brasileira* (pp. 109-125). Uberlândia, MG: Navegando, 2017. Recuperado de <https://www.editoranavegando.com/copia-politicas-educacionais-1>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

ZAIA, Priscila, OLIVEIRA, Karina da Silva, NAKANO, Tatiana de Cássia. **Psicologia: Ciência e Profissão** Jan/Mar. 2018 v. 38 n°1, 8-21. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n1/1414-9893-pcp-38-01-0008.pdf>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

RELIGIOSIDADE E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM ESTUDANTES DE DIREITO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE.

Cícera Leite Viana (ciceraleite30@gmail.com)

Mônica F. Moura

Thayse B. de Luna

Alex F. da Nóbrega

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as discussões sobre a saúde humana buscam compreender o indivíduo considerando as dimensões que envolvem os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e espirituais. Portanto, um problema em alguma dessas áreas ocasiona o desequilíbrio no todo, ou seja, se a área física sofrer algum dano, haverá uma repercussão no equilíbrio emocional e espiritual (GRUDTNER,1996). Tendo em vista a necessidade que a grande maioria dos indivíduos tem de sentir-se bem em todas as esferas da vida, a religião acaba sendo uma das formas de buscar ajuda, a fim do equilíbrio total. O objetivo desse trabalho foi avaliar a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC), o grau de religiosidade e identificar a possível relação entre esses dois fenômenos nos estudantes do curso de direito de uma instituição de ensino superior da região do Cariri Cearense.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A saúde mental está estreitamente ligada à sua saúde física e social, saúde é classificada “não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”, mas como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social” (OMS,2014).

Neves e Dalgalarond (2007), mencionam que estudantes universitários, ao se afastarem do ciclo comum de convívio diário, além de começar a obter responsabilidades da vida adulta apresentam maior chance de desenvolver transtornos mentais do que jovens adultos de mesma idade que estão fora da universidade. Segundo Oliveira e Junges (2012) nos últimos tempos, a psicologia tem se voltado ao estudo da religiosidade e sua relação com a saúde mental, o bem-estar psicológico e a integração biopsicosocio-espiritual do ser humano. Em uma pesquisa qualitativas, os autores descobriram a religiosidade, quando bem integrada na vida do sujeito, contribui de forma positiva para a sua saúde mental.

3 METODOLOGIA

A amostra foi de 201 participantes, sendo todos do curso de direito de uma instituição de ensino superior localizada no interior do Ceará – Região do Cariri. Os instrumentos utilizados foram três questionários de questões objetivas. Um com dados sociodemográficos, elaborado pelos autores o SRQ-20 (Self-Report Questionnaire), desenvolvido por Harding e cols em 1980, que avalia sintomas ansiosos, depressivos (não psicóticos) e somatoformes, e, por fim, a Escala de Religiosidade de Duke, desenvolvido por Koenig, Meador e Parkerson em 1997. Os dados foram coletados em sala de aula, com autorização prévia da instituição e com o consentimento esclarecido dos alunos, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em seguida, foi utilizado o Pacote Estatístico para Ciências Sociais (IBM SPSS 20) para tabular os dados, bem como realizar estatísticas descritivas e medidas de associação para identificar possíveis relações entre as variáveis investigadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados em um nível geral de TMC resultou em 48,7 %. Considerando as variáveis relativas ao sexo, verificou-se uma predisposição maior associada ao sexo feminino com resultado de 63,9% no desenvolvimento de algum transtorno mental comum. Diversos estudos apontam uma grande diferença entre homens e mulheres em relação a saúde mental, sendo elas mais propensas a desenvolverem transtornos, conseqüentemente a necessidade de assistência. Relacionado a orientação sexual, também é um dado que chama muita atenção devido ao fato de homossexuais e bissexuais terem uma taxa bem maior de sintomas avaliados pelo SRQ-20.

O semestre em que o participante se encontra no curso também foi um fator associado à prevalência de TMC, com destaque para aqueles que estão no início do curso, 57,6%, enquanto identificou-se uma taxa de TMC 41,2% entre os que já estão mais próximos de concluir a graduação. A dúvida na escolha da formação, a expectativa colocada de início, podem ser levadas em consideração quanto ao percentual mais elevado nos iniciantes do que nos veteranos. No que tange à religiosidade, os dados mostraram que a taxa de TMC foi menor entre os alunos que se consideram menos religiosos

5 CONCLUSÃO

A análise dos dados sugere que a religiosidade/espiritualidade, quando vem integrada à vida do indivíduo, contribui de maneira positiva para a sua saúde mental. Com base nos resultados obtidos é importante salientar que a necessidade de acompanhamento psicológico para os estudantes universitários é de extrema importância. Concluímos que embora a religiosidade seja de grande influência, o suporte psicoterapêutico é essencial também para a melhora na qualidade de vida do estudante universitário. Portanto, deve-se privilegiar o debate inclusivo e participativo a fim de somar novos conhecimentos, experiências e aprendizagens na discussão no que concerne à religiosidade. Dar espaço a todas as vozes e aos múltiplos saberes é além de respeitar a escolha e cultura social, promover a inclusão da identidade religiosa de cada pessoa.

REFERÊNCIAS

GRUDTNER, Dalva Irany. **Ajudar o ser doente se religar a Deus: também é papel da enfermagem.** Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 95-98, jun. 1996.

NEVES, Marly; DALGALARRONDO, Paulo; **Transtornos mentais auto referidos em estudantes universitários.** J Bras Psiquiatria, Campinas-SP, 56(4): Pág 237244, 2007.

OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. **Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos** Estudos de Psicologia, vol. 17, núm. 3, 2012, pp. 469-476 Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, Brasil

Organização Mundial da Saúde. Relatório sobre a Saúde no Mundo. **Saúde mental: Nova concepção, nova esperança.** Geneva (CH): MS; 2001.

A INFLUÊNCIA DAS AÇÕES DA POLÍTICA PÚBLICA DO IDOSO PARA A CONSTRUÇÃO DO ENVELHECIMENTO IDEAL.

Rafaela Pereira Benjamim (rafaela.benjamim@icloud.com)

Carla Iane Telecio Santana
Suellen Nayara Silva Soares
Larissa Maria Linard Ramalho

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho configura a pesquisa realizada com os idosos do Centro de Referência do Idoso (CRI), localizado no município de Juazeiro do Norte-CE. O objetivo pautou-se na observação da percepção dos idosos acerca das ações psicológicas desenvolvidas para o bem-estar das (os) idosas (os) na velhice.

O tema da perquirição fora escolhido diante da observação de um baixo índice de pesquisas na área da psicologia, e pela indispensabilidade da qualificação profissional frente ao trabalho com o público citado. O resultado demonstrou que as ações psicossociais desenvolvidas são manifestadas pelos mesmos como satisfatória, sendo a promoção de autonomia e o trabalho em grupo, nos quais culminam para a melhoria de saúde, configurando-se enquanto capazes de proporcionar acolhimento e sentido de família ao público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Berger (2017) relata que o início em que ocorre o envelhecimento é algo em que se é preciso reavaliar, pois para muitos cientistas isso ocorre a partir dos 30 anos, e para outros isto ocorre desde a nossa concepção. Então definir a idade biológica é algo que os cientistas não conseguem mensurar. Utilizam para método de estudo a idade cronológica.

Ao falar de envelhecimento primário, entende-se que são as mudanças comuns ao processo de envelhecimento e o envelhecimento secundário seriam as doenças que com o envelhecimento, seus hábitos de saúde, fatores genéticos, hereditários associam-se a esta faixa etária. Diante de todos os fatores associados ao envelhecimento, o idoso percebe-se com as suas limitações, deixando de realizar atividades que antes eram realizadas provocando então um isolamento de sua vida.

O envelhecimento populacional brasileiro justaposto a um cenário socioeconômico desfavorável acarretam desafios nas agendas das políticas públicas. Segundo Fernandes e Soares (2012) apenas em 1994 foi instituída uma política nacional voltada para esse público. A mesma dispõe em seu texto o objetivo de resguardar os direitos sociais do idoso, gerando condições para promoção de integração, autonomia e participação efetiva na sociedade.

Brasil (2012) caracteriza a proteção socioassistencial como a oferta de serviço com apoio de entidades e organizações vinculadas ao SUAS no âmbito de proteções Social Básica e Especializada. Especificamente ao idoso, com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), refere-se ao trabalho com a finalidade de fortalecer a função social familiar e prevenir ruptura de vínculos, promovendo para melhoria de sua qualidade de vida.

Além dos dispositivos citados regulamentados, no município de Juazeiro do Norte- CE, encontra-se o Centro de Referência do Idoso (CRI) para promulgação de práticas que visam o favorecimento do bem-estar biopsicossocial das pessoas, alicerçadas no Estatuto do Idoso. Por esse viés o CRI é composto por equipe de profissionais para implementar ações para os idosos oferecendo

condições de liberdade e dignidade por meio de ações culturais e educativas, serviço de saúde e serviço de conveniência.

O papel da psicóloga (o) segundo Brasil (2008) é contribuir nas atividades que envolvem proposições políticas para as geracionalidades com bases em referências e intervenções para promoção de participação cidadã efetiva e autonomia comprometida com a subjetividade e diversidade, rompendo com os preconceitos sobre a velhice, promovendo um trabalho psicossocial que rompa o sentimento de piedade posta aos longos dos anos.

3 METODOLOGIA

O estudo aconteceu no dia 2019, no Centro de Referência do Idoso (CRI), na cidade de Juazeiro do Norte-CE, com aproximadamente 15 idosos assistidos pelo serviço. Gil (2008) expressa que as pesquisas de cunho exploratório tem como objetivo principal demonstrar conceitos e perspectivas frente a problemas ou hipóteses, portanto, podendo envolver levantamento documental, bibliografias e entrevistas não padronizadas.

A perquirição qualitativa de acordo com Gil (2002), proporciona o aprimoramento das teorias contidas nas plataformas de pesquisas. Para além disso, o autor expressa que a entrevista livre atua como método capaz de auxiliar na compreensão dos discursos, introduzindo a facilitação da discussão a respeito das perspectivas dos sujeitos participantes. A análise dos discursos foram correlacionadas com a bibliográfica levantada sobre os temas oriundos da conversação com os participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades físicas foram expressas, essas sendo muitas vezes o primeiro fator de busca na política, trazendo o fortalecimento para o sentido de autonomia requerido pelas pessoas idosas. Dentre estas, “O forró dos velhos” representa a interlocução entre atividade física, lazer e cultura, podendo perceber esse momento como espaço de promoção de conveniência e amplitude de costumes culturais vivenciados pelas pessoas que ali disfrutaram de um espaço de expressividade da cultura nordestina no que tange a musicalidade do forró.

O grupo promovido pelo profissional da psicologia também é considerado importante pelos idosos, colaborando para aprendizagem e criação de mecanismos de fortalecimento psicológico para o enfretamento de sofrimento por diferentes causas, por exemplo, abandono familiar, e das limitações físicas advindas do envelhecimento. Além de assistidos, se comportam ativamente na utilização dos serviços postos, rompendo com o preconceito social de que os idosos são indivíduos que retornam para um estado de insuficiência, competência e falta de civilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa reafirmou o envelhecimento como assunto crescente na contemporaneidade, mas percebe-se também a escassez de trabalhos acadêmicos na área de psicogerontologia. Verificou-se que a atuação do psicólogo nas políticas públicas voltada para o idoso, é um fazer imbricado no objetivo de proporcionar a fortificação das relações dos mesmos, sendo o mesmo mediador na busca do sentimento de pertencimento e de autonomia. Percebeu-se também que algumas famílias ainda coloca as(os) idosas (os) como individuo incapaz afastando do âmbito social.

REFERÊNCIAS

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

BERGER, S. K. Desenvolvimento biossocial: adultez tardia. O Desenvolvimento da Pessoa do Nascimento à Terceira Idade. Cap.23. 9.ed. Rio de janeiro: LTC, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **ESTATUTO DO IDOSO**. Brasília, 2013.

BRASIL. LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994, **A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO**. Brasília, 1994.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: Conhecendo efetivando, RECIFE, 2012.

BRASIL. **Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília, 2008.

FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo , v. 46, n.6, p. 1494-1502, dez.2012 .Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000600029&lng=pt&nrm=iso Acesso em 12 maio 2019: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342012000600029>.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**.4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – **Metódos e Técnicas de Pesquisa Social**.6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

A DANÇA COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO IDOSA

Thalita Sousa Vieira (thalita_s.vieira@hotmail.com)

Maria Samara Gonçalves Tomas

Larissa Maria Linard Ramalho

1 INTRODUÇÃO

Tornar-se velho faz parte de um processo complexo que envolve variados fatores, sejam eles de ordem social, como psicológico ou biológico. Infelizmente, por vezes nos deparamos com a identidade da população idosa sendo reduzida apenas àquilo que está do lado oposto ao que é tido como identidade juvenil, ou seja, cria-se um estereótipo de que o idoso é limitado quanto a memória, beleza, produtividade e força.

Portanto, a mudança de percepção quanto a velhice ainda é algo a ser trabalhado na nossa sociedade de forma mais ativa, pois, velhice não é sinônimo de doença. O presente trabalho tem por objetivo reafirmar a importância de atividades culturais, como a dança, no processo de envelhecimento.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão de literatura de modo exploratório. Assim, para constituição do presente estudo, foi realizada leituras de artigos científicos em base virtual de dados, onde as principais fontes foram Scielo e Pepsic. Como critérios de inclusão artigos posteriores ao ano de 2007 escritos em português.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O envelhecimento humano, cada vez mais, é entendido como um processo influenciado por inúmeros fatores, como gênero, classe social, cultura, padrões de saúde individual e coletiva da sociedade, dentre outros (LIMA, RIVEMALES; 2013). Ao longo das últimas décadas, cada vez mais os indivíduos envelhecem, mas não querem parecer velhos, pois na sociedade há uma dificuldade e necessidade de se estabelecer uma melhor “aceitação” de que a velhice faz parte do ciclo vital do ser humano assim, o processo de envelhecimento traz consigo limitações, mas pode abrir também uma gama de possibilidades, projetos e valores caracterizando-se como um processo complexo e multifatorial que proporciona melhorias na qualidade de vida; podemos citar a dança como um desses valores culturais que agregam na vida do idoso (SCHNEIDER, IRIGARAY; 2008).

Antes de adentrar no que se refere à dança quanto instrumento de melhoria na qualidade de vida, faz-se necessário compreender o que seria qualidade de vida, pois, para Nogueira e Martins (2017) ainda que este tema seja bastante relevante, não há uma só definição da mesma, visto que é algo relativo. Os autores então supõe que de maneira especial para a população idosa, a qualidade de vida seja um pilar para uma vida saudável.

É nítido que o envelhecimento traz consigo uma vulnerabilidade e sensibilidade de cunho fisiológico e psicológico, onde sua qualidade de vida acaba tornando-se comprometida, e é aí onde a busca por determinados instrumentos podem agregar nessa busca pela melhoria da qualidade de vida (NOGUEIRA, MARTINS; 2017).

As atividades de lazer como a dança é uma máxima que instiga a socialização entre os idosos e pessoas de outros grupos, minimizando a solidão e podem ser remetida à distintos âmbitos:

ISBN 978-65-990525-0-7

movimentos, linguagem, emoções, estilo, etc. Além de proporcionar uma experiência terapêutica que melhora a autoestima. Assim, também podemos ver a dança por diferentes ópticas, não a reduzindo à apenas uma atividade física, mas também como uma prática que enriquece o empoderamento da pessoa idosa, onde é vista como elemento de possibilidade à transcendência quanto aos limites do corpo (BELO, GAIO; 2007).

A dança está para além do proporcionamento de melhorias quanto a respiração, desenvolvimento do controle motor e sistema cardiovascular, sendo fonte também para manifestações emocionais, sociais e também culturais onde tais tradições passam por (re)invenções que muitas vezes são vivenciadas por idosos que iniciaram a prática dessas tradições ainda jovens, mas que promovem um espaço rico em sociabilidade. (SOUZA, METZNER; 2013).

4 CONCLUSÃO

Diante uma sociedade demarcada pelos estigmas acerca da pessoa idosa em que existe um pressuposto de incapacidade salienta-se a importância em estudos que possam desconstruir tal preconceito.

O trabalho faz uma releitura de estudos que apresentam a dança como instrumento de melhorias na qualidade de vida da pessoa idosa, melhoria esta que está relacionada não só ao bem estar físico mas também na consideração de aspectos socioculturais que envolvem a mente, o corpo e o envelhecimento, incluindo valores morais, que através de reflexões, intervenções e vivências, podem construir um contexto social mais inclusivo, de forma a permitir um envelhecimento ativo e qualificado.

REFERÊNCIAS

BELO, A.Z.; GAIO, R. Dança para Idosos: Resgate da Cultura e da Vida. In: VILARTA, R. (org). Saúde Coletiva e Atividade Física: conceitos e aplicações dirigidos à graduação em Educação Física. Campinas, SP: Ipes Editorial, p.125-132, 2007.

LIMA, Claudia Feio da Maia; RIVEMALES, Maria da Conceição Costa. CORPO E ENVELHECIMENTO: UMA REFLEXÃO-ARTIGO DE REVISÃO. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 18, n. 1.

NOGUEIRA, Wilson Batista Soares; MARTINS, Clebio Dean. O LAZER NA TERCEIRA IDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA: UM ESTUDO COM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, [S.l.], v. 5, n. 2, jul. 2017. ISSN 2525-359X.

SOUZA, Jaqueline Cristina Luciano de; METZNER, Andreia Cristina. Benefícios da dança no aspecto social e físico dos idosos. **Revista Fafibe Online**, v.6, n.6, p.8-13, nov. 2013.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO E CLASSE

Thalita Sousa Vieira (thalita_s.vieira@hotmail.com)

Maria Jéssica Pereira da Silva

Francisco Francinete Leite Júnior

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que muito se discute e tem-se evoluído acerca da vivência da população feminina no Brasil, principalmente no que diz respeito à igualdade e luta contra a violência de gênero. Entretanto, algo chama atenção no que diz respeito à até que ponto chega essa mobilização quanto aos direitos femininos principalmente no tocante a contemplação de mulheres em situação de rua através desse discurso.

Em uma matéria da revista AzMINA (2018), observa-se que os dados da população em situação de rua são poucos e desatualizados, ainda assim, na mesma matéria é possível encontrar dados obtidos no ano de 2015 pela IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) onde o número obtido foi de 101.854 pessoas vivendo em situação vulnerável em 1.924 municípios do país (AZMINA, 2018). Desta forma, a mulher em situação de rua irá vivenciar essa vulnerabilidade social em dois aspectos: a condição de vida que se tem nas ruas e gênero, visto que, a predominância de homens nas ruas ainda é maior que a de mulheres. O referido estudo visa então discutir a vulnerabilidade da população feminina em situação de rua através da interseccionalidade entre gênero e classe.

2 METODOLOGIA

O estudo em questão trata-se de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo e de modo exploratório. Para a captação das informações, inicialmente foi feita uma leitura exploratória de artigos científicos e revistas científicas que abordam o tema em questão, onde a busca foi realizada nas seguintes fontes: Pepsic, Scielo, Biblioteca virtual, Revistas eletrônicas. Assim, cruza-se as palavras chaves “população feminina”, “situação de rua”, “gênero”, “classe”. Como critérios de exclusão artigos anteriores a 2015.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A vida nas ruas é demarcada por dificuldades que vão desde a busca por alimentação a estigmas sociais, assim, embora estudos relatem um número maior de homens em situação de rua, a população feminina ainda que se concentre em uma parcela menor é a que se torna mais vulnerável perante o contexto em que vive, visto que está a mercê de preconceitos, violência sexual, física e psicológica, assim como também é vítima da falta de direitos sociais garantidos (BISCOTTO et al., 2016).

Estudos realizados no Brasil indicam que mulheres em situação de rua em sua maioria apresentam índices de baixa escolaridade; uso intenso de substâncias psicoativas; doenças sexualmente transmissíveis devido à falta de uso de preservativo; histórico de violência sexual assim como outros fatores de risco, incluindo a troca de sexo por drogas ou dinheiro, desta forma, esses índices demonstram um contexto social demarcado pelas desigualdades e inexistência de políticas públicas que acarretam em riscos a saúde mental e física das mulheres em situação de rua (VILLA et al., 2017).

Sarmiento (2017) faz uma crítica quanto à urgência em se discutir as necessidades das mulheres em situação de rua, principalmente no que diz respeito a saúde, educação, trabalho e assistência, visto

que diante sua pesquisa, pôde observar o apagamento que se dá a essas mulheres, inclusive dos movimentos feminista. A autora reflete que nem toda mulher está inserida na classe média, academicista e branca, destacando assim a importância do movimento feminista visar a interseccionalidade de raça, gênero, cor.

As violências de gênero e de classe acontecem de forma escancarada na situação de rua, pois, algo que chama atenção são relatos de mulheres que têm os filhos retirados de forma desumana devido a falta de acolhimento a essas mães que desejam permanecer com seus filhos, demonstrando assim, mais uma negligência do Estado em relação a essa população, afinal, por qual motivo essas mães em situação de rua são menos dignas de ter filhos que mulheres de outras classes sociais? (SARMENTO, 2017).

4 CONCLUSÃO

É indiscutível que existe uma negligência constante nos aspectos que englobam as mulheres em situação de rua, assim, o trabalho demarca as principais características das violências de gênero e classe, visto que, a população feminina em situação de rua, ainda que saia dessa condição de invisibilidade passa a ser notada pela sociedade como pessoas indignas de direitos sociais, e são vistas apenas como pobres e reprimidos.

Destaca-se assim, a importância da efetivação de agências nos movimentos feministas que elucidem a proteção devida à essas mulheres que vivem expostas a constantes violências e violações, visando uma política pública que considere as mulheres nas suas diversidades socioculturais.

REFERÊNCIAS

AZMINA. **Revista AzMINA**. “Eu moro na luta: as mulheres moradoras de rua no Brasil”. 26-05-2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/eu-moro-na-luta/>>.

BISCOTTO, Priscilla Ribeiro et al . Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 50, n. 5, p. 749-755, out. 2016.

VILLA, E. A. et al. Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de rua e a vulnerabilidade para o uso de substâncias psicoativas. **Rev. Enferm UFPE online**. Recife, 11 (Supl. 5): 2122-31, maio, 2017.

SARMENTO, Caroline Silveira. **O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre**. Monografia [Graduação em Ciências Sociais]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

ARTIGOS COMPLETOS

O RAP EM ANÁLISE: COMPREENDENDO O DISCURSO NAS CANÇÕES DE CRIOLO

Jamile Alane Galvão Rodrigues (jamilygal123@gmail.com)

Larissa Maria Linard Ramalho

RESUMO

O gênero musical rap ao se constituir como uma manifestação artística de protesto e resistência, que traz consigo uma base histórica de movimentação de rua, torna-se um potencializador das vozes periféricas e de grupos de minorias. Este pode ser percebido como um mecanismo em potencial de expressão do conhecimento social e político trazido nas suas letras, como sendo um discurso conduzido a um processo de desenvolvimento cultural, social e cognitivo. É dentro desta perspectiva que o presente trabalho busca trazer a historicidade do rap como gênero musical, assim como os processos sociais que se desenvolvem nesse meio musical. De tal forma, buscando desenvolver uma compreensão das letras das canções de Criolo e sua relação com o meio social, utilizou-se o método qualitativo, com o objetivo exploratório para uma melhor compreensão do conteúdo obtido através da pesquisa documental, embasando as letras na análise do discurso, sendo possível a compreensão das ideologias e posicionamentos sociais existentes nas canções do rapper contemporâneo, assim como o contexto do discurso repassado nas letras para o conhecimento da produção musical.

Palavras-chave: Psicologia Social. Rap. Discurso. Análise do Discurso. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de debater o gênero musical rap na sua conjuntura atual como ferramenta de desenvolvimento para que o sujeito, entrando em contato com as letras das músicas, possa desenvolver uma percepção maior dos processos sociais existentes, tomando consciência do discurso latente que é expressado pelas letras e rimas, em um formato didático da conferência do pensamento e da experiência transmitida pelos versos das canções, que passam a ser utilizadas como instrumento de interação com o sujeito ouvinte.

A partir disso, será explanado o processo histórico do rap e o seu desenvolvimento até chegar no Brasil na década de 70, considerando os locais em que este ritmo foi acolhido e se construiu, atravessado pela sua própria história, sendo essa marcada por uma cena musical de protestos que se voltam para a transformação de uma realidade social, enfatizando a discussão de temas abordados para a abertura de um espaço de discussão do que se era apresentado nas letras. Esses temas eram voltados ao preconceito, violência, segregação racial e social de povos negros e outras minorias. A cena do rap abre espaço de mobilização para a população marginalizada dos grandes polos brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro por buscar essa ênfase no relato da realidade vivida e observada pelos rappers que viviam nesse meio (DE ANDRADE, 1999).

Dessa forma, o rap se concebe até os dias de hoje como um ritmo de protesto, resistência e legitimação de vivências e experiências de populações marginalizadas que se tornam narrativas de inspiração para que os rappers exponham os processos sociais de desigualdade, expressando a realidade vivida pelas minorias, se tornando uma via de transmissão inclusive da diversidade, diferenças sociais, processos identitários e informativo quanto às informações contidas nas letras. Quem ouve rap, passa a compreender não só a cultura de um grupo de pessoas, como também a entender os elementos textuais em um processo de conscientização de situações sociais brasileiras pertinentes, trazendo acessibilidade

a informação dentro de uma comunicação musical que desperta o interesse, provocando então uma reação que impulsiona a busca de informações e uma maior percepção sobre variados temas existentes e relevantes na nossa sociedade (OLIVEIRA, 2015)

Percebendo o desempenho dos conteúdos sociais das letras de rap na atualidade, a pesquisa torna-se uma via para o crescimento da psicologia social, por estudar as formas como o social permeiam a vida do sujeito, auxiliando o seu desenvolvimento interpessoal e intrapessoal, acrescentando à si novas possibilidades de percepção de outras formas de expressão do sujeito dentro de um caráter de catarse, que é a arte. Dado isso, o trabalho tem o intuito de identificar o discurso contextual e ideológico existente nas canções do rapper brasileiro Kleber Cavalcante Gomes, mais conhecido como Criolo, onde se possa compreender o desenvolvimento e apreensão desse discurso como ferramenta que proporciona novas análises dos processos sociais pertinentes, explorando como as produções artísticas podem realçar os processos sociais pertinentes na música como forma de expressão da realidade vivida.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolveu-se dentro de uma abordagem qualitativa, considerando o objeto de estudo dentro de uma análise subjetiva, a partir de um ponto de vista específico que possa ser desenvolvido dentro do enlace do problema de pesquisa e sua relação social, compreendendo assim o fenômeno inserido nas estruturas que este se funda. O levantamento dos dados se deu pelo método documental, levando em consideração informações retiradas das músicas do artista Criolo e também as de cunho teórico que estão inseridos em materiais físicos e online como livros, artigos, anais, revistas e textos referidos ao tema, publicados no período de 1972 a 2015. Tendo como objetivo exploratório para uma melhor compreensão do conteúdo obtido para a constituição de outras áreas de aprendizagem, constituindo novas condições de pensar o discurso musical, buscando desenvolver concepções dentro da atualidade (FLICK, 2009; GIL, 2010)

Além disto, foi utilizado como ferramenta metodológica a análise do discurso no tratamento das letras do rapper Criolo, em um método interpretativo da abordagem qualitativa que visa descrever a produção de situações sociais. (FLICK, 2009). A análise do discurso trabalha dentro de uma variação linguística entre língua, discurso e ideologia, para compreender o sentido e a construção do discurso como tal, sendo mais que uma análise textual, a análise do discurso evidencia o contexto da estrutura discursiva. Estudar a formação do discurso é entender a sucessão de frases e a produção de uma função específica. Não é apenas uma fala, há um sentido a ser passado, uma função que por vezes é orientado, pois o locutor usa o discurso em um propósito e sua expressão passa a ser uma forma de ação (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

Diante do exposto, o discurso precisa necessariamente de um sujeito que o transmita. É por esse viés que o presente trabalho traz na investigação do fenômeno do discurso o foco voltado para o artista Criolo, de modo a tratar as ideologias utilizadas em suas letras, compreendendo o discurso e o seu sentido disposto de manejos políticos, sociais e históricos e culturais que este se baseia, no tocante ao desenvolvimento textual, no que concerne às suas práticas vividas e sua percepção do mundo. Como Orlandi (1999, p. 15) pontua que “Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

Compreendido isto, as letras de Criolo em suas melodias transpõem um lirismo para tratar das mazelas sociais dentro da criação artística do rap, levando em consideração a contextualização do cenário em que a obra musical emerge, definindo-o e colocando o autor do discurso como fonte de referências pessoais em que este na sua mensagem passada, transmite um posicionamento que gera

para seu ouvinte um ponto de reflexão no eixo subjetivo da forma do discurso e sua análise (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

3 RAP: BREVE HISTÓRICO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO BRASIL

O rap - rhythm and poetry - (ritmo e poesia) é um gênero musical que surge na década de 60 nas periferias nova-iorquinas, explodindo nos anos 70 como um movimento musical atrelado ao hip hop e MC's (Mestre de Cerimônias). Inicialmente, é notável a importância da sonoridade do rap para uma população de jovens dos bairros pobres, considerando vozes de ativistas da época em que surgiu, retratando a realidade percebida das ruas do Bronx, bairro nova iorquino, que na década de 70 passou por situações de abandono, sem locais que pudessem ofertar lazer e bem estar para seus moradores, além da alta exposição dos jovens à violência urbana. O Bronx se tornou berço desse ritmo pela miscigenação cultural dos seus residentes, originada da migração de povos pobres das ilhas caribenhas para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida após a Segunda Guerra Mundial, entrando em contato com a cultura africana que já estava instalada desde o regime escravocrata.

A mistura dos desafios da rima e da música falada passa a existir no Brasil também na década de 70. Ela busca essencialmente ser uma forma de protesto, semelhante ao mesmo movimento produzido na América do Norte, o que levou os artistas a buscarem trazer um estado de politização das letras durante a década de 80, retratando os processos do contexto social, político, cultural e artístico percebido nas periferias de grandes polos brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro (DE ANDRADE, 1999; TEPERMAN, 2015).

Desta maneira, o rap se instaura em uma base bastante influenciadora para a discussão dos contextos sociais que eram vivenciados na época, principalmente pela ditadura militar entre os anos de 1964-85, fortalecendo a sua politização de forma relevante dentro dos movimentos urbanos. No período dos anos 70 e 80, o ritmo vincula-se a bailes e coletivos do hip-hop, principalmente em São Paulo, onde sua trajetória se associa a espaços sociais como praças, ruas e metrô da cidade com batalhas de rima, a fim de trabalhar nas suas letras contextos de desigualdade, o que o levou, nos anos 90, uma criticidade social maior nas letras, fazendo uma assimilação de um discurso de classe e de cor gerando frutos para uma produção musical lucrativa com maior embasamento de questões históricas brasileiras, ao passo de uma configuração diferenciada de produção musical que se posiciona de forma oposta à produção midiática dominante.

Dentro dessa cronologia, nos anos 2000 o gênero passou a ser um mecanismo de mobilização através do desenvolvimento tecnológico, tornando-se um conteúdo mais acessível, onde outras minorias, que conseguiam enxergar nesse ritmo musical uma possibilidade de ecoar as suas vozes, passaram a produzir nele seus discursos de expressão em uma nova proposta estética das letras e melodias na abordagem de novos temas e fortalecendo o mercado musical (TEPERMAN, 2015).

Inserido na movimentação artística nas áreas periféricas, esse gênero musical tornou-se uma via propensa para o gosto dos jovens da periferia que percebiam essa movimentação musical e cultural também como uma voz da sua realidade. Através dele, buscavam dar continuidade à resistência do seu povo e compreender a história da sua ancestralidade, já que grande parte dos atuentes desse movimento musical era de jovens negros que se empenharam em atuar no movimento, carregado de historicidade e de luta na reivindicação do seu espaço e seus direitos sociais dentro da sociedade, destacando processos de discriminação étnica e as dificuldades de uma vida marcada pela pobreza e pela marginalização da sua imagem. Por se destacar como uma cultura de resistência, o rap passou a ser visto também como um movimento que faz fortes críticas ao sistema social em que estamos inseridos, trazendo um ponto de vista que antes não encontrava espaço no ambiente artístico, como a crítica da verticalização social e as ações alienantes da mídia (DE ANDRADE, 1999; SILVA, 1999).

A existência do rap sempre está atrelada ao processo de contracultura, pois advém de uma massa marginalizada que passou por meios de desbotamento motivados por uma conjuntura social que enfatiza o poder do homem branco, e que acaba tratando outras etnias e culturas diversas como irrelevantes ou inferiores. Como um reflexo opositor a essa cultura/classe dominante na sociedade brasileira, o rap nacional é uma proposta de manifestação distante dos veículos de comunicação comuns. Ele passa a ter o contato vívido com os seus apreciadores e com os que se percebem dentro do discurso que está sendo ecoado, por mostrar nas suas letras vivências de grupos de minorias que são reprimidas e que nele passam a ter voz em uma via de transmissão da diversidade e de ênfase nas diferenças sociais, em um processo identitário e informativo mais acessível na comunicação e transmissão de conhecimento pela linguagem musical.

Com isso, Oliveira (2015) discute o atrelamento do rap a uma construção crítica da realidade vivida pelas minorias e que parte do viés de tornar visível a relação cultural e política existente na sociedade contemporânea, a fim de representar experiências que ocorrem no cerne social e que busca vincular os processos sociais, a vida e a arte, para conceber o rap como um fenômeno artístico, pois era alvo de críticas que considerava o conteúdo das suas letras chatas, repetitivas, e pobre musicalmente. O rap não se torna apenas uma expressão de resistência por conta do seu conteúdo, mas de sua própria existência. Ele é visto como uma força representativa que se desvincula de valores sociais dominantes para se articular como prática artística associada a consciência dos problemas urbanos e necessidades do cotidiano brasileiro.

Dessa maneira, o gênero se modela, anterior a sua chegada ao Brasil, em um construto opositor à influência alienante das mídias, gerando uma nova forma de transformação relacionada à compreensão do que se é experienciado de fato. Isto é, um elemento que busca ser compreendido na reivindicação da sua própria definição musical. Desta forma, o rap não é só música, mas uma existência social que deve ser percebida para além da sua musicalidade, sendo um formato informal e particular de se apropriar do seu espaço no mundo através da linguagem musical que é produzida (TEPERMAN, 2015).

4 CULTURA, IDEOLOGIA E IDENTIDADE

O rap, dentro de uma perspectiva cultural, se mostra como um instrumento de interpelação do contexto social e das relações interpessoais, percebido assim como um mediador entre o sujeito e o meio. Visto que o gênero se desenvolve juntamente com os artifícios simbólicos próprios da sua trajetória, torna-se um indicador social das experiências vividas. Diante essa perspectiva, o sujeito introduzido a esse meio dialoga com a atividade cultural proporcionada a ele pelo espaço onde vive, adquirindo novas formas de compreensão da sua realidade social (BONIN, 2012).

Essa atividade cultural, enquanto processo laboral social, relaciona-se ao processo ativo dos sujeitos no que tange à regulação e fortalecimento dos símbolos representativos que fazem parte da cultura. Dessa forma, a linguagem se torna uma unidade de disposição para essa regulação, visto que o viés do rap e da poesia cantada articula-se a uma narrativa dos atores sociais/culturais que buscam descrever suas percepções, memórias, ideias, ideias e seus cotidianos, descobrindo formas de interpretação dessas vivências, imbuídas no sistema simbólico desenvolvido na música. Assim, esse percurso caminhado pelo sujeito rompe sua passividade, tornando-o o agente das palavras que passam a conduzir uma prática ativa que resulta em um objeto intencional externalizado, no qual seus receptores também podem influenciar o resultado desse objeto (BONIN, 2012).

Para Vygotsky (2002), ao compreender a importância da cultura e a introjeção desta no desenvolvimento do sujeito, este é auxiliado no seu crescimento intelectual dentro do meio social, considerando sempre a existência de uma relação de troca de interações, enfatizando a linguagem verbal e o pensamento intelectual. A linguagem se torna um instrumento que conecta o homem e o

meio. Essa relação torna-se enriquecida conforme ocorre o desenvolvimento natural do sujeito, pois é na elaboração que existe esta interação com o meio, na qual a produção de um nível de comunicação é estimulada e a linguagem torna-se um mediador do processo cultural, atualizando seus processos de comunicação e linguagem na internalização da cultura.

Dessa maneira, o objeto produzido sofre influências anteriores que o geraram, e posteriores que tendem a modificá-lo. A forma dessa introjeção da linguagem, que Vygotsky retrata, torna-se um veículo otimizador desse câmbio da comunicação – o objeto – de forma direcionada e construída na linguagem interpelada de interação simbólica.

Para a teoria sociointeracionista, o meio onde o sujeito se encontra, passa por inúmeras alterações tanto pela cultura, quanto pela linguagem, de forma que esses artifícios também se alteram com desenvolvimento das interações humanas. Ocorre, assim, a recriação constante da atividade cultural que se constrói possibilitando novas condutas que são passadas para gerações futuras (DE FREITAS CAMPOS, 2007).

Consequentemente, o código da linguagem, sofrendo mudanças de forma constantes pela cultura, pelo meio e pelos indivíduos, se transforma no símbolo representativo do sujeito que se utiliza das suas variadas formas. Segundo Berger e Luckmann (1985, p. 39) “[...] a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação”, assimilando esse processo socio-interativo como uma forma repleta de significados que são atrelados às atividades cotidianas e ao desenvolvimento pessoal da vida do indivíduo.

Do que se foi dito anteriormente, a cultura desenvolve-se no mesmo espaço, tempo e em decorrência da linguagem enquanto um processo vinculado e concomitante. Compreendendo esse fenômeno social, é necessário perceber o pensamento da vida social como um terreno fértil para a estruturação da ideologia. De fato, a ideologia se constrói na sustentação do processo comunicativo representado na simbologia e na ação verbal. Perceber a ideologia é apreender suas variadas formas de sentido, se constituindo dentro do formato prático/dinâmico, sendo representado na ideia ou na forma simbólica, que assim se enquadra na criação e manutenção das relações sociais dos sujeitos; por outro lado, o processo dinâmico se desenvolve na prática da ação, criação, de ser e produzir elementos que possam ser mantidos nas relações, tendo como função a transformação das experiências importantes para a sua construção de vida, por conseguinte, a sua subjetividade (GUARESCHI, 2012).

Dentro da compreensão da dimensão do conceito de ideologia, há variadas maneiras reducionistas para explicar a realidade. Seja pela redução do conhecimento à experiência sensorial dos objetos e como eles passam a ser interpretados de forma intelectual pelo nosso cérebro, ou por reduzir o conhecimento à examinação das experiências como atividade produtora da ideia que gera o sentido ao real, funcionando como forma de dar sentido ao que existe para o homem, tanto no seu mundo interno, quanto no mundo externo a ele (CHAUI, 1980).

O modo como a ideologia é percebida por uma perspectiva social nos mostra o processo de criação e reprodução da relação de dominação existente dentro de instituições ou de classes dominantes, que não invalidam o discurso emitido por estes campos, mas que investiga como cada um desses ilude ou esconde a realidade para que ocorra relações assimétricas e desiguais (GUARESCHI, 2012).

Diante do que foi exposto, a ideologia no contexto artístico do rap surge para desmascarar as ideologias antes postas pelas classes dominantes, que acobertam a realidade no seu sentido real e desenvolvem essa desigualdade das relações sociais para se manterem suas posições. O rap surge com o intuito de escancarar a realidade percebida pelos campos periféricos como exemplos do sofrimento sentido e percebido ocasionado pelo movimento opressor da classe dominante, de forma que Silva (1999, p. 31) coloca que: “A condição do excluído surge no discurso do rapper como objeto de reflexão e denúncia [...]”.

Esse posicionamento sugere como esse discurso ideológico do rap busca desenvolver um artifício de ação que opere como refutador do sistema que busca sustentar as representações dominantes da sociedade e, acima de tudo, assumir uma postulação prática sobre como elas podem ser moldadas no processo transformador social pelas maneiras nas quais as relações sociais são criadas, modificadas e sustentadas pelos simbolismos da vida social como modelo orientador, e “como as formas simbólicas são usadas e transformadas em contextos sociais específicos” como traz Guareschi (2012, p. 95). Nesse ponto, todo o processo cultural ideológico, passa a ser desenvolvido no cerne social, orientando os valores, desejos e as ações dos indivíduos que constroem suas próprias histórias de maneiras similares, não só pelo espaço dessa construção, mas pelo lugar social, interação social entre outros aspectos psicossociais atrelados ao sujeito e sua atividade social.

No constructo social, formado nos processos simbólicos da cultura, caracteriza-se o processo de identidade que surge como conceito de representação da sua imagem, luta, conteúdo e traços de fala, ideias e pensamentos que são assimilados e reproduzidos entre os grupos sociais. O que se oferece ao indivíduo é o sentimento de pertencimento equivalente ao seu próprio processo pessoal, articulados na ideia da representação e conhecimento de si. O pluralismo e o singularismo apresentados de forma simultânea na produção representante das semelhanças e discrepâncias com o outro se torna o ponto crucial para que este sujeito conduza a percepção de quem ele realmente é. Assim gerado pelo o desenvolvimento em processos sociais, da ação do sujeito e da concretude das relações que este se envolve (JACQUES, 2012).

Acerca dessa relação do sujeito com o meio, o autor Erik Erikson (1975) desenvolveu sua teoria retratando como o processo de identidade do sujeito surge a partir da visão do outro, e da necessidade da existência desse outro ocorra a confluência do sujeito com o campo cultural que o permeia, fazendo com que esse laço de correspondência com o social fortaleça o desenvolvimento da identidade pela orientação da identificação, no que tange a consolidação identitária do ego, permitindo que haja o papel ativo do sujeito nas suas próprias decisões e desejos, no autoconhecimento que foi maturado pelos papéis que foram desenvolvidos pelo próprio sujeito ao longo das fases de sua vida.

Dessa maneira, a identidade se constrói diante das relações interpessoais que o sujeito tem dentro do seu meio, onde o mesmo passa então a produzir esse convívio, se construindo enquanto pessoa e desenvolvendo representações sociais que possam também produzir a identificação de si nos outros e para os outros.

5 A LINGUAGEM DO DISCURSO IDEOLÓGICO

A produção do discurso desenvolve-se posterior ao uso da linguagem, o código original de qualquer tipo de comunicação existente na interação entre os indivíduos. Assim, essa linguagem permeia entre as variadas formas de designação de um único sentido; ou de como a palavra empregada pode, simplesmente, tomar outro sentido no decorrer do processo linguístico. Nisso se compreende como a linguagem decorre da existência de inúmeros sentidos de uma única cultura e que, no decorrer das relações sociais, ela se caracteriza como principal meio de transmissão de informações (SIQUEIRA & NUERNBERG, 2012).

Compreendendo isso, a linguagem dentro do processo histórico de evolução do homem e da cultura torna-se o produto resultante da necessidade do homem de comunicar-se, não apenas por puro desprendimento da comunicação-linguagem, mas de atribuir a essa comunicação os seus processos intersubjetivos. Para Vygotsky (2002), a linguagem surge da interação social e se torna veículo construtivo da consciência desse sujeito, gerando a dupla função por produzir no pensamento intelectual, o conhecimento de códigos e símbolos da linguagem.

Por utilizar-se de variadas formas de manifestação, a linguagem ainda conta com o poder do ato discursivo. Como traz Orlandi, (2003, p. 15) “o discurso é parte constituinte do simbólico, é a

linguagem em movimento, e principalmente, a ação do homem falando”. A prática discursiva está sempre em decorrência do viver em conjunto; da relação homem-homem-meio, e do desenvolvimento deste; e dos processos de linguagem nos quais a utilização dos seus simbolismos possa ser interpretada. Sendo assim, o discurso não é apenas a parte prática do processo de linguagem, mas é também o cerne do contato com o outro e, principalmente, a parte que desenvolve o simbólico para a produção constituindo do sujeito e da sua história.

Compreendendo o discurso por esta via, faz-se necessário a explanação de que o discurso não só se constrói como um método de comunicação, mas também de expressão. Exemplo disso se faz com Fernandes (2013, p. 12), segundo o qual o discurso:

[...]não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. [...] As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares.

Dessa maneira, o autor traz em questão a forma como o discurso é arraigado de material, advindo da vivência social, e da produção ideológica dos sujeitos, sendo não somente uma elaboração linguística, mas também expressiva diante das questões que abraçam o contexto de vida do homem.

Berger e Luckmann (1985) colocam que a realidade da vida cotidiana só se torna possível de ser compreendida pelos processos de objetivações, ou seja, as expressões de manifestação que são percebidas como produto, e que pelo envolvimento dos sujeitos em desenvolver essa experiência no campo real e da interação social, a fim de compreender os processos subjetivos de outrem, propiciando uma expressão passível de ser percebida, analisada e entendida. Dessa forma, podemos atingir pelo contato pessoal a subjetividade do outro e entender a objetivação acessível da realidade. Sendo assim, o processo de objetivação social se torna parte representante dos processos subjetivos dos sujeitos que constroem o social, motivados a gerar objetos reais repleto de intenções, que, por suas vezes, são reconhecidas pelo sentido difundido do objeto em si.

Compreendendo o discurso como via para validar a experiência subjetiva vivida pelo sujeito, teremos como locus de análise a música “Mariô” e “Lion Man”, do cantor e compositor Criolo. As músicas fazem parte do 1º álbum de estúdio do Rapper, intitulado: Nó na orelha, lançado em Abril de 2011 e que, desde o seu lançamento, tornou-se uma figura reconhecida no circuito musical independente do Brasil, conseguindo os prêmios de Artista Revelação, Disco do Ano e Música do Ano com a canção “Não existe amor em SP” (TEPERMAN, 2015).

Começemos pela música Mariô:

Antes de Sabota escrever "Um Bom Lugar"
A gente já dançava o "Shimmy Shimmy Ya"
Chico avisara "a roda não vai parar"
E quem se julga a nata cuidado pra não quaiar
Atitudes de amor devemos samplear
Mulatu Astatke e Fela Kuti escutar
Pregar a paz, sim, é questão de honra
Pois o mundo real não é o Rancho da Pamonha
Tenho pra você uma caixa de lama
Um lençol de féu pra forrar a sua cama
Na força do verso a rima que espanca
A hipocrisia doce que alicia nossas crianças
Eu não preciso de óculos pra enxergar

O que acontece ao meu redor
Eles dão o doce pra depois tomar
Hoje vão ter o meu melhor
Eles pensam que eu vou moscar
Mente pequena... eu tenho dó!
Eu não preciso de Mãe Diná
Pra saber que é o seu pior
Ogum adjo, ê mariô
Okunlakaiê
Ogum adjo, ê mariô
Okunlakaiê

Inicialmente, o artista traz referências musicais que permeiam o ambiente sonoro em que entra em contato ao citar os artistas brasileiros Sabotage e Chico Buarque, e a música “Shimmy Shimmy Ya” do rapper americano Ol' Dirty Bastard, lançada em 1995, anterior à música “Um Bom Lugar”, dos anos 2000, trazendo então a funcionalidade da música nas suas expressões e a forma como o rap americano ganhou espaço no território brasileiro, inspirando os ouvintes a também se expressarem. Assim como traz a presença da música “Roda Viva” de Chico Buarque, remetendo ao processo da “roda” do tempo. Na última frase, ao trazer “quem se julga nata” remete ao contexto social e às desigualdades existentes, de forma que a “nata”, tida como pessoas de classe alta e que se vangloriam, tenham cuidado para não “quaiaar”, não azedar, contrapondo que, mesmo estando no topo, há o risco do declínio. Trazendo como parte linguística um termo muito utilizado pela população pobre, contrapondo essas duas realidades sociais distintas.

Na segunda estrofe, o artista traz a importância da partilha do amor, utilizando-se da palavra “samplear”, bastante utilizada no próprio meio do rap como uma batida sonora base de outra música e que os rappers se utilizam para construir uma música nova, sendo esta repetida durante o processo musical (TEPERMAN, 2015).

Ao trazer grandes nomes musicais do século passado como Mulatu e Kuti, ambos advindos de países da África Ocidental, aponta a importância da sonoridade ancestral produzida por estes, onde o mesmo faz uso do afrobeat, produzido por Kuti no cd “Nó na Orelha”. Nos versos finais, Criolo traz um ponto forte ideológico da importância em produzir a paz no mundo em que vivemos e que gera sofrimentos. Além de rebuscar como discurso ideológico a relevância dos versos das suas canções para combater as ações hipócritas da sociedade que está sempre buscando maneiras de alienar os jovens, destratando os alienantes e remetendo ao féu, um substrato de sabor amargo que representa na função simbólica do texto o incomodar, trazer o amargo e as dificuldades para um local de descanso, para incomodar.

Seguido da estrofe anterior, Criolo trata em perceber os fatos e acontecimentos que ocorrem no mundo real e que reconhece, inclusive, as medidas governamentais tomadas para a população marginalizada, medidas estas que buscam dar algo melhor para a população, mas que rapidamente não são válidas. Nisso, ele traz que o governo, a mídia, vão ver o que de melhor ele pode fazer.

Em semelhança à outra estrofe, o artista traz que não precisa prever o futuro para saber o que ruim a sociedade pode fazer para a população pobre e moradores da favela, e que relata ter pena dos que pensam pequeno, dos que escarnecem a sua figura, considerando que ele não possa ter um papel ativo. Novamente, Criolo se refere à ancestralidade negra, dessa vez ao trazer na língua Iorubá, a representação de Ogum, orixá que representa a guerra e é cultuado nas religiões de matrizes africanas, como a Umbanda e o Candomblé. Ao trazer esse trecho em representação a Ogum.

A partir da visão dos processos culturais como uma perspectiva dinâmica de poder-resistência, esse processo torna-se um lugar para a existência da ideologia de classe, religiosa e racial, um fato exposto na música-produto para que seus significados possam ser interpretados e que possa contribuir

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

com os indivíduos numa vasta compreensão da relação cultural e das representações decorrentes desta (DE FREITAS CAMPOS, 2007).

Dessa forma, o discurso em questão passa a ser orientado não somente pelo contexto social existente no Brasil, mas também é interpelado pela construção histórica da ancestralidade religiosa afrodescendente. Charaudeau e Maingueneau (2004) tratam o discurso como algo que se constitui na temporalidade atual como sendo fonte de referências pessoais e que se torna contextualizado à medida que haja a atribuição de sentido e de contexto. Sendo o discurso uma ação verbal que atua de forma autêntica no processo de interação social, como fundamentalmente interativo.

Na música intitulada de Lion Man, Criolo busca trazer a representatividade e resistência da cena underground do rap que este mesmo vivencia, como vemos a seguir:

E se fosse pra ter medo
Dessa estrada
Eu não taria tanto tempo
Nessa caminhada
Artista independente
Leva no peito a responsa, tiozão
E não vem dizer que não
Um lance, uma passagem
O tabuleiro causa medo
O teu olhar
É o desenho do desespero
E já era
Tua rainha tá ciscando
Já era
Vai cair o rei
Vamos às atividades do dia
Lavar os copos, contar os corpos
E sorrir
A essa morna rebeldia (Só os louco)
O Criolo quer colar pra somar
Sempre foi assim (óóh) o que vivi
Acho melhor não desacreditá fi
Os moleque é novim, e faz um dinheiro sim
Uma mente moderna
Porém malacabada
É o ser humano o egoísmo e uma adaga
Pátria amada o que oferece aos teus filhos sofridos
Dignidade ou jazigos?
O cordeiro vira lobo
E o lobo tem seu ofício
É a uva o trigo
A pasta é o orifício
E quem fornece a brisa? (héhéhéhé)
Se fortalece no punhado
De desgraçados malados
Que só querem matar a fome
E agora quem é mais ou menos homem?
Irmãos, na pior situação
MC bom é mais que photoshop, refrão
E já era

Sua rainha tá ciscando
Já era
O país tá no abandono
Já era
O planeta tá morrendo
Já era
Vai cair o rei
Abandonado cão
Sozinho na multidão
A solidão no coração de alguém
Paz para meus irmãos
Seguirem nesse mundão
Criolo no estilo Lion Man

Na primeira estrofe, o discurso latente nos mostra a perseverança em continuar pelo caminho que decidiu trilhar, e que mesmo independente, sem uma empresa musical que lhe auxiliasse, retrata a responsabilidade no sentido do cuidado na ação discursiva das canções. Consecutivamente, o mesmo remete ao jogo de xadrez, na metáfora entre a vida real e o jogo, onde cada ação, que no jogo se chama lance, pode garantir a vitória ou a derrota no terreno do jogo. Ao falar do olhar do seu rival no jogo, traz o desespero que existe quando esse percebe como o autor faz as suas ações no jogo. Já no refrão da música, o artista coloca em posição o rei e a rainha. No sentido de proteção do rei, a rainha precisa se movimentar, “ciscar”, mas que independente da ação, o rei vai cair. Esta parte volta-se às suas próprias ações de independente, como forma de resistência a cultura midiática.

Em seguida, o trecho traz a perspectiva de um dono de bar, que percebe essa “morna rebeldia” como jovens que se consideram rebeldes, mas que permanecem na sua própria bolha social, justificando a sua rebeldia dentro de situações de embriaguez. No trecho consecutivo, ao se colocar em terceira pessoa, o autor enfatiza a ação dele de somar, ou seja, contribuir para a cena musical e para a população periférica, trazendo a perspectiva de vivências anteriores para validar sua ação e comprovar que por essa via musical se faz dinheiro mesmo sendo novo na cena musical.

O trecho seguinte volta-se ao processo subjetivo da mente, buscando remeter ao contínuo processo de construção pessoal contemporânea e a facilidade de obter informações, mas que a mente não está concluída, as informações e facilidades modernas se tornam inúteis. Ao trazer isso falando do egoísmo do ser humano, Criolo aproxima essa não conclusão ao processo de individualização que existe na sociedade, remetendo também ao conto do lobo em pele de cordeiro e traz como questionamento que tipo de suporte e valor o governo brasileiro oferece a sua população.

Na estrofe seguinte, o artista traz em questão o contexto de drogas que ocorre na periferia como forma rápida de ganhar dinheiro para conseguir o seu sustento, buscando trazer a o questionamento “e quem fornece a brisa?”, para se analisar quem está por trás da distribuição de drogas, e quem a utiliza, remetendo a pasta e o orifício ao uso da cocaína.

Com a repetição do refrão, se constrói um parâmetro analítico com referência a estrofe anterior, trazendo que não se é mais homem ou menos homem, no sentido de forte/fraco medroso/corajoso, quem precisa entrar no mundo do tráfico para conseguir se subsidiar, mas que continuam sendo irmãos, ou seja, ainda há o apoio e o suporte entre as mazelas da vida cotidiana. Ao falar que que MC bom é mais que photoshop, o mesmo equipara o papel do MC como parte atuante da verdade dita, por ser mais que photoshop, programa de edição de fotos bastante utilizado em revistas que modificam a realidade da imagem. Na parte do refrão, o mesmo retorna com a queda do rei no jogo do xadrez, mesmo com qualquer tipo de movimento que a rainha tenha, encaixando isso nas duras críticas sobre o estado em que o país se encontra, abandonado, além de consciência ecológica, ao falar que o planeta está morrendo, levando em consideração as agressões ecológicas que o planeta vem sofrendo.

Na parte final da música, Criolo retrata o abandono de um cão metafórico, sendo uma pessoa que se perdeu em meio à multidão e dificuldades sociais e que deixou a saudade por alguém querido. Então, ele pede por paz para os seus semelhantes, sejam os próprios rappers, ou a população negra, periférica no qual ele tem conhecimento da existência e denomina de irmão com a circunstância de familiaridade do cotidiano, e relatando que está no estilo Lion Man, expressão utilizada como referência de um seriado japonês lançado na década de 80 no Brasil transmitido pela Tv Manchete, Criolo utiliza esta no que tange a tentativa de manter-se forte para conseguir lidar como guerreiro os obstáculos da vida, para alcançar a honra.

Compreendendo a análise das duas músicas, se torna interessante os pontos produzidos que estimulam o desenvolvimento de uma ideia de consciência étnica, social, e política, onde o discurso sendo o maior veículo de expressividade, acaba se tornando um intermédio para expor suas experiências vividas, angústias e revolta, construindo assim um discurso de influência para a percepção da resistência, preservação da memória cultural que é colocado como ponto central da música produzida. Assim, a música se torna o objeto de denúncia das desigualdades em busca da visibilidade dos que são excluídos e estigmatizados, buscando a representatividade e conquistando espaço de referência para os ouvintes, realçando a existência do seu território, da sua cultura e, assim como traz Guimarães (1999, p.45) “apostando na possibilidade de uma conscientização pelo rap” (TELLA, 1999; GUIMARÃES, 1999).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma nova visão de compreensão da música e o discurso musical em si. Se tratando de uma temática extremamente atual e que continua a se desenvolver e ganhar força no meio musical, o rap, gênero que nasceu e se constitui como mecanismo de viabilização dos processos intermitentes da população periférica, se torna um meio de clarificação do que nos é socialmente velado pelos setores dominantes da sociedade, sendo porta-voz dessas mazelas através da música produzida pelos próprios sujeitos que vivem esta realidade.

Desta maneira, entender o discurso que é passado através da música, faz com que haja, inclusive, uma nova forma de posicionamento diante da escuta musical, em perceber o que realmente está sendo passado e de que forma a música, uma forma de subjetivação da experiência humana, pode ser utilizada como ferramenta de disseminação de ideais e ideias construídas nas realidades cotidianas e como se pode enxergar, ou melhor, ouvir além do que se ouve, analisando o contexto em que esse percurso oral foi produzido até chegar no formato sonoro que se torne difundido.

Através dessa preocupação do discurso ideológico, foi trazido as músicas de Kleber Cavalcante Gomes, o rapper conhecido por Criolo, sendo estas analisadas para correlacionar a expressão musical e os processos ideológicos imbuídos na oratória e o que o discurso sugere, o que há de representação social, pessoal e cultural dessa produção artística musical, no qual o artista em questão buscou se preocupar em demonstrar/denunciar na letra das canções os valores sociais e seu contexto pessoal, gerenciando uma ferramenta de expressão da realidade vivida de maneira leal às populações periféricas, buscando desenvolver nas músicas conteúdos relacionados aos princípios de ancestralidade para a população negra brasileira, trazendo no seu trabalho o conhecimento das informações de maneira alternativa em contraponto as informações que o sistema da grande mídia realiza, desenvolvendo uma formação de opiniões.

Do que se foi proposto inicialmente quanto ao intuito do trabalho em compreender os discursos, foi-se alcançado tal correlação entre os discursos adjacentes à música devido ao construto teórico que engloba não somente a construção do desenvolvimento de identidade através da música, mas a incidência da cultura nesse processo, que também se desenvolve no contexto ideológico que incide nos espaços sociais e que estimula a luta de resistir diante dos processos de desigualdade da nossa

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

sociedade. Assim, abrem-se novas perspectivas para impulsionar os estudos da psicologia social sobre a produção dos indivíduos e de como eles trazem suas próprias realidades nessas produções de resistência diante das desigualdades sociais para que se possa entendê-las, buscando assim realçar os processos sociais que são pertinentes dentro da realidade cotidiana da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BONIN, L. F. R. In: JACQUES, M. da G. C. et al. Indivíduo, cultura e sociedade. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 58-72.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CRIOLO. Mariô. K. C. Gomes, K. Dinucci [Compositores]. In:_____. **Nó na orelha**. São Paulo: Oloko Records, 2011. CD (38 min 56 s). Faixa 4 (3 min 37 s).

_____. Lion Man. K. C. Gomes [Compositor]. In:_____. **Nó na orelha**. São Paulo: Oloko Records, 2011. CD (38 min 56 s). Faixa 9 (3 min 25 s).

DE ANDRADE, E. N. In:_____. (Org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo, SP: Selo Negro, 1999.

DE FREITAS CAMPOS, R. H. In:_____. (Org.). Psicologia comunitária, cultura e consciência. **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 13. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 164-177.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Paulo: Claraluz, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUARESCHI, P. A. In: JACQUES, M. da G. C. et al. Ideologia. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 89-117.

GUIMARÃES, M. E. A. In: DE ANDRADE, E. N. (Org.). Rap: Transpondo fronteiras da periferia. **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo, SP: Selo Negro, 1999. p. 39-54.

JACQUES, M. da G. C. In: JACQUES, M. da G. C. et al. Identidade. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ISBN 978-65-990525-0-7

OLIVEIRA, R. C. de. **Rap e política:** Percepções da vida social brasileira. Boitempo Editorial, 2015.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. In: **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** São Paulo: Pontes, 1999.

SILVA, J. C. G. da. In: DE ANDRADE, E. N. (Org.). Arte e educação: a experiência do movimento hip hop paulistano. **Rap e educação, rap é educação.** São Paulo, SP: Selo Negro, 1999. p. 23-38.

SIQUEIRA, M. J. T; NUERNBERG, A. H. In: JACQUES, M. da G. C. et al. Linguagem. **Psicologia social contemporânea: livro-texto.** 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 118-132.

TELLA, M. A. P. In: DE ANDRADE, E. N. (Org.). Rap, memória e identidade. **Rap e educação, rap é educação.** São Paulo, SP: Selo Negro, 1999. p. 55-63.

TEPERMAN, R. **Se liga no som:** As transformações do rap no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Pensamento e Linguagem.** Edição Eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html>> Acesso em 20 de abr. de 2019.

GERAÇÃO DE RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO A PARTIR DAS TRABALHADORAS DA CIDADE DE BARBALHA – CEARÁ

Mônica Sales Barbosa (moniicasalesbarbosa@gmail.com)

Clarissa de Pontes Vieira Nogueira

Bryan da Silva Andrade

RESUMO

A Economia Solidária surge como oportunidade de trabalho e renda para populações excluídas dos processos formais de produção capitalista. Ao mesmo passo, a psicologia se insere nesse meio buscando contribuir com o desenvolvimento do trabalho e transformação social. A pesquisa se caracteriza como descritiva-exploratória e tem como problemática compreender se a Economia Solidária em Barbalha - Ceará objetiva a inclusão das mulheres por meio da geração de renda. O estudo foi efetuado através de entrevistas semiestruturadas e contou com a participação de cinco mulheres. Das entrevistas, surgiram as seguintes categorias: feira como espaço de transformação; rotina de trabalho; manutenção do trabalho; e relações pessoais. Foi percebido que a geração de renda necessita de novas estratégias de desenvolvimento, ao mesmo passo que viabiliza mediante o objetivo comum do trabalho, a inclusão das mulheres por meio da qualidade de vida e transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Trabalho. Psicologia. Geração de Renda.

1 INTRODUÇÃO

A Economia solidária (ES) surgiu na cidade de Barbalha, Ceará, no ano de 2011 mediante a organização em torno de feiras itinerantes e solidárias. O propósito inicial foi unificar os produtores em torno da venda de produtos agroecológicos e artesanais em diferentes locais da cidade, promovendo assim a integração entre produtores e moradores locais. Ainda no contexto das feiras, a característica do perfil do grupo de trabalho é majoritariamente feminina e do âmbito rural. Para muitas dessas mulheres, o trabalho nos empreendimentos solidários se configura enquanto trabalho alternativo a agricultura e complemento de renda, ou ainda, como espaço para compartilhamento de saberes e troca de vivências (TAVARES *et al*, 2016).

A Economia Solidária pode ser compreendida como modelo econômico que tem como proposta superar as problemáticas advindas da desigualdade social. De modo resumido, o empreendimento solidário tem uma conotação agregadora que possibilita que a pessoa e seu trabalho sejam valorizados. A solidariedade, pois, é realizada por meio da organização igualitária no ato de produzir, consumir, comerciar ou poupar, assim como o mesmo direito a voto nas decisões e falas nesses espaços (PORTO; OPUSZKA, 2016).

Gonçalves e Sobrinho (2011) apontam que a Economia solidária foca nos valores humanos como centro, em detrimento do lucro, e desenvolve suas ações em duas perspectivas: o primeiro e principal é voltado ao desenvolvimento social do seu público por meio de formações educativas e outras atividades em que se busca trabalhar a problematização do cotidiano e construção de relações solidárias e cooperativas; o segundo por sua vez, se volta a apoiar a produção e renda dos grupos nos empreendimentos solidários.

Atualmente a organização em Economia Solidária na cidade conta com diversos parceiros no incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos por meio de processos formativos e encontros de organizações de feiras que ocorrem semanalmente. A feira foi conhecida pela pesquisadora mediante a interlocução com a Universidade Federal do Cariri, e a pesquisa ocorreu no âmbito das próprias feiras e

comercializações. A pesquisa em questão buscou investigar como problemática, se em sentido prático a Economia Solidária em Barbalha objetiva a inclusão das mulheres por meio da geração de renda e se o trabalho possibilita transformação de vida.

Para tal questão, o estudo tem como objetivo descrever o trabalho feminino na economia solidária enquanto meio de geração de renda, a partir dos seguintes passos: descrição do perfil das trabalhadoras, investigação da organização em torno do trabalho e finalidade do dinheiro levantado, assim como, apontar os benefícios e limites deste trabalho.

A relevância desse estudo se dá por trazer à tona a importância de discutir gênero e suas especificidades em diversos lugares, inclusive na Economia Solidária que se propõe a ser um espaço democrático e de igualdade, mas que por não haver estudos específicos sobre as temáticas propostas, não podemos compreender como esse espaço de trabalho desenvolve em termos práticos a inclusão de mulheres por meio da geração de renda, como se propõe em teoria.

É importante, porém, afirmar que a pesquisa não pretende desconsiderar o papel dos processos educativos da Economia Solidária para o desenvolvimento social dessas mulheres. O foco de estudo na geração de renda se dá por pensar como essa vertente surge. Além disso, a pesquisa visa contribuir com o desenvolvimento de estudos e novas estratégias de inclusão na região do Cariri.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA

A economia solidária surge no contexto decorrente da expansão tecnológica de automação no Brasil, por volta da década de 80. Socialmente, essa expansão deixou diversas lacunas, como por exemplo o desemprego em massa, a exploração e baixas condições de vida para as pessoas que não conseguiam se inserir nesse espaço. A intensa desigualdade social, assim como a exploração nas relações de trabalho, fomentou o agrupamento de trabalhadores excluídos em movimentos, para que assim pudessem levantar capital para a sobrevivência em cooperativas, associações solidárias, sindicatos, entre outros (PORTO; OPUSZKA, 2016).

Para, além disso, a inserção na Economia Solidária se dá por características e histórias de vida traçadas pela cooperação e criatividade, assim como o próprio contexto vivido, pois, assim como aponta Veronese (2007) a crise em si só não explica a participação das pessoas, pois se assim o fosse, diversas pessoas em situação de desemprego optariam pela Economia Solidária. A autora reflete que as iniciativas de geração de trabalho e renda por meio do associativismo, também se desenvolveram diante de aspectos como a valorização da comunidade, o apoio externo provenientes da igreja e outros setores, o desejo de propriedade da produção por meio dos trabalhadores, e etc.

Porto e Opuska (2016) a economia solidária tem como proposta central proporcionar a transformação social de classes excluídas por meio da organização que fomenta o reconhecimento no trabalho e constrói relações permeadas pela solidariedade e cooperação, possibilitando a união entre iguais para lutar e conseguir em conjunto desenvolver seu empreendimento com mais firmeza. Desse modo, compreende-se que

Os empreendimentos solidários que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados onde vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente (SINGER, 2002, p. 116).

O trabalho em Economia solidária também é constituído diante dos conceitos de autogestão, democracia e solidariedade. Autogestão porque o processo de organização em torno do empreendimento é facilitado pelos próprios trabalhadores igualmente responsáveis pela gestão; Democrático por ser um espaço de participação para todos e todas de modo a viabilizar discussões inerentes ao espaço de trabalho, assim como, resguardar e valorizar os saberes locais e das

trabalhadoras; e solidário, por trazer em sua gênese o agrupamento por meio da identificação entre pares que vivenciam o mesmo contexto e com isso, auxiliam-se mutuamente no desenvolvimento de ações que facilitem o bem comum (GUARESCHI; VERONESE, 2009).

O salto para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil como parte da agenda governamental, foi à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003 dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que facilitou a rápida expansão dessa economia pelo país. O interesse em garantir o desenvolvimento do cooperativismo foi viabilizar o rompimento com a precarização de trabalho que facilitava que pessoas premidas pelo desemprego fossem induzidas a submeter-se à exploração. Daí diversos programas e projetos foram criados, como o Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP), Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), o mapeamento periódico dos empreendimentos de economia solidária (EES), dentre outros. Essas iniciativas promovem a Economia solidária e permitem a constante avaliação de ações interligadas entre governo e sociedade (SINGER, 2014).

Segundo o mesmo autor, o fomento à economia solidária surge como uma política de desenvolvimento que propõe ações do governo destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico de regiões em vulnerabilidade em que a renda se apresenta em grande diferencial, em sentido negativo, dos centros econômicos. Por consequência, essa política tem potencial de ser uma estratégia emancipatória dentro de outras políticas, como por exemplo, as políticas de assistência.

Aponta-se que os empreendimentos solidários podem ser considerados uma alternativa para a geração de renda e possui características peculiares. Os grupos de mulheres se organizam em torno de atividades produtivas que comumente são realizados na esfera doméstica, como a culinária, costura e etc., essas atividades são vistas como obrigações femininas e não recebem nenhum tipo de reconhecimento. Ao partir para o contexto dos empreendimentos, as mulheres utilizam essas habilidades como forma de viabilizar e levantar renda, transformando esses saberes e os reconhecendo como trabalho. Além disso, no espaço de Economia Solidária, as produções não findam em si só, pois há também o fomento de atividades de qualificação, onde novos conteúdos podem ser aprendidos e discutidos, sejam a nível operacional ou de desenvolvimento cidadã (GOMES; CARLOTO, 2010).

3 PSICOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Historicamente, a psicologia tem sido construída e desenvolvida para a população urbana, de modo que, suas intervenções são voltadas majoritariamente para esse meio. Desse modo, a população rural é marginalizada dos meios científicos e seu desenvolvimento se dá de modo lento em relação aos avanços do meio urbano. Da mesma maneira que as discussões dos espaços científicos não chegam às regiões rurais, as discussões sobre ruralidades também não são trazidas nas universidades. Felizmente, o quadro vem mudando nos últimos anos onde a psicologia vem assumindo um papel comprometido e desnaturalizando a exclusão, iniciando assim discussões sobre outros âmbitos, inclusive do meio rural (LEITE; DIMENSTEIN, 2014).

A justificativa para o desenvolvimento lento e de pouco interesse governamental para com os projetos do meio rural é atrelado também a uma visão de produção e lucro. Como população historicamente excluída dos meios de produção, a Economia Solidária surge nesse meio como fonte de renda para as agricultoras e agricultores e, para além disso, como espaço onde as discussões (já muito avançadas nos centros urbanos), podem ser introduzidas e discutidas junto a essa população (GUARESCHI; VERONESE, 2009; LEITE; DIMENSTEIN, 2014).

Martin-Baró (1996) aponta que a atuação da psicologia deve-se pautar na visão crítica acerca da realidade e no compromisso em lutar pelo fim da desigualdade social e formas de opressão. Em uma atuação responsável com a vida, a psicologia surge contra o processo individualista do

capitalismo, e centra-se assim, no processo de desenvolvimento das potencialidades humanas, proteção da vida, preservação do ambiente, entre outros.

A inserção da psicologia em espaços de redes comunitárias como nas relações de trabalho cooperativo e solidário propiciam formas conjuntas de educação e transformação do contexto dos sujeitos. A Psicologia da Libertação anuncia caminhos de uma psicologia social contextualizada, histórica e sociológica, comprometida com as classes marginalizadas, que dá preferência aos enfoques baseados no conflito social e no pensamento materialista histórico e dialético para compreensão dos fenômenos (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; VERONESE, 2003).

Sendo assim, as discussões sobre Economia Solidária apontam sujeitos protagonistas que por meio de sua participação e diálogo, exerce a sua função de cidadão na democracia e tem um importante papel na efetivação de políticas públicas. A psicologia, por sua vez, compreende esse fenômeno enquanto que, maior será essa participação, quanto maior for a conscientização do sujeito. Seu objetivo então é buscar colaborar com a criação de espaços de relação que unem indivíduo e comunidade, compreendendo o sujeito quanto social e histórico, facilitando um espaço problematizador onde o indivíduo possa perceber seu lugar no mundo, e como pode transformá-lo por meio da participação (SARATT; ALLEBRANDT; RIBAS, 2016; SINGER, 2002).

Além disso, o fazer da psicologia deve ser voltado a espaços que promovam a emancipação, a valorização comunitária, a conscientização e o fortalecimento de identidades enquanto sujeito, pois, o público rural é perpassado por movimentos que criam um reforço mútuo entre ideologia, vulnerabilidade e identidades fragilizadas cuja consequência é mais exploração, fragilidade, violência e submissão (GÓIS, 2008).

Em termos práticos essa atuação pode ocorrer conforme Leite e Andrade (2013) e Lacerda e Carvalho (2011) a partir de estratégias que facilitem o desenvolvimento do empoderamento e participação social, criação de uma identidade territorial, valorização do espaço comunitário, palestras informativas que forem demandadas pela população, clarificação de processos sociais, divulgação de políticas públicas, articulação com outras entidades para fomento de projetos, espaços de diálogos sobre assuntos que se ligam ao trabalho, promoção da saúde e prevenção de doenças, etc.

Nesse ponto, a psicologia deve se comprometer em construir conjuntamente por meio das ações no campo, possibilidades de transformação. Para compreender o sentido de transformação pelo trabalho, podemos trazer Codo (1997, p. 26) ao apontar que o trabalho pressupõe “[...] uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado”. É por meio do trabalho que o ato de dar significado à natureza se concretiza, por consequência, ele também desempenha papel fundamental na constituição de identidade e de ação individual e coletiva.

Os valores relacionados ao trabalho são disseminados desde a infância, mas os sentidos dados a ele se diferem nas etapas da vida e de situações sociais distintas. Por estar em processo de troca constante com os símbolos sociais, o trabalho é influenciado pelos valores morais decorrentes de outros espaços, assim como valores morais de outros espaços de vida podem ser alterados por valores de determinado tipo de trabalho (TOLFO; PICCININI, 2007).

Diante disso, a negligência de um fazer psicológico sobre os diálogos referentes a psicologia e questões de terra pode significar uma acriticidade sobre a atual forma de produção exacerbada e valorização do lucro em detrimento da saúde humana (CFP 2013).

Por fim, a Economia Solidária surge nesse contexto enquanto potencial para o desenvolvimento do trabalho de forma democrática e de igualdade, que por meio da atividade cotidiana efetivada pelas trabalhadoras e trabalhadores, possibilita uma interação entre pares que ao compartilharem o espaço de trabalho, compartilham também as percepções da realidade vivida, além de um mesmo espaço de tempo histórico.

4 METODOLOGIA

ISBN 978-65-990525-0-7

4.1 UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa é configurada como qualitativa descritiva-exploratória, já que busca a partir da experiência das mulheres que vivem a realidade do trabalho em Economia Solidária, descrever esse fenômeno. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva-exploratória pode proporcionar uma nova visão do problema em questão, ampliando assim o campo de reflexão deste dentro de novas áreas.

A pesquisa foi realizada na cidade de Barbalha, ao sul do Ceará no ano de 2018. A Economia Solidária começa a ser pensada na região, a partir de um encaminhamento do evento Fórum Caririense de Economia Solidária (FOCAES) em 2010, onde, surgiu a idéia de propiciar uma feira solidária, tendo como propósito unir produtores da região para expor, vender, ou trocar seus produtos. É no ano de 2011 que ocorre a primeira feira solidária e as repercussões da experiência e apoio do Sindicato e EMATERCE, deram espaços para novas articulações de feiras (TAVARES *et al*, 2016).

Além da feira em Barbalha, existem também grupos de Economia Solidária na cidade de Crato e Juazeiro do Norte, também como foco na articulação para a comercialização. A escolha do grupo em Barbalha se deu por este ser o primeiro a se articular em torno das feiras e por consequência, ter mais tempo de experiência.

O cenário das feiras em Barbalha transforma-se no ano de 2014, quando além dos apoios anteriores, os trabalhadores passam a contar com o projeto da UFCA denominado Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos e Solidários (ITEPS) que entra como apoio para o grupo por meio de formações e acompanhamentos aos empreendimentos. A proposta da ITEPS foi “articular ensino, pesquisa e extensão no fortalecimento ou criação de redes de Economia Solidária por meio de ações que promovessem a formação e integração dos sujeitos envolvidos no empreendimento” (TAVARES, *et al*, 2016).

Após o período de incubação, até 2016, o grupo firmou-se enquanto economia solidária e atualmente, exerce articulação com diversos parceiros para fomentar a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras por meio de capacitações e feiras semanais, tendo participação de 16 pessoas.

4.2 PARTICIPANTES

A pesquisa ocorreu com cinco mulheres que trabalham na economia solidária (ES) da cidade de Barbalha, no estado do Ceará. A amostragem da pesquisa se deu mediante a técnica da abordagem por conveniência, que propõe que as participantes serão aquelas que se dispuserem prontamente a participar da pesquisa e serão escolhidas por acaso. Essa abordagem foi utilizada por ser vista como adequada para pesquisas que buscam explorar conteúdos, pois busca levantar uma ideia inicial de determinada questão sobre um grupo. Desse modo, as mulheres foram abordadas na feira inicialmente de modo grupal, para explicação da pesquisa e levantamento de interesse em participação e após isso, a participação das mulheres se deu mediante as que estavam na feira nos dias visitados pela pesquisadora, sendo estes, contabilizados em três visitas (OLIVEIRA, 2001).

4.3 COLETA DE DADOS

O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada, pois esta possibilita um diálogo entre pesquisador e participante, contudo sem fugir às temáticas trazidas pelos objetivos da pesquisa. Além disso, a participante pode se aprofundar em algumas de suas experiências, possibilitando também ao pesquisador incrementar novas perguntas que se fizerem necessárias. Na coleta, as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e análise, conforme orienta Lakatos (2003). Para a construção do

referencial teórico e correlação dos resultados com a teoria foram usadas as fontes de revistas, livros, artigos científicos, revistas eletrônicas, anais de eventos e sites oficiais. O roteiro de entrevista visou trabalhar em torno das seguintes temáticas: realidade socioeconômica, organização em torno do trabalho, geração de renda por meio da produção, destinação de renda e principais benefícios e dificuldades.

4.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Após as entrevistas e transcrições foi efetuada a análise temática por meio da categorização dos temas trazidos por todas ou maioria das participantes. O tratamento dos dados foi efetuado por meio da análise de conteúdo com a técnica de análise temática. Este método, para Góis (2008, p. 161), “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação ou tema, cuja presença e frequência significam algo para o objetivo de análise”. Para a categorização, foram visualizadas e analisadas nas entrevistas os núcleos de sentido que vieram a compor os temas para a análise

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise contará com 1) a descrição do perfil das mulheres e 2) a análise temática, contendo as categorias: Feira como espaço de transformação; rotina de trabalho; manutenção do trabalho; e relações pessoais. As participantes serão apresentadas como P. 01, P. 02, e assim consecutivamente. Além disso, as análises se apoiaram em referenciais teóricos da psicologia social e do trabalho, psicologia comunitária e economia solidária.

5.1 DESCRIÇÃO DO PERFIL

A população da pesquisa foi composta por seis mulheres com uma média de idade de 55,6 anos. Destas, apenas uma possui ensino médio completo e formação técnica, as demais, ensino fundamental I incompleto. Todas participam de associações em localidades distintas e comercializam nas feiras solidárias. A média para o tempo de participação é de 17 anos e da renda mensal é de R\$ 180,00. Assim como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1: Descrição das participantes.

PARTICIPANTES	01	02	03	04	05
IDADE	58	42	53	52	73
ESCOLARIDADE	Fund. I Incompleto	Médio completo e formação técnica	Fund. Incompleto	Fund. Incompleto	Fund. Incompleto
TEMPO DE TRABALHO	10 anos	07 anos	35 anos	27 anos	09 anos

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

RENDAS MENSAL	R\$ 300,00	Sem média de renda	R\$ 300,00	R\$ 200,00	R\$ 100,00
---------------	------------	--------------------	------------	------------	------------

Já a produção das mesmas é composta por produtos diversificados, sendo produtos, agrícolas, artesanais, de literatura ou culinária, como apresentado no Quadro 2. Algumas produzem mais do que uma categoria.

Quadro 2: Categorias e produções relacionadas às participantes da pesquisa.

Produtos agrícolas	Artesanato	Literatura	Culinária
Feijão, arroz, andu, fava, milho, quiabo	Fuxico, boneca de pano, pano de prato	Cordel	Bolo, sequilho, óleo de coco, doces

87

5.2 FEIRA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO

Essa categoria aponta a feira como oportunidade de trabalho e renda complementar a agricultura, como oportunidade de acessar o lazer, ou ainda como independência financeira. As mulheres trazem em suas falas um contexto pregresso de trabalho na agricultura ou sem renda, que muda com a entrada na feira. O incentivo às práticas comunitárias permite um olhar de volta a população rural e valorização do saber camponês, desqualificado pelos mecanismos de dominação que historicamente vêm sendo submetidos. Por razão desse incentivo, como nos movimentos de criação de feiras e espaços solidários, as pessoas podem reorientar o sentido que dão a vida, construindo autonomia e viabilizando caminhos que possibilitem a responsabilidade por escolhas e decisões. Desse modo, observa-se a perspectiva das mulheres em relação a remuneração como necessidade e modo de gerar mudança no contexto (CFP, 2013).

A gente tem mais oportunidade de ter mais algum dinheirinho, porque você trabalhando na roça não dá pra trabalhar direto e precisa de água... por isso a gente procura outras coisas também pra vender. (P. 05)

A gente que é do trabalho, que é da luta, as vezes tem as coisas em casa e então entra na feira e vai vender porque se não fosse essa feira a gente não vendia quase nada. (P. 06)

A autonomia construída nos percalços do trabalho, trazem à tona também as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras. A fala aponta a possibilidade de escolha frente a dificuldade em relação à agricultura, contexto decorrente do ciclo de seca e chuva na região. Percebe-se a partir do relato de P. 05 que a feira é um ponto também para conciliar a participação na feira e a agricultura. Além disso, a realidade é conhecida como árdua pela expressão de “trabalho, que é da luta” pela P. 06 e ao mesmo passo que a fala representa um reconhecimento de identidade, ela aponta também a carga trazida pela vida no campo onde o trabalho na agricultura começa desde muito cedo.

O trabalho na feira, passa também a ser visto como espaço de renda extra e oportunidade para o lazer como apontado a seguir. Vê-se assim, que além de adentrar em um espaço de trabalho, a própria qualidade de vida também é alterada decorrente daquele novo contexto. O trabalho remunerado, quando associado quanto condição inerente ao funcionamento do capitalismo, pressupõe uma resolução de determinadas problemáticas sociais geradas pela pobreza, desigualdade, violência de gênero, e outros. Com isso, pode-se compreender que ao adentrar nesse espaço quanto um

indivíduo produtivo, a desigualdade em relação a outrem é amenizada ou abolida por consequência agora da sua posição social quanto produtor (PORTO; OPUSZKA, 2016).

É diferente demais antigamente eu só trabalhava, trabalhava e trabalhava, tinha um monte de criança pequena aí agora não... agora eu já tenho minha própria renda vendo nas feiras aí eu junto também para poder passear para aproveitar a vida, né? (P. 01)

Do mesmo modo, as falas se apresentam quanto transformação que se dá também em relação à própria questão feminina de realização. Essas iniciativas apresentam-se como medida de geração de renda e emprego e efetivam os princípios de participação para além da necessidade de levantamento material para a sobrevivência, pois apontam também ações conscientes em busca de melhoria. Também, surge como alternativa de geração de renda pelo acesso e desejo das mulheres pela propriedade de produção coletiva e remuneração (OLIVEIRA, 2008; NOBRE, 2003).

88

Eu trabalho na feira pra juntar e comprar coisa pra mim ou meus netinhos, pra não ter que estar pedindo, né? Porque é tão ruim tá pedindo coisa marido... (P.03).

Resumidamente, compreende-se que a inserção na feira possibilita às mulheres um empoderamento social, trazido por Veronese (2007) como processo onde se consegue desenvolver e potencializar capacidades e recursos de controlar suas condições de vida e gerar transformações. Assim também, como o agir coletivo na economia solidária, insere então novos sujeitos no trabalho e nas estratégias de luta e cidadania em busca do bem-estar e reconhecimento.

5.3 ROTINA DE TRABALHO

Nessa categoria, corroborando com as falas das entrevistas, vê-se que o trabalho começa desde bem cedo com os cuidados domésticos para, posteriormente, vir o trabalho nas associações. As mulheres trazem em suas falas uma rotina de trabalho extenso, pois desde o amanhecer à noite, estas, se ocupam de atividades tanto das associações como dos cuidados de casa. Esse ponto evoca também as limitações da categoria anterior, pois ao passo que a inserção altera o contexto das mulheres, a sobrecarga de trabalho é ainda algo que faz parte do cotidiano e desenvolvimento de diversas trabalhadoras. As discussões sobre trabalho e gênero nesse ponto se apresentam em relação a um contexto macro, onde mulheres, independente da sua região, são submetidas a cultura patriarcal que as leva enfim, a práticas cotidianas de modo individual, enquanto os demais membros da família, não assumem responsabilidades pelo os afazeres domésticos.

Na visão de Saffioti (1997), existe uma socialização do gênero, onde normas e valores culturais são dispostos em um fazer histórico-cultural, onde os papéis sociais e locais destinados a homens e mulheres são pré-determinados socialmente, havendo então diferentes oportunidades e vivências para cada sexo. Percebe-se nas falas das entrevistadas uma naturalização do trabalho doméstico como responsabilidade unicamente da mulher, ainda que durante todo o dia, o movimento de trabalho seja constante e cansativo.

Eu quando eu saio de casa já deixo o almoço pronto, já deixo os animais junto com suas comidinha. Agora a gente tem que se acordar 4 horas para poder dar de conta disso, aí deixa almoço pronto pra o esposo e de noite a gente embala tudo para no outro dia poder pegar o carro cedo (P. 03).

Assim eu me acordo cedo, aí já logo de manhã, dou comida as galinhas, limpo o terrero e a casa, faço almoço e depois vou lá para o prédio (P. 01).

Eu me acordo, faço café e merenda, aí eu já deixo tudo pronto, faço almoço e vou serra apanhar coco, aí de lá eu levo tudo pra fazer o óleo e depois volto pra casa que aí faço janta e ajeito as coisas pro outro dia (P.05).

A atividade domiciliar não é vista como trabalho justamente por o aspecto naturalizado de sua função no cotidiano. É relevante pensar nesse ponto a formulação de políticas públicas que evidenciem o trabalho feminino e estratégia que possibilitem que, assim como o aspecto doméstico ganha evidência nos espaços do trabalho, as discussões do trabalho devem também entrar no ambiente doméstico por meio da autonomia e diálogo dessas mulheres com seus pares (OLIVEIRA, 2008).

Ainda que com importância de trazer esse aspecto contextual macro, deve-se também compreender que nesse âmbito de trabalho doméstico, é relevante observar as trajetórias singulares e percepções únicas do entrelaçamento de biografias na construção da história. Diante disso, Mundim e Teodósio (2011) refletem ainda que o trabalho nos empreendimentos apresenta dificuldades decorrentes do contexto já apontado, pois, na perspectiva naturalizada da vida, o empreendimento é postulado em segundo plano as tarefas cotidianas como vemos a seguir.

Assim a gente ajeita as coisa e vai trabalhar de tardinha ou a noite, não tem hora certa não, é na hora que dá certo a gente ir (P. 04)

Mesmo diante desse contexto, o trabalho se apresenta entrelaçado com a solidariedade, a frase acima dito não individualmente, mas no coletivo, apresenta a visão da P. 02 em compreensão da sua vida e da vida de suas companheiras. O trabalho, de acordo com Oliveira (2008), passa então além de uma esfera econômica, para um diálogo político, social e cultural que é investido em relação ao trabalho feminino em diversas problemáticas. Por consequência, trazem à tona discussões sobre direitos humanos, violência, cultura e machismo, dentre outros.

5.4 MANUTENÇÃO DO TRABALHO

Essa categoria aponta que a renda do trabalho é também dirigida para a própria manutenção do espaço físico da produção. Percebe-se que há uma organização e preocupação em manter o trabalho em detrimento do lucro individual, que vem após a divisão e pagamentos de conta. Tal questão está associada com o próprio objetivo do empreendimento solidário, pois segundo Veronese (2003), a maximização do lucro fica em segundo plano, tendo como ponto principal a oferta de produtos de qualidade e ações que atendam as demandas sociais. O que exceder ao valor da comercialização, é decidido em conjunto por todas as trabalhadoras.

Quando termina tudo, só é a conta de pagar o pessoal que trabalha, aí tem q pagar energia, água...tem as meninas da limpeza que também tem que pagar, lenha... (P.03)

Assim lá na associação quando a gente trabalha com linha com máquina, essas coisas, fica só 10% para a gente e o resto é para manutenção do prédio (P.01)

Gaiger(2007) concebe os empreendimentos como espaço de fortalecimento de grupos com capacidade de ação e participação efetiva e democrática e não apenas como fonte de geração de renda. Desse modo, podemos pensar que a própria relação de manter o trabalho destinando a maior parte do lucro para a estrutura do prédio, é também em sentido de manter as próprias relações de trabalho e contexto que ele existe. Podemos dialogar com Góis (2008) e a perspectiva de dimensão instrumental e dimensão comunicativa.

A alusão a tal conceito é atrelada a perspectiva de atividade comunitária que pode ser retratada no estudo, pela participação das mulheres nas associações e ações de suas comunidades. A dimensão

instrumental é caracterizada pelo uso de ferramentas necessárias à transformação comunitária, sendo percebido na pesquisa, como o espaço das associações, máquinas, e todo material que objetiva a ação e encontro das mulheres. A esfera comunicativa por sua vez, perpassa a cooperação, diálogo e afeto entre as pessoas no intuito de favorecer o desenvolvimento das relações. As dimensões são mutuamente dependentes, pois constroem e necessitam uma da outra, questão essa, que é efetivada pelos sujeitos da ação, as trabalhadoras. Podemos ver a seguir

A gente usa o dinheiro para ajudar o grupo que trabalha, por que a gente sozinha, não faz nada, aí pagamos as funcionárias. Então é para isso, pagar as pessoas (P.05)

Góis (2008) também aponta que na cooperação é necessário insistir na participação efetiva e compreender esta, como questão de consciência por conceber os integrantes como sujeitos que efetivam e vêm possibilidade de transformação na sociedade. Em relação a isso, Furtado (2010) apresenta também que o grupo que se envolve na economia solidária deve acreditar em seus princípios e exercer a confiança em todos os membros de participação, pois também a isso, relaciona-se a própria gestão compartilhada. Além da perspectiva de trabalho coletivo pontuado já nas associações, o próprio transporte para as feiras solidárias, também é colocado como algo para a manutenção, tendo este, sido apresentado também como a maior dificuldade atualmente.

A gente vai depois se organizar aqui é para pedir um transporte, né, ao nosso Governador para poder sair nas comunidades pegando as pessoas e trazer para cá. A gente podia até ajeitar a gasolina, né, mas se tiver o transporte... aí a gente faz a manutenção (P. 03).

Uma das grandes dificuldades da economia solidária é a falta de conteúdos e estratégias efetivas que possam facilitar a aprendizagem das trabalhadoras acerca da própria geração de renda, pois ainda que com Políticas Públicas elaboradas para essa área, os empreendimentos contam com sua sobrevivência com base nos apoios e na militância de uma economia mais justa e inclusiva. Ao mesmo tempo, precisam competir com o comércio capitalista que já é fundado em um referencial repleto de inovações.

Desse modo, as políticas públicas nesse meio devem também ser renovadas e formuladas, assim como podemos observar na fala da P. 03 que conta com a esperança do auxílio governamental. A forma de escapar desse circuito capitalista é criando uma rede autossustentável por meio de clubes de trocas, feiras solidárias e espaços de comércio que foquem também em trocas diferenciadas sem o envolvimento monetário. Em contrapartida, ao fortalecer esse sistema, os sujeitos podem, assim como a P. 03, conseguir construir estratégias que encaminhem o desenvolvimento por meio da ação e articulação dos sujeitos do grupo (FURTADO, 2010).

5.5 RELAÇÕES PESSOAIS

Essa categoria apresenta a fala das participantes a partir do afeto que envolve o grupo, onde tendo como objetivo comum a comercialização, o grupo tornou-se um espaço de convivência e solidariedade. Também se percebe nas falas que a motivação das mulheres para o trabalho é a própria convivência com as outras. Tal questão levantada nessa categoria apresenta a subjetivação em um sentido de emancipação por meio da possibilidade e criação de relações e formas solidárias de existência de modo mais equânime entre os agentes econômicos. Além disso, a relação grupal é formada pelo reconhecimento mútuo dos sujeitos no compartilhamento de representações e leituras de mundo, fazendo-os sentir-se como pertencentes ao grupo (GUARESCHI; VERONESE, 2009).

Dentro disso, promovem novas rotas em suas histórias individuais e coletivas baseadas nas ações ali postas e na participação de todos na realidade, que a partir dos encontros e desafios, “vão

realimentando as relações entre os sujeitos e a necessidade de se trabalhar coletivamente” (COUTINHO, 2005, p. 21).

Quando a gente tá lá a gente distrai a cabeça, lá no grupo de irmão tudo alegre, satisfeito quando não tem música também, quem canta é a gente (P. 04).

A fala da participante acima, propõe uma perspectiva de afeto como familiaridade entre os membros, ao trazer a musicalidade, Góis (2008, p. 224) aponta que “a música é melodia na intimidade da relação com o outro”. Traz também que a musicalidade pode ser considerada pedagógica e terapêutica. Para a feira, podemos perceber esta como algo importante que compõem o espaço de relação. A feira se apresenta também para as mulheres como espaço de convivência e afeto, em sobreposição, ao espaço de comercialização e geração de renda.

91

Tem gente que pensa que o produtor vem para feira só para comercializar, só por conta do dinheiro, mas não é não. Muitos vem mesmo sabendo que não vai vender hoje, e mesmo não vendendo, voltam satisfeito, porque aqui também é tido como encontro de alegria (P. 02).

Pra mim é bom demais, mas tem gente que olha e diz: ‘eu lá ia ficar numa feira esse mês todo só para tirar isso’, porque tem feira que você vem que vende tudo e outras Que não vende nada. Que nem as colega aí diz, né? Mas a gente vem mais por amizade, no dia que eu não venho eu fico doida (P.01).

Gomes e Carloto (2010) apontam que a capacidade de sustentação econômica das atividades de geração de renda é muito baixa, assim como observamos na fala de P. 03 que aponta que muitas vão para a feira já sabendo que não vão vender, e também, em P. 02 que traz a representação das pessoas e a realidade da feira como uma venda sem previsibilidade. Desse modo, vê-se que a própria articulação do grupo em torno da feira e dos encontros como escolha de proximidade e convivência, é o ponto que complementa a luta e movimento de sustentação desse espaço.

Outra participante coloca também uma perspectiva de troca quanto composição das características da feira. Martins, Rosa e Roque (2018) definem a troca de objetos como iniciativa solidária que possibilita a interação entre as pessoas em uma relação justa que contrapõe o valor monetário disposto no capitalismo. A troca ocorre quando uma feirante tem um objeto que a outra gosta ou necessita, e no lugar do dinheiro, a relação de troca entre elas é por meio dos produtos. Essa troca resgata princípios primitivos da moeda, e é um instrumento facilitador em resposta às necessidades.

Aqui é bom a gente ajudar uns aos outros aí quando a gente não vende a gente troca uma coisa pela outra né uma vai comprar as coisas da outra para ajudar às vezes não é nem por necessidade de comprar. (P.05)

Quando vai chegando assim a hora de acabar a feira, aí eu fico só olhando e já começo a gritar “é hora da troca, é hora da troca”, aí é uma alegria, uma felicidade, todo mundo que tem produto e quer trocar, aí vai lá e troca (P. 03).

Góis (2005) aponta que as comunidades rurais apresentam formas diversificadas de vida e significações dentro do seu aspecto histórico de existência e que se atrela a valores, identidade e integração social e psicológica entre os participantes. Vê-se associado às entrevistas, o espaço da feira como uma mediação entre subjetividades e contextos diversos de vida, onde a potencialização do sujeito, se dá no contato com novas condições de experiências e trabalho, assim como, no diálogo e envolvimento de participação que produz novas maneiras de representar o mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISBN 978-65-990525-0-7

Inicialmente, considera-se que a pesquisa possibilitou descrever o trabalho das mulheres na feira de Economia Solidária em Barbalha e compreender as perspectivas acerca dessa organização. Todavia, por se tratar de um grupo específico, as considerações não propõem generalizações do fenômeno estudado, mas sim, um diálogo entre teorias e a realidade vivida por as mulheres participantes. Em relação ao problema de pesquisa, a geração de renda na economia solidária é o objetivo comum do agrupamento para o trabalho, mas não é a principal motivação da participação. É constatável que o maior ganho para as mulheres se dá no âmbito de desenvolvimento social e individual, partindo da realidade que por meio do trabalho, as mulheres participam de espaços democráticos e utilizam seus saberes, até então negligenciados, em uma atividade produtiva, tendo assim reconhecimento não apenas de trabalhadora, mas de sujeito de transformação. Também, partindo de que a maioria das mulheres possuem idade avançada, o espaço das feiras em torno da comercialização se tornou um espaço de lazer, saúde mental e qualidade de vida.

Ademais, a renda alcançada nos empreendimentos, viabilizam as mulheres novas construções e manutenção do espaço que fomenta a reflexão crítica e de prática solidária. A convivência no grupo e identidade de trabalhadoras “da luta, do trabalho” é colocada nos espaços de produção e feira como protagonistas no empreendimento, operando novas formas de ser em sua história e possibilitando a emancipação também de outras mulheres por meio do fomento à economia solidária. Percebe-se que a inclusão é facilitada na Economia Solidária em Barbalha por meio da geração de renda – que é direcionada em maior parte para a manutenção do trabalho – e das relações de trabalho e afeto, possibilitando as discussões com as mulheres rurais, sobre processos de cidadania e conscientização. A integração das trabalhadoras pode ser percebida como decorrente das aproximações de vida nos aspectos históricos e psicológicos decorrente da realidade comum na zona rural.

Por outro lado, é verificado que o trabalho das mulheres na economia solidária acarreta também algumas dificuldades em decorrência do contexto de gênero na esfera rural. A sobrecarga no trabalho, como já apresentado enquanto esfera macro, dificulta a organização das mulheres nos empreendimentos em torno da produção, pois há uma flexibilidade do horário de trabalho decorrente das ocupações doméstica. Além disso, a remuneração não se apresenta como algo motivador pois, foi observado a partir das falas das mulheres, uma relação de conformismo com a não comercialização. Pode-se observar, por exemplo, as falas em relação a ir à feira mesmo sabendo que não vai vender, ou ainda, nas falas que trazem que o direcionamento do dinheiro é em sua maioria apenas para a manutenção do empreendimento.

É possível refletir que a economia solidária como espaço também de trabalho e geração de renda, não tem seu foco na remuneração e por isso, se sustenta pela relação interpessoal entre as mulheres e os afetos solidários-cooperativos do grupo. Também, percebe-se diante disso, uma fragilização nas feiras e trabalho em economia solidária por ela não bastar por si só como única via de trabalho para quem a procurar com esse intuito. Vê-se também na pesquisa, que as mulheres pontuaram como dificuldade apenas a relação com o transporte, o que pode se refletir como sendo um movimento em falar apenas dos benefícios da economia solidária, mas não perceber ou omitir informações sobre as dificuldades enfrentadas.

A pesquisa possibilitou novos questionamentos que implicam pensar como se dá a organização e autonomia dessas mulheres em busca de novas estratégias que viabilizem o desenvolvimento do trabalho na Economia Solidária. Outra perspectiva, sugere pensar quais são os métodos que se apresentam mais efetivos na aprendizagem das trabalhadoras da Economia Solidária com as técnicas administrativas e de organização que desenvolva no cotidiano o empreendimento. Nota-se também, a respeito da geração de renda, que existe potencial para maior desenvolvimento mediante a interlocução com o governo e a necessidade de apoio e incentivo da feira em Barbalha a partir de políticas regionais e dos programas de geração de trabalho e renda.

Também é reconhecido a partir da pesquisa o papel fundamental de organização em torno do trabalho e as identidades que surgem a partir da troca entre sujeito e representações. Vê-se nessa área, a psicologia como potencial de atuação e implicação em uma realidade comprometida com as transformações de mundo e desestabilização das normalidades despojadas sobre as relações de gênero, fomentando diálogos e práticas que viabilizem a autonomia, fortalecimento de vínculos como saúde comunitária, e planejamento grupal em torno de estratégias que fortaleçam os empreendimentos.

De modo geral, no trabalho em economia solidária são necessárias novas estratégias para o desenvolvimento econômico, ao mesmo passo, os espaços de trabalho apresentam impacto positivo na inclusão das mulheres a cidadania por meio do fortalecimento de vínculo e empoderamento social a partir do objetivo de geração de renda, e por isso devem ser expandidos e promovidos.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, p. 312-13, 2006.

BARBALHA, Prefeitura Municipal de Barbalha, Secretaria de Cultura e Turismo. **Dados sobre os aspectos culturais de Barbalha**. Disponível em: <<http://barbalha.ce.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-cultura-e-turismo>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Nacional de Informação Solidária - SIES**. Brasília, 2015.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In TAMAYO, A.; BORGES-

ANDRADE, J.; CODO, W. **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, p. 21-40, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas à Terra**. Brasília: CFP, 2013.

COUTINHO, M. C., BEIRAS, A., PICININ, D., LÜCKMANN, G. L. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, 2005.

FURTADO, O. Crise, trabalho e sociedade: economia solidária como uma perspectiva para a humanidade. In: Conselho Federal de Psicologia (org). **Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea**. Brasília: CFP, p. 111-125, 2010.

FURTADO, O. Dialética e contradições da construção da Identidade Social. **Psicologia e Sociedade**; v. 22, n. 2, p. 259-268, 2010.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante das desigualdades. **Revista Dados**, n. 3, v. 50, p. 499- 533, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GÓIS, C. W. L. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

GOMES, A. G.; CARLOTO, C. M. Grupos de geração de renda para mulheres: reforço ou ruptura com a divisão sexual do trabalho? **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**: Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 16-24.

GONÇALVES, T. J. T.; SOBRINHO, A. P. M. Economia Solidária: um caminho para a geração de renda e inclusão social. **Maringá**, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011.

GUARESCHI, P. A.; VERONESE, M. V. Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. **Revista Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 94-101, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Panorama das Cidades Brasileiras**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. **Psicologia e contextos rurais**. Natal, Editora da UFRN, 2013.

LEITE, M. L. S.; ANDRADE, B. S. Gestão Social, Interdisciplinaridade e Psicologia Social: Possibilidades, Experiências e limitações. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 6, p. 152-168, 2013.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MARTINS, M.; ROSA, K. L.; ROQUE, C. Clube de Trocas ITCP/ UNIFAL-MG: ressignificação do consumo via ação extensionista. **Anais II Congresso de pesquisadores de Economia Solidária**. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

MUNDIM, F. L. C.; TEODÓSIO, A. S. S. (Des) caminhos e encruzilhadas das mulheres na outra economia: um estudo de caso no Assentamento Rural Pastorinhas. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 104-120, 2011.

NOBRE, M. As mulheres e a economia solidária. In: CATTANI, D. A. (Org). **A outra economia é possível**. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 205-211, 2003.

OLIVEIRA, J. P. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 325-332, 2008.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração Online: Prática-, Pesquisa-Ensino**, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2001.

PORTO, P. A. C.; OPUSZKA, P. R. Economia solidária, seus princípios e sua extensão. **Revista Unicritiba**, v. 1, n. 42, p. 422- 440, 2016.

ISBN 978-65-990525-0-7

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero- — lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**. São Paulo, PUC, v. 1, n.02 1997, p.59-79.

SARATT, D. F.; ALLEBRANDT, S. L.; RIBAS, T. A. M. Interfaces entre o controle social e a psicologia social. **Salão do Conhecimento**, 2016. ISSN 2318-2385. Disponível em:<<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/6804>>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

SINGER, P. Dez anos de Secretaria Nacional De Economia Solidária (SENAES). **Mercado de trabalho**, v.2 ,n. 56 p. 89-93, 2014.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAVARES A. O.; SILVA, L. B.; SILVA, S. R. O.; PAIVA, V. R. A. **Incubação em Economia Solidária: Contextos, desafios e perspectivas**. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2016.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia Social**, v. 19, p. 38-46, 2007.

VERONESE, M. V. **Na direção de uma psicologia social crítica do trabalho**, 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2811>>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

VERONESE, M. V. **Psicologia social e economia solidária**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

TRAÇOS URBANOS: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES JUVENIS E SUAS RELAÇÕES COM A TRANSGRESSÃO DENTRO DA PIXAÇÃO

Cícero Daniel Araújo Barbosa (danielaraujo922@yahoo.com.br)
Larissa Maria Linard Ramalho

RESUMO

Este artigo é uma explanação teórica que busca enquanto objetivo levantar indicações e entendimentos de como se consolida a construção de identidades juvenis-transgressoras, dentro do movimento de pixação urbana. A pixação é uma subcultura que tem sua prática espalhada por diversas cidades de médio e grande porte, caracterizada por traços e riscos subversivos que marcam superfícies. Fazer um levantamento dos aspectos psicológicos e sociais que fomentam o adolescente que faz parte desse contexto transgressivo é importante para se entender melhor tal fenômeno. Com isso é apresentado no trabalho o contexto histórico que influencia o surgimento da pixação, acompanhado da identificação dos aspectos psicossociais que formam a identidade do adolescente pixador e por ultimo uma análise de como essas identidades assumem o caráter transgressor através da pixação. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de objetivo exploratório, classificada enquanto bibliográfica. O artigo mostra a importância que os fenômenos de agrupamentos juvenis, como a pixação, têm para o desenvolvimento da identidade do adolescente, partindo da Teoria do Desenvolvimento Psicossocial de Erikson. E aborda também como o adolescente junto com seus pares veem no transgredir da pixação uma espécie de canal de expressão por onde passam a ter reconhecimento e atuação, frente a negação da cidade que lhes foi dado.

Palavras-chave: Pixação. Identidade. Transgressão.

1 INTRODUÇÃO

A intenção de escrever sobre a prática da pixação urbana surge de uma necessidade pessoal de adentrar teoricamente numa temática pouco percorrida pela psicologia. Dentro da área acadêmica é um tema mais analisado pelas ciências sociais. Precisamente pretende-se explorar e entender como a subcultura da pixação impacta na formação identitária de jovens que atuam dentro do contexto urbano.

Nesse sentido, o objetivo geral é investigar como se consolida a construção de identidades juvenis-transgressoras dentro do movimento da pixação urbana. Enquanto objetivos específicos serão destacados a compreensão das origens e inspirações que consolidam a prática da pixação; a identificação dos aspectos psicossociais que influenciam na formação identitária do adolescente pixador; e analisar como essas identidades assumem a transgressão através da pixação. Os capítulos estão estruturados de acordo para atender cada qual um objetivo específico, de tal forma que ficou estruturado da seguinte maneira: “Origens da pixação urbana”; “Aspectos identitários do adolescente pixador”; e “Pixo, sujeito e transgressão”.

A pixação enquanto fenômeno é vista atualmente como uma prática transgressora que se alastra dentro do contexto urbano nacional, produzindo e espalhando escritos cifrados pelas superfícies das médias e grandes cidades, desde prédios a locais públicos. A dimensão psicossocial desse fenômeno engloba processos identitários de seus autores, na sua maioria adolescentes, com aspectos relacionados à transgressão, tanto em sua origem como na sua prática (SILVEIRA, 1991).

O curioso na pixação, é que assim como os *outdoors* ou informes publicitários espalhados pelas cidades que conversam com o leitor, a pixação também informa, também quer ser vista, mas ao

contrário da publicidade não faz questão de ser legível e cativante. A pixação em seu cerne parece fazer questão de ser suja, agressiva, sem elaboração estética, e interessada em se comunicar apenas entre si. Esses escritos, de traços estranhos e abruptos, em sua maioria feitos com tinta preta por quem se intitula pixador, parece haver apenas sentido para quem é também pixador, conhecedor ou simpatizante dessa subcultura.

Por ser uma prática socialmente marginalizada, tendo em vista motivos como a estética excêntrica e a atitude agressiva e desrespeitosa que produz danos a patrimônios públicos e privados, é importante parar para pensar o que produz esse fenômeno. O que existe no campo social que produz práticas como essa? Que aspectos psicológicos regem o campo da individualidade desses sujeitos pixadores, que quando se expressam precisam ser tão agressivos?

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que utilizou uma abordagem qualitativa, uma vez que se preocupou com o aprofundamento da compreensão ou explicação de determinado fato, mas sem o interesse na representatividade numérica. A sua natureza consiste em uma pesquisa básica que buscou gerar novos conhecimentos, mas sem uma aplicação prática prevista. Esta por sua vez caracteriza-se por ser exploratória, pois procurou gerar maior familiaridade com o problema indicado, de forma a torná-lo mais explícito de acordo com as hipóteses levantadas (GIL, 2010).

O procedimento utilizado no estudo se classifica como bibliográfico. Isto porque foi realizado um levantamento de referências teóricas já analisadas, por meio de fontes publicadas em livros, artigos, dissertações ou teses. As técnicas para coletar os dados pautaram-se na elaboração de um plano de trabalho o qual exigiu uma leitura aprofundada sobre o tema, visando assim aclamar os principais conceitos e ideias, palavras chaves, o problema da pesquisa, os objetivos e as hipóteses. Assim o material selecionado, bem como as respectivas análises, foram organizados em relatório de pesquisa referente ao estudo do trabalho de conclusão de curso realizado (GIL, 2010).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ORIGENS DA PIXAÇÃO URBANA

A pixação, fenômeno caracterizado pela contestação de valores, espontaneidade e efemeridade, é uma prática que atua e modifica o espaço urbano através de letras ou símbolos que carregam consigo significados variados. O ato de pixar vem ao longo dos anos, em diferentes localidades, principalmente nos grandes centros urbanos, marcando superfícies em diferentes contextos (SOUZA, 2007). Nesse sentido, é importante a apresentação e desenvolvimento da perspectiva histórica dessa atividade, no intuito de melhor explicar e balizar esse fenômeno contemporâneo.

A segunda guerra mundial, ocorrida entre os anos de 1939 e 1945, além de se caracterizar enquanto a maior mazela civilizatória do século XX proporcionou avanços significativos dos meios industriais e biotecnológicos, em que uma série de produtos surgiram ou foram aprimorados, entre tais o começo da fabricação de materiais em aerossol. Com isso, a produção de tintas *sprays* passou a proporcionar maior agilidade e mobilidade a quem desejava discorrer qualquer tipo de traço sob qualquer superfície (SOUZA, 2007).

Assumindo um caráter subversivo a cultura de massa, cada vez mais reproduzida e aprimorada na segunda metade do século XX, a pixação se apresenta em importantes contextos históricos no qual discursos de contestação, protesto ou resistência se fizeram enquanto marcas de atuação. Enquanto exemplo de tais fatos históricos temos a revolta estudantil de Paris, em maio de 1968, com estudantes pixando palavras de contestação contra o modelo educacional e valores morais vigentes da época; a

resistência artística e estudantil à ditadura brasileira, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, que espalhavam pelas cidades pixações de protesto contra o regime militar; e os protestos que se somavam e marcavam com pixações o lado ocidental do muro de Berlim, na Alemanha, no final da guerra fria, nos anos 80 (CANCLINI, 2013).

Segundo Masson (2005), a pixação enquanto fenômeno contemporâneo, responsável pela intervenção urbana estética subversiva e apresentação dos traços tradicionais que conhecemos hoje, remete origem ao final dos anos 70 nos Estados Unidos da América, mais especificamente na região do *Bronx* na cidade de Nova Iorque. Nessa localidade, jovens que faziam parte de gangues de rua passaram a usar pixações como tática de demarcar seus territórios de atuação e ao mesmo tempo em alguns casos, criticar o sistema econômico da época. Confirmando a origem da pixação contemporânea, Arce (1999) traz a seguinte afirmação:

Iniciado em Nova York há duas décadas e meia, essa nova forma de uso dos espaços públicos foi desenvolvida de maneira importante por jovens afro-americanos e latinos norte-americanos, os quais causaram impacto na opinião pública por seu profuso desenvolvimento, intrigavam a sociedade global por seus códigos cifrados, indignaram os setores médios e altos por seu desafio à propriedade privada e por sua atitude iconoclasta (ARCE, 1999, p.126).

No Brasil, de acordo com o Documentário ‘Pixo’ (2009), a pixação se popularizou enquanto esse estilo próprio que vemos hoje, a partir da década de 1980 na cidade de São Paulo, associado ao Movimento *Punk* de periferia. No entanto, desde a década de 1960 já se reconhece outras formas de pixação no Brasil, marcando assim o seu início. Essa forma primária de pixo era voltada para o cunho político, prática de protesto que espalhava mensagens de resistência contra o regime ditatorial militar da época. Nos anos 1970 tal ato no Brasil passa a ficar marcado pelos escritos poéticos, para só então nos anos 1980 ganhar o aspecto clássico que se reconhece hoje. Atualmente no Brasil, a atividade aqui discutida está associada intimamente ao movimento hip hop.

Levando em conta a tipografia da pixação, Spinelli (2007) remete a sua origem associada às letras usadas por bandas de estilo *punk* e *heavy metal* que tiveram surgimento entre as décadas de 1970 e 1980, como exemplo a banda britânica *Iron Maiden*. Estas intitulavam seus nomes nas capas de seus álbuns inspiradas em alfabetos antigos, como o rúnico e o etrusco. Aí a ligação tipográfica da pixação com formas de escritas já extintas. Tal base abre espaço para a pixação criar seu próprio alfabeto acompanhado de diversas formas e variação, desde letras a assinaturas, que reivindicam uma identidade específica na maneira de se manifestar enquanto escrita. Dessa forma, o pixador tem total liberdade para criar sua própria *tag*, assinatura ou pixo. Por abarcar uma série de variações tipográficas dentro do seu contexto, faz do ato de pixar um movimento heterogêneo e coletivo ao mesmo tempo, uma vez que a pluralidade estético-visual existente nessa subcultura reivindica paradoxalmente uma singularidade enquanto movimento (ZIMOVSKI, 2017).

Márcia Tiburi (2013) apresenta a reivindicação gramatical da palavra pixação com “x”, uma vez que a palavra discorrida com “ch” como se intitula no dicionário, não oferece suporte ao caráter transgressor da proposta e ato de pixar. Ao usar o “x” no lugar do “ch” se subverte estrategicamente a língua e a norma ortográfica, dando a palavra “pichação” autonomia própria para quebrar qualquer tipo de autorização que busque legitimar a sua validação, assim como o ato.

Canclini (2013), através de seu estudo sobre o tema menciona a pixação como um tipo de “cultura urbana” que não se define perante rótulos fixos populares, mas sim pelo o que ele chama de “processos desconsiderados”. É nesse sentido que segundo o referido autor, se “desmoronam todas as categorias e os pares de oposição convencionais (subalterno/hegemônico, tradicional/moderno)” (CANCLINI, 2013, p. 283-284).

3.2 ASPECTOS IDENTITÁRIOS DO ADOLESCENTE PIXADOR

ISBN 978-65-990525-0-7

Para compreendermos a formação identitária de adolescentes inclusos na prática da pixação urbana, podemos recorrer à teoria do Desenvolvimento Psicossocial de Erikson, que apresenta uma concepção de desenvolvimento da personalidade do sujeito pautada numa tríade que endossa o biológico, o social e o individual. Isso quer dizer que o desenvolvimento do indivíduo além de depender dos estágios biológicos inatos, cada um desse se configura a partir de uma interação social, levando em conta a integração com a experiência individual (PEREIRA, 2005).

Campos (2012) contribui com o pensamento afirmando não ser possível compreender devidamente o desenvolvimento da adolescência, uma vez que se negligencia as mudanças biológicas associadas a cultura ao qual o indivíduo está imerso. No caso específico desse estudo, estreita-se o olhar para a subcultura da pixação urbana ao qual o jovem uma vez incluso, influencia diretamente no desenvolvimento da sua identidade.

No cenário da pixação de rua é comum ver uma espécie de associativismo juvenil, o qual Souza (2007) descreve enquanto um fenômeno primário de interação de pares, que se baseia em valores inspirados em práticas que endossam o prestígio e o fortalecimento dos laços de solidariedade daqueles inseridos no grupo. Especificamente na pixação, esse associativismo é reforçado pelo aspecto da clandestinidade frente práticas discurridas no espaço urbano.

Nesse contexto urbano caracterizado por uma configuração globalizada e massificante, atualmente cada vez mais “líquido”, como diria Bauman (2001), “[...] as experiências sociais dos jovens são vividas coletivamente mediante à construção de estilos de vida distintos, localizados fundamentalmente em tempo livre, ou em espaços intersticiais da vida institucional.” (PAMPOLS, 1998, p.84).

Campos (2012) enfatiza a instabilidade e os desequilíbrios que o adolescente enfrenta na nossa cultura. O adolescente passa por diversas variações radicais que vão desde a disposição e coragem até receio e apatia, junto com uma série de conflitos afetivos, de valores religiosos, intelectualização e orientação sexual. Aberastury e Knobel (1981) denomina esse fenômeno semipatológico de “síndrome normal da adolescência”. Todo esse processo pelo qual o adolescente passa, se configura enquanto um embate maturacional que tem como propósito fortalecer a sua identidade (CAMPOS, 2012).

Inspirado no termo “tribos urbanas”, popularizado pelo Maffesoli a partir do seu livro “O tempo das Tribos” publicado em 1987, o antropólogo Magnani (1992) procura refletir e elencar alguns significados e formas de uso em que a expressão “tribo urbana” é associada aos personagens urbanos. A primeira ressalva feita pelo antropólogo é que a intitulação “tribos urbanas” deve ser entendida como uma metáfora e não como categoria. E nesse sentido metafórico, está incluso no contexto de uma tribo é o mesmo que está diante dos seus iguais; a idealização de algo primitivo pode ser associada a identificação de grupos que em comum se comportam dissociativo aos demais; e o aspecto selvagem evoca o sentimento agressivo e antissocial, comum em ações de violência e vandalismo. Magnani (1992) segue afirmando que em equiparações as tribos indígenas que configuram uma vida comunitária permanentemente homogênea e coletiva, as tribos urbanas têm seus papéis flexibilizados diante de contextos e lugares diversificados, o que lhes garantem assumir o modelo de tribo somente em determinados períodos específicos. O que é exatamente como a pixação de rua se configura, uma vez que se encaixa dentro do fenômeno descrito e é um exemplo de tribo urbana. Os pixadores por desenvolverem uma prática mal vista pela sociedade e serem perseguidos pela ação vigilante policial, acabam não se expondo no papel de pixador o tempo todo, mantendo a discrição e as vezes desenvolvendo o papel apenas em períodos noturnos. O pixador também pode assumir ao longo do dia o papel de trabalhador comum ou estudante, ou skatista, evidenciando essa variação de papéis que as tribos urbanas têm como característica (SILVA, 2010; SOUZA, 2007).

Diante dos agrupamentos juvenis, Souza (2007) associa tal fenômeno a expressão de um estilo ou forma de consumo, ou atividades desempenhadas em momentos de ócio, configurando a maioria dos

modelos culturais juvenis. Apesar da ideia ser mal vista ou ignorada pelos discursos moralistas, Pàmpolis (1998) indica a importância que os grupos juvenis possuem no desenvolvimento de funções positivas como a maturação da sociabilidade, além de “[...] construir uma precária identidade social, onde articulam estratégias para escapar aos sutis controles da cultura dominante.” (PÀMPOLIS, 1998, p.121). Com isso, o pixador ao transitar pela cidade deixando suas marcas pelas superfícies, seja em muros, prédios, casas ou viadutos, públicos ou privados, sem autorização, descartando a imposição regulamentativa e preservativa da lei, pode estar tentando escapar dessa dominação e controle imposto pela sociedade adulta e seu sistema normativo, conservador do *status quo* (SOUZA, 2007).

Este sentimento rebelde de inconformidade com a realidade por parte dos jovens, Campos (2012) explica ser comum uma vez que nessa fase os adolescentes passam a abandonar o pensamento mágico, fabuloso, comum na fase da infância e começam a pensar o mundo inspirados nas evidências dos fatores reais. O adolescente passa a se inspirar agora bem mais em situações de causa e efeito uma vez que lança olhar ao seu redor, ficando mais atento as contradições do mundo adulto. Essa evolução da capacidade de raciocínio do adolescente aumenta o seu espírito crítico, e o coloca em situação de desidealização muitas vezes com setores como a família, a escola ou sociedade em geral.

Yabushita e Martins (2006) apontam o fato que no mundo da pixação é comum enquanto prática a atuação não só de indivíduos com suas “tags” próprias, mas também de grupos que marcam “tags” referentes às intitulações próprias de cada grupo, caracterizando o que passa a ser chamado de “crew” ou “firma”¹. Para Erikson (1972), essas características de organização e atuação intra e intergrupar apontam intensa inclinação a outros movimentos de pares e definem certo parâmetro de identidade psicossocial. O sentimento de pertencimento a determinado grupo é aspecto essencial na experiência e consolidação identitária dos adolescentes. Tal adolescente ao se relacionar com seus pares e com a sociedade acaba configurando um palco onde podem ensaiar, experimentando expressões e reações emocionais associadas ao processo de maturação de sua identidade (ERIKSON, 1972).

Essa tendência grupal uniforme ao qual o adolescente recorre, é um comportamento defensivo que lhe proporciona sensação de segurança e estima pessoal, uma vez que todos se identificam um com o outro. Ao grupo, o adolescente pode transferir parte da dependência que um dia vinculou aos seus pais ou estrutura familiar, e isso reforça a sensação de segurança que o jovem encontra nas estruturas grupais, que de tão importantes para essa fase chegam a ser transcendentais para os mesmos (CAMPOS, 2012).

No grupo de pixadores, experimenta-se o reconhecimento vinculado ao status, uma posição de importância no campo social, que não é dada pela sociedade comum, mais ampla. Dentro do mundo da pixação, o significado de ser pixador revela uma necessidade de expressar sua subjetividade, de se expor a riscos obtendo reações emocionais intensas, em que se busca notoriedade social, lazer e de alguma forma agredir e protestar (CEARÁ; DALGALARRONDO, 2008).

Em seu levantamento psicossocial, Ceará e Dalgallarrondo (2008) perceberam que a maioria dos pixadores são adolescentes que moram em regiões periféricas, afastadas dos grandes e médios centros urbanos. Tais jovens são marcados por uma lógica socioeconômica desigual e perversa, evidenciada no contraste em que suas condições reais de vida se configuram bastantes discrepantes em relação ao aparato de recursos mercadológicos e tecnológicos que suas cidades oferecem. Diante dessa condição incompatível, em que as possibilidades reais limitadas não conseguem alcançar os papéis sociais valorativos da sociedade de consumo, o jovem pode se encontrar dentro de um contexto em que sua crise de identidade pode ser intensificada, criando um mal estar frente ao mundo adulto (ERIKSON, 1972).

¹Intitulação que é dada a um determinado grupo de pixação, denominado pelos próprios pixadores. Nome figurativo para grupo.

A limitação de ter poucas opções pode colocar o adolescente diante da experimentação de um tipo de fixação de papel, em que o mesmo percebe que é mais fácil se inclinar a algum tipo de identificação total com uma identidade mal vista socialmente, do que correr atrás de uma identidade aceitável, porém jamais atingível a partir das condições e recursos que possui (PEREIRA, Antonio, 2005).

Segundo Erikson (1972), as reações de repúdio e reprovação do meio possibilitam ainda mais a fomentação de modelos identitários possíveis de serem assumidos, ainda que mal vistos socialmente. Tais padrões que Erikson (1972) os intitula de identidades negativas são cobertas de notoriedade, ainda mais pelo incômodo e visibilidade que trazem consigo, como é o caso dos pixadores. Nessa circunstância, a marginalização e reprovação social passam a ser a base para uma nova identidade assumida, em que essa se apresenta como a única viável para quem talvez restasse apenas um insuportável vazio identitário.

3.3 PIXO, SUJEITO E TRANSGRESSÃO

A pixação, por ser uma prática reconhecida como ilegal, força o sujeito que pratica tal ato a estabelecer uma relação diferenciada com o poder público, afirmando o caráter subversivo da atuação e marcando um impasse entre o indivíduo e o Estado. Esse caráter transgressor que desafia a norma e almeja dominar e apropriar-se do patrimônio público ou privado para deixar sua assinatura, pode trazer relevâncias negativas para vida do sujeito que realiza a referida atividade no meio urbano (SPINELLI, 2007).

As relevâncias negativas que atingem o pixador urbano se configuram desde, as penas jurídicas que lhes impõe responder a processos, pagamentos de multas e trabalhos comunitários. O aspecto físico do corpo do pixador também fica a mercê da violência advinda de algum morador inspirado a fazer represália ou justiça com as próprias mãos, as vezes até com arma de fogo, como também e mais comum, a violência policial discurrida através de maus tratos físicos e banhos de tinta. E no sentido moral e cultural, o jovem que realiza a referida atividade é estigmatizado como delinquente, se tornando mal visto pela sua vizinhança, sendo exemplo negativo para a família e também sendo associado indevidamente a outras condutas desviantes como por exemplo, alguém que comete furtos (SPINELLI, 2007).

O caráter transgressor da lei que a pixação prega, faz com que a marginalização passe a ser o espectro que circunda o pixador, subjugado a partir do olhar das instituições de controle, como o Estado e a própria sociedade em geral. O termo marginalidade advém daquele que se encontra transviado do social, implicando numa falta de inserção participativa na sociedade ocupacional produtiva. Logo, no caso do sujeito que pixa, o mesmo passa a se caracterizar como um transviado que emerge de uma subcultura consequentemente marginal (PERLMAN, 1977).

Campos (2012) apresenta a sociedade como uma estrutura criada a partir de um aglomerado sistemático de leis, regras, tradições, costumes e práticas que possuem o intuito de regular e conservar os valores comumente pré-estabelecidos e aceitos. Esse padrão social de comportamento é exatamente o que molda a cultura da sociedade. Logo, percebe-se que qualquer conduta que se apresente diferente a norma social está fadada a esbarrar nessa restrição regulamentadora que visa combater qualquer ameaça ao *status quo*. E o fato da pixação ser essa espécie de ameaça ao modelo comum de tecido social, faz dela algo tão perturbadora e combatida pelo Estado e seu aparato policial e jurídico, e também pela sociedade em geral que tem em si esse sentimento de conservação internalizada em seu cerne (SEGRE, 1996).

Bertol e Souza (2010) evidenciam a transgressão como sendo uma palavra diretamente associada à quebra de algum tipo de norma, como também o ato de ir além ou ultrapassar limites. E é exatamente essa característica transgressora que Pereira, Alexandre (2005) acusa como sendo o aspecto

que mais se destaca em um grupo de pixadores. Nesse sentido, os adolescentes que fazem parte desse tipo de agrupamento não estão apenas sendo contrários a cultura dominante, mas como também em meio a um processo crítico associado aos aspectos psicológicos da identidade, estão se identificando com a subcultura transgressora (PETRELLI, 2000).

Uma vez que não é possível estar dentro dos padrões da cultura dominante, os jovens pixadores enxergam na transgressão do ato de pixar uma espécie de um novo sistema de atuação que uma vez incluídos, podem se sentir especiais ou bons em algo, mesmo que sejam infligindo às leis (LEÃO, 2007).

A violação dessas leis ou normas da conduta social as quais os jovens pixadores transgridem, tende a se tornar uma espécie de força reguladora responsável por guiar as relações e interações dos grupos juvenis, proporcionando em muitas situações uma estrutura de sociabilidade delinquente, em que a atividade desviante passa a ser quase que incondicionalmente admirada, tanto no seu ato quanto no resultado e repercussão. Nessa subcultura, aquele que pixa então passa a buscar admiração por parte dos seus pares pelo viés do ato de transgredir a lei, visto que marca cada vez mais o espaço urbano com sua marca ou *tag*. Com isso os pixadores compartilham de uma busca por prestígio social ao qual a sociabilidade se sustenta nos atos e resultados de uma prática completamente desviante (SOUZA, 2007).

Segundo Soares (2013) a exposição social em que os grupos de pixadores se encontram, tende a fortalecer ainda mais os integrantes e seus grupos homogêneos pautados na mesma prática desviante. Sobre o fortalecimento da identidade desses grupos, Becker (2008) afirma:

Membros de grupos desviantes organizados têm, claro, algo em comum: o desvio. Ele lhes dá um sentimento de destino comum, de estar no mesmo barco. A partir desse sentimento de destino comum, da necessidade de enfrentar os mesmos problemas, desenvolve-se uma cultura desviante: um conjunto de perspectiva e entendimentos sobre como se deve lidar com ele – e um conjunto de atividades rotineiras baseadas nessas perspectivas. O pertencimento a um grupo desse tipo solidifica a identidade desviante (BECKER, 2008, p.47-48).

Leão (2007) fala que esse desvio do ato infracionário que define as vezes uma identidade e solidifica uma cultura também desviante, tende a enquadrar o jovem que realiza a ação dentro de um estigma de infrator ou criminoso que passa a acompanhá-lo ao decorrer da vida. Goffman (1988) define o estigma como um conceito extremamente depreciativo que associa a pessoa que a tem a um tipo de “defeito”, o que lhe diferencia negativamente das demais pessoas definidas como “normais” para a sociedade. Porém o referido autor complementa que a mesma ação que estigmatiza um sujeito em um contexto, pode transparecer normalidade em um contexto diferente. E é exatamente o que acontece com o jovem pixador, uma vez que é extremamente mal visto pela sociedade que lhe vincula estigmas negativos, mas que ao mesmo tempo em seu grupo ou pelo olhar da subcultura da pixação é aceito, bem visto e admirado. Isso nos faz pensar que o ato de pixar em si não é desonroso, mas a conjectura social que lhe lança olhar e está envolvida na situação que dita aprovação ou negação para a prática.

Soares (2005) em seus estudos e investigações a respeito de como os jovens se inserem em atividades desviantes, como o tráfico de drogas, por exemplo, apresenta um suposto de ideia que associa a prática infratora a uma causa que seria a demanda por reconhecimento, o que pode explicar parcialmente também a pixação. O mesmo sociólogo acusa haver nesses casos um afastamento ou escassez dos canais de expressão, responsáveis por possibilitarem a inserção efetiva dos jovens no cenário atuante da cidade. Aqui é preciso fazer uma ponderação quando se apresenta a pixação junto a outras práticas desviantes como o exemplo dado do tráfico de drogas. Isso porque ao analisar a pixação urbana, uma vez que diferente de papéis desviantes associados ao crime, como o tráfico e o roubo, a pixação não se caracteriza como violenta frente a pessoas comuns, ou seja, não causa danos a pessoas físicas, mas apenas a patrimônios, objetos e coisas. E seguindo as ponderações, o jovem pixador não

busca o reconhecimento da sociedade em geral, como o jovem traficante pode buscar, mas apenas reconhecimento dos seus pares e no mais, de possíveis simpatizantes dessa subcultura marginal urbana.

A necessidade exacerbada de consumo, típica das grandes cidades ocidentais, associada à concentração de renda bastante comum em países de terceiro mundo, e a segregação espacial geográfica que define guetos, favelas e periferias, proporcionam a invisibilidade que estimula o sujeito a se inserir em contextos e práticas ilegais como forma de reivindicar reconhecimento, na tentativa de ser percebido de alguma forma. Buscando compreender a pixação, a apresentação do argumento que evidencia a ausência de canais de expressão como a causa desse fenômeno urbano, parece ser bastante aplicável, ainda que seja importante entender o argumento como um sinalizador de compreensão, jamais uma definição ou compreensão exata do que define a pixação. Isso pelo fato de ter que lançar olhar para um fenômeno bastante complexo e também por não privilegiar a investigação da condição subjetiva, individual que entenderia o porquê de cada indivíduo ter escolhido se tornar pixador (SOARES, 2005).

Lefebvre (2008) expõe a concepção de haver uma espécie de direito à cidade que é digna a todo indivíduo, sendo preciso que haja em contrapartida a essa fragmentação que coloca pessoas à margem da cidade, canais de resistência que possibilitem a formação de um espaço que seja o oposto, ou seja, que inclua. Acaba que a pixação de certa forma, é esse canal de resistência e inclusão na cidade. Meio que como um retorno do recalcado, o pixador que foi empurrado para a margem da cidade, ou periferia, volta para o centro da cidade inspirado pela atividade transgressora de deixar sua marca a qualquer custo que a lei possa vir lhe cobrar. Com isso, o pixador não é só efeito de um furo do atual status sócio-democrático ou de uma fragmentação política, ele é ao mesmo tempo a reivindicação do contrário, uma contra-consciência estética (TIBURI, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou levantar algumas linhas de pensamento que ajudassem a entender como se consolida a formação da identidade do jovem pixador e sua relação com a transgressão dentro da pixação urbana. Usando como base inicial da pesquisa uma investigação histórica sobre as origens da pixação, se pode partir para uma exploração dos aspectos psicossociais que demarcam essa fase juvenil, com a contribuição de pensadores como o Erikson e seus estudos sobre identidade. Por último, foi evidenciado na pesquisa o caráter transgressor da pixação e como o sujeito que pratica tal ato assume essa transgressão em sua identidade, ao estar inserido nessa subcultura.

Observa-se a importância desse trabalho como uma forma de trazer para dentro da academia a abertura de discussão para um tema de cunho social tão polêmico e ainda pouco explorado pela área da psicologia. Ao destacar em alguns momentos o sujeito, no caso o jovem adolescente, do movimento da pixação em si, tão estudado pelos sociólogos, buscou-se dar um destaque para o indivíduo e a subjetividade, e como a psicologia lança olhar para a formação maturacional dessa identidade que embarca nessa subcultura do rabisco transgressor urbano. E por mais que as culturas marginais recebam quase que sempre um olhar depreciativo ou no mínimo excêntrico da sociedade em geral, cabe à academia enquanto espaço reflexivo, comprometida com a investigação fenomenológica que supera o superficial olhar dicotômico que fomenta o pensamento comum social, investigar e discutir cada vez mais tais fenômenos que a própria sociedade produz e insiste em varrer para debaixo do tapete, assim como uma indústria de longa escala de produção que descarta suas peças de refugo. O que não se dão conta, é que, uma vez a metáfora aplicada ao social, descartam-se de fato pessoas.

Descobriu-se com a pesquisa, a importância que os fenômenos de agrupamentos juvenis, assim como a pixação, possuem para o desenvolvimento maturacional da identidade do adolescente. Essa espécie de associativismo, como que uma tribo urbana, mesmo que se relacione com práticas desviantes, ainda assim proporciona convite para incursão de jovens que passam a se identificar e

assumir papéis negativos, ou como intitula Erikson (1972), identidades negativas. Esse adolescente, na grande maioria das vezes, advindo de uma condição socioeconômica precária, empurrado para as periferias onde lhe foram negado direitos de atuação e expressão, vê na transgressão do ato de pixar uma maneira de ser visto e expressar o reprimido, e no seu grupo de pares, junto com outros pixadores, criar um sistema de valorização e prestígio que faz desta prática um canal de expressão que o leva direto ao centro notório da cidade, dando-lhe valor e condição identitária de poder se dizer ser alguém. Para pesquisas futuras, pensa-se na possibilidade de lançar olhar para a pixação, ou melhor, para o sujeito pixador, a partir de teorias fenomenológicas-existenciais como a Gestalt-Terapia. Um olhar que pudesse a partir de recortes, compreender a condição de ser-no-mundo do pixador em relação com a cidade. Como se consolida a fronteira de contato, essa integração entre organismo/ambiente ou pixador/cidade, e seus ajustamentos criativos? Até porque a pixação está aí, nas grandes cidades está em toda parte, é só sair e ver, goste ou não, ela está lá, efêmera e ao mesmo tempo constante.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. 10. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ARCE, J. M. V. **Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECKER, H. S. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BERTOL, C. E.; SOUZA, M. Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 824-839, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000400012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 maio 2019
- CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2013.
- CEARÁ, A. T.; DALGALARRONDO, P. Jovens pichadores: perfil psicossocial, identidade e motivação. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 19, n. 3, set. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772008000300002>. Acesso em: 20 maio 2019
- ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- PÀMPOLS, C. F. **De juvenes, bandas y tribos**. 1. ed. Barcelona: Ariel, 1998.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

LEÃO, N. C. “Incríveis infratores”: adolescentes estigmatizados em encontro com a Gestalt-Terapia. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 51-61, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000100004>. Acesso em: 20 maio 2019.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGNANI, J. G. C. Tribos urbanas: metáfora ou categoria? Selvagens, desajustados? **Cadernos de Campo - Revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia**. Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, São Paulo, ano 2, n° 2, p. 48-51, 1992. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/tribos_urbanas.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

MASSON, J. R. **Pichadores de rua, territorialidades urbanas em conflito: territórios (in)visíveis de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7993>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PEREIRA, Alexandre. B. **De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1556/1/tese.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PEREIRA, Antonio C. A. **O adolescente em desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Harbra, 2005.

PERLMAN, J. E. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PETRELLI, R. Transgredir é preciso. In: Monini, I. (Org). **Transgressão**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2000. p. 07-12.

PIXO. Produção de João Wainer e Roberto T. Oliveira. São Paulo: Sindicato Paralelo, 2009. 1 DVD (61 min).

SEGRE, M. Introdução à criminologia. In: COHEN, C.; FERRAZ, F. C.; SEGRE, M. (Org.) **Saúde Mental, Crime e Justiça**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 25-32.

SILVA, E. L. **A gente chega e se apropria do espaço! Graffiti e pichações demarcando espaços urbanos em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27057>>. Acesso em: 17 maio 2019.

SILVEIRA, N. E. **Superfícies alteradas: uma categoria dos grafites da cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_a123429998957b6a1aad28560d402160>. Acesso em: 18 maio 2019.

ISBN 978-65-990525-0-7

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

SOARES, F. C. Pixação em Belo Horizonte: Identidade e transgressão como apropriação do espaço urbano. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 12, p. 1-16, 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/565>>. Acesso em: 17 maio 2019.

SOARES, L. E. Invisibilidade. In: SOARES, L. E.; MV BILL; ATHAYDE, C. (Org). **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2005.

SOUZA, D. C. A. **Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp038541.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2019.

SPINELLI, L. Pichação e comunicação: um código sem regra. **Logos: Comunicação e conflitos urbanos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 111-121, 2007. Disponível em: <<http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/08lucianospen.pdf>>. Acesso em:

TIBURI, M. Direito Visual à Cidade. A estética da PiXação e o caso de São Paulo. **Revista do grupo de pesquisa Laboratório Urbano - PPG-AU/FAUFBA**, Salvador, v. 12, p. 39-53, 2013. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN6_marcia.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

YABUSHITA, I. J.; MARTINS, J. B. Ruídos na cidade pichações na cidade de Londrina – Aproximações... **Revista Athenea Digital**, Barcelona, v. 8, n. 9, p. 19-37, 2006. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/6433/ssoar-athenea-2006-9-yabushita_et_al-ruídos_na_cidade_pichacoes_na.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-athenea-2006-9-yabushita_et_al-ruídos_na_cidade_pichacoes_na.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

ZIMOVSKY, A. P. **Escrita Subversiva: A pichação paulistana e o campo da arte**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174219>>. Acesso em: 21 maio 2019.

O PAPEL DAS INTERVENÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONSUMO SUSTENTÁVEL DE ENERGIA ELÉTRICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Luiz Kennedy de Almeida Silva (luizkennedyas@gmail.com)
Clarissa de Pontes Vieira Nogueira

RESUMO

Trata-se de revisão integrativa da literatura que pretendeu elucidar e debater os aspectos relevantes da sustentabilidade e da educação ambiental, ressaltando sua correlação, assim como suas possíveis colaborações para a promoção de comportamentos pró-ambientais, especificamente o consumo consciente de energia elétrica, utilizando-se de estudos da área encontrados no Google Acadêmico entre os anos de 2006 e 2016. Respeitando os critérios de inclusão estabelecidos, inteiraram-se 11 publicações selecionadas para avaliação. A relação entre a aplicabilidade das intervenções em educação ambiental e a mudança de comportamento demonstrou correlação em somente dois estudos, sendo que em um deles a presença de variáveis externas inobservadas pelo pesquisador possivelmente interferiu nos resultados. Além disso, alguns estudos sequer traziam resultados ou, quando traziam, eram apresentados de forma imprecisa. A quantidade de dados disponíveis nos estudos inviabiliza concluir se há relação de contingência entre a educação ambiental e o consumo sustentável de energia elétrica, sendo necessária maior investigação em estudos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Educação Ambiental. Energia Elétrica. Comportamento Pró-Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O consumo desmedido de energia elétrica, tanto por empresas, fábricas e indústrias como pelo cidadão comum, é preocupante. O Brasil, assim como é a realidade em boa parte dos países que se utilizam de usinas hidrelétricas como geradoras de energia, enfrenta desde o fim do século passado crises hídricas de modo cíclico, o que, atrelado ao aumento do consumo de energia advindo do crescimento populacional e do processo de industrialização, põe em cheque a sustentabilidade do sistema elétrico vigente. Devido a isso, variadas são as estratégias adotadas mundialmente para a promoção de práticas sustentáveis: abatimento mensal nos valores das contas domésticas (água, luz, gás, etc.), recompensas financeiras para incentivo da ação, utilização de energias limpas em detrimento dos combustíveis poluentes, o desenvolvimento de campanhas de conscientização ou sensibilização e o uso de estratégias em Educação Ambiental. Estes são artifícios usados por cada estilo de governo, sendo esse último tipo utilizado com grande frequência (SATO; CARVALHO, 2009; TATEMOTO, 2013; TACHIZAWA; ANDRADE, 2008).

Deste modo, tendo como premissa a utilização em larga escala das intervenções em educação ambiental como estratégia para promoção de comportamentos sustentáveis, especificamente o consumo consciente de energia elétrica, questiona-se: em que medida tal alternativa cumpre o papel a que se propõe, isto é, a educação ambiental é, por si só, capaz de selecionar e/ou manter comportamentos relativos ao uso inteligente de eletricidade? Qual o papel desse tipo de estímulo no controle das respostas relacionadas a este comportamento pró-ambiental em específico? As propostas de educação ambiental são eficazes para a promoção desta prática sustentável?

A literatura científica muito tem produzido sobre a prestabilidade e o funcionamento da educação ambiental. Há abundantes relatos sobre suas aplicabilidades em diversos meios sociais, como escolas e demais instituições (ALMEIDA; KAUTZMANN, 2012; MEDEIROS *et al.*, 2011). Entretanto, considerando as diferentes percepções e vieses de análise sobre a praticidade desses instrumentos, pergunta-se: como as publicações científicas das áreas de educação ambiental e consumo de energia elétrica vem tratando do tema e quais os resultados obtidos com a adoção dessas propostas? Nesse sentido, o presente estudo objetiva averiguar as variáveis envolvidas na utilização da educação ambiental e explanar sobre o uso desse método enquanto forma de fomentação do consumo consciente de energia elétrica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os comportamentos pró-ambientais (CPAs) são definidos como aqueles em que o sujeito se comporta deliberadamente à proteção do meio, isto é, atos involuntários ou extremamente circunstanciados não se encaixam no termo. A terminologia está geralmente ligada a atitudes que evidenciam o papel ecologicamente responsável da ação e/ou da inter-relação existente entre indivíduo e ambiente no qual este se insere, tendo como consequência o cuidado ambiental, envolvendo pessoas e ecossistema (CORRAL-VERDUGO; PINHEIRO, 1999; PINHEIRO; PINHEIRO, 2007).

Os CPAs ganham relevância dentro da psicologia ambiental por serem capazes de elucidar, por meio principalmente de análises funcionais das contingências e da seleção pelas consequências, o papel que os elementos ambientais têm dentro do controle das respostas, principalmente buscando compreender quais aspectos são relevantes na aquisição e manutenção de comportamentos ecologicamente responsáveis nos sujeitos (PEROSSO; CARRARA, 2012). Os CPAs estão, usualmente, relacionados ao papel das estimulações antecedentes e consequentes no comportamento dos indivíduos. Os estímulos antecedentes em grande parte presentes são as campanhas de conscientização e outras formas de sinalização de consequência, inclusive aqui a educação ambiental, enquanto que as estimulações consequentes são reforços e/ou punições relativas ao comportamento alvo, tendo como exemplo o papel recompensador que a mídia pode prestar, como por meio da veiculação de matérias em que as respostas pró-ambientais são ressaltadas (PIRES *et al.*, 2014).

Todorov (2010), ao comparar sinalização de consequências de forma atrasada com a sinalização dos problemas ambientais mais próximos, como os da própria comunidade, averigua que esta última controla as respostas pró-ambientais de modo mais efetivo. Falar sobre preocupações futuras, como o desenvolvimento de doenças ou a destruição da vida no planeta, de modo generalista, são estratégias comumente encontradas nas campanhas de conscientização, o que denota pouca efetividade nesse processo (PEROSSO; CARRARA, 2012). Em paralelo, o indivíduo que tem acesso a informações relativas a preservação ambiental como implicação em seu próprio cotidiano tem, grosso modo, maior probabilidade de comportar-se assertivamente com relação a isso. Principalmente em zonas pobres de países em processo de desenvolvimento, onde o acesso à educação é ainda restrito, como no Brasil, o fato se deve por muitas vezes os sujeitos serem ignorantes com relação ao que seus atos podem gerar no ambiente, situação denominada de “analfabetismo ambiental” (RIBEIRO; PROFETA, 2004). Sendo assim, informar ao sujeito os efeitos que seus comportamentos geram no ambiente é uma alternativa válida à promoção de comportamentos pró-ambientais. Devido a seleção do comportamento ser feita no nível cultural e o indivíduo na maior parte dos casos passa a não ter acesso direto à consequência punitiva, a afirmativa de prover informações aos sujeitos se justifica enquanto noção fundamental para que o comportamento seja adquirido e mantido (RODRIGUES; COLESANTI, 2008).

Outro caminho possível para o estabelecimento de comportamentos pró-ambientais é o de consequenciamento adequado das respostas, como demonstra Rosa (2013) com o uso de reforçadores intrínsecos (observação do comportamento) e extrínsecos (sociais). Por vezes, as respostas adequadas

dos sujeitos não são reforçadas e, deste modo, acabam por serem extintas e/ou não selecionadas. A não existência ou a quebra da relação de contingência reforçadora apresenta-se também como uma das causas da não manutenção de atitudes ambientais por parte dos indivíduos (SKINNER, 2003; SKINNER, 2011).

Eventualmente, feedbacks e processos devolutivos periódicos são poderosas alternativas para o reforçamento de práticas sustentáveis e a mídia tem papel importante no fornecimento destes estímulos por ter capacidade de alcance maior que os demais meios de comunicação (ROSA, 2013). Ainda assim, métodos que se baseiam em sistemas de recompensa, como, por exemplo, o fornecimento de cupons de desconto, vales-brinde e ingressos para o cinema, como consequência à utilização de embalagens retornáveis, são alternativas hábeis no controle de respostas, apesar de que, após sua retirada, as respostas tendem a desaparecer. O investimento em alternativas que não necessitem de emissão constante resposta, como a compra de um carro econômico e menos poluente, por exemplo, é sugerido (LEHMAN; GELLER, 2004).

Frazer e Leslie (2014), por meio de um teste empírico com duração de 10 meses visando a redução do consumo de energia elétrica, realizaram um estudo comparativo entre diversas formas de processos devolutivos, testando três hipóteses: a primeira de modo constante, mas interrompendo o procedimento após cinco meses, a segunda de modo alternado, realizando os feedbacks a cada dois meses e a terceira de maneira tardia, com os feedbacks tendo início somente após cinco meses. De todas as proposições, a que teve resultados mais satisfatórios foi a que efetuava devolutivas com maior constância, o que eleva o papel dos feedbacks constantes como fundamentais ao processo de mudança comportamental.

Nas respostas pró-ambientais, em uma situação hipotética onde o comportamento-alvo é a redução do consumo de água, o sujeito em questão (uma senhora lavando a calçada) teria que abrir mão da utilização da água em abundância para desenvolver o que chama de “comportamento sustentável”. Desta forma, estímulos consequentes concorrentes – no caso, lavar a calçada ou economizar água – seriam apresentados ao indivíduo e caberia a este, a depender da intensidade e frequência do reforço/punição e do custo da resposta, optar pela forma de agir frente a situação encontrada (PEROSSO; CARRARA, 2012; SKINNER, 2003).

Por último, entende-se também o desenvolvimento de regras e autorregras como peça-chave para a prática de comportamentos pró-ambientais. As autorregras, assim como as regras, são estímulos verbais que especificam condições ambientais para que determinada consequência ocorra, contudo nas autorregras o falante e o ouvinte são a mesma pessoa (SKINNER, 2003; SKINNER, 2011). Através de instruções (regras) que visavam a redução do uso indevido de recursos naturais em um grupo, Camargo e Haydu (2016) comprovaram que os sujeitos submetidos mantiveram um nível de consumo sustentável durante a pesquisa e que, com a inserção de novos integrantes ao grupo, conseguiam passar o funcionamento de modo adequado, o que indica a existência de autorregras.

3 METODOLOGIA

O presente estudo utiliza-se de uma abordagem qualitativa para a identificação e análise de produções realizadas entre os anos de 2006 e 2016 a respeito da temática “educação ambiental e consumo sustentável de energia elétrica”. Adotou-se como modelo de estudo a revisão integrativa da literatura, já que, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), ela contribui para uma maior compreensão do objeto de estudo por fornecer ao pesquisador ferramentas que possibilitam a sistematização e a averiguação de grande parte do acervo científico já produzido sobre o tema.

Este tipo de estudo estabelece critérios bem delimitados desde o início da pesquisa no que tange a suas etapas, iniciando-se na coleta de dados e perpassando pela análise e apresentação dos resultados, a partir de um protocolo de pesquisa previamente elaborado e validado. Para fins de pesquisa,

adotaram-se seis estágios, indicados por Souza, Silva e Carvalho (2010) para a construção da revisão integrativa da literatura, sendo estes: a (1) seleção da pergunta norteadora; a (2) estipulação dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos, bem como a escolha daqueles que serão utilizados; (3) a ilustração, em forma de tabela, das obras apuradas; (4) a análise do conteúdo selecionado, salientando críticas e incoerências de resultados obtidos nos estudos, caso haja; (5) a elucidação dos resultados e (6) a explanação da evidência a que se chegou após a análise, de forma clarividente.

Para tanto, como método de busca e seleção dos estudos, foram utilizadas buscas de artigos científicos publicados em bases de dados diversas que estivessem disponíveis no Google Acadêmico. A procura foi realizada em outubro de 2017, tendo sido adotados os critérios de seleção a seguir delimitados: todos os formatos de publicação (revisão de literatura, artigo original, reflexão, relato de experiência, dentre outros); obras com resumos e textos completos disponíveis; publicações somente em português entre os anos 2006 e 2016, e artigos contendo os descritores “energia” and “educação ambiental” em seu título.

Os critérios de exclusão selecionados foram descartar quaisquer estudos que não respeitassem os critérios de inclusão aduzidos, que não tratassem da temática “educação ambiental e consumo de energia elétrica” e/ou que fossem duplicados. Foi obtido como resultado da pesquisa 17 obras, imediatamente seguidos pela leitura meticulosa de seus resumos, sendo, a partir disso, destacados aqueles que correspondessem à proposta inicial explicitada, com o objetivo de tabular e metodizar as informações. Para agilização e estabelecimento de critérios da tabulação, os pesquisadores desenvolveram um instrumental para auxílio na coleta de dados, incluindo: título do trabalho, autores, periódico no qual foi publicado – incluindo número, volume, página e ano – e considerações a respeito da temática abordada (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Após a leitura dos resumos e a eliminação daqueles que não abarcassem a proposta do estudo, de acordo com os paradigmas de inclusão citados, foram selecionados e empregados 11 publicações para análise.

Posteriormente, foi realizada uma análise bibliométrica para caracterização dos estudos selecionados que é um tipo de análise que permite a constatação e a investigação das minuciosas diferenças existentes entre produções da mesma área ou de campos de conhecimento similares, lendo e percorrendo sobre resultados, objetivos e metodologia empregados. Para tal, as conceituações usadas em cada produção foram esmiuçadas e, desta forma, os trabalhos foram organizados por semelhança de conteúdo, utilizando-se de três subcategorias a seguir especificadas: metodologias interventivas utilizadas, objetivos almejados e resultados encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra final da revisão totalizou onze artigos científicos que foram selecionados pelos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Por meio da averiguação desses estudos, foi possível aferir que dez publicações se tratavam de estudos práticos e somente uma de revisão bibliográfica, com caráter conceitual. Tanto os tipos de publicações como os periódicos foram diversificados. A tabela a seguir (quadro 1) representa as especificações de cada um dos artigos, seguida pela análise crítica do conteúdo encontrado.

Quadro 1: Publicações levantadas no Google Acadêmico sobre Educação Ambiental e Consumo de Energia Elétrica.

Título	Autores	Publicação	Considerações/Temática
--------	---------	------------	------------------------

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

A Educação Matemática e a Temática Ambiental: Construindo Conhecimento Sobre Geração de Energia com Sistema Solar Fotovoltaico	SANTOS, E. F.; MELO, K. C.	Anais do XII Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), v.1, n.1, p. 1-11, 2016	Descreve uma intervenção, que ensinou a crianças sobre geração e consumo de energia por meio do uso da matemática
Análise da Revitalização de Pequenas Centrais Hidrelétricas para a Geração de Energia, Promoção do Ecoturismo e da Educação Ambiental na Região do Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira	SANTOS, J. C.	Monografia (Especialização Formas Alternativas de Energia) – Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, p. 78, 2007.	Discute a revitalização das Pequenas Centrais Hidrelétrica (PCH) como alternativa de promoção da educação ambiental, por meio da visitação e aulas de campo
Educação ambiental: uso consciente da energia elétrica e aplicação de alternativas para diminuição do consumo	KOHLRAUSCH, F.	Monografia (Especialização em Educação Ambiental). Universidade Federal Santa Maria. Rio Grande do Sul, p. 59, 2010.	Realiza uma intervenção em Educação Ambiental numa escola com objetivo de disseminar os malefícios do uso abusivo da energia elétrica
Evolução do uso da energia na história da humanidade: uma proposta de educação ambiental para o 9º ano do ensino fundamental	ADORNO, L. C.; DUTRA, R. D.; MORAES, D. C. P.	Anais da Semana de Integração Acadêmica, v. 1, n. 1, p. 09-13, 2014.	Realiza uma intervenção em Educação Ambiental numa escola com o objetivo de construir uma visão crítica sobre o consumo abusivo de energia elétrica
Educação ambiental como ferramenta para o uso racional de energia elétrica	WOTTRICH, T.	Monografia (Especialização em Educação Ambiental). Universidade Federal Santa Maria. Rio Grande do Sul, p. 46, 2011.	Realiza uma intervenção onde se discute sobre geração e consumo consciente de energia através de uma visitação a uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH)
Usina ecoelétrica: educação ambiental para o uso sustentável da energia elétrica com auxílio de módulos educacionais	SILVA, R. P.; SILVA, G. K. A.	Anais do V Congresso de Extensão Universitária da UNESP, v.1, n. 1, p. 444, 2009.	Descreve a experiência de um grupo de pesquisa na intervenção com crianças, ensinando sobre geração e consumo inteligente de energia
Biocombustíveis: concepções de energia com enfoque para a educação ambiental	TOYOHARA, D. Q. K.	Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica). Universidade Estadual Paulista. São Paulo, p. 152, 2011.	Promoveu, com alunos e professores, o aprendizado sobre novas tecnologias de combustível e a capacidade de agir frente a problemas ambientais energéticos
Avaliação de programas governamentais de educação ambiental: um caso de empresa estatal da área de energia	POCHO, C. P.	Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 419, 2011.	Avalia os resultados relativos ao consumo consciente de energia obtidos pela utilização de um programa de educação ambiental adotado por uma empresa de energia elétrica

As fontes de geração de energia e seus impactos sócio-ambientais: a educação ambiental como tema transversal interdisciplinar no ensino médio.	MESSIAS NETO, R.; ARAÚJO, M. S. T.	Anais do X Simpósio Nacional de Ensino de Física, v.1, n.1, p. 1-10, 2009	Intervenção que usa de debates e softwares para promover a formulação de ideias em situações-problema e a conscientização sobre o uso correto de energia elétrica
Estudo de caso na EMEF Jarbas G. Passarinho em Itupiranga-PA, das correlações entre o consumo de energia elétrica e a educação ambiental.	CARRARO, F. G. P.	Monografia (Especialização em Formas Alternativas de Energia). Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, p. 28, 2013.	Por meio de uma intervenção com crianças, informou sobre hábitos de consumo de energia sustentáveis e reduziu o consumo de energia na escola e nas casas dos sujeitos
O papel da educação ambiental no estudo das fontes renováveis de energia nas escolas brasileiras	WROBEL, F. C. P,	Interfaces Científicas-Direito, v. 3, n. 2, p. 73-87, 2015.	Estudo teórico que discute a função da educação ambiental nas escolas, bem como esta pode fomentar o desenvolvimento da "cidadania ecológica"

Ao analisar os estudos, pode-se notar que todos compartilham de olhar similar sobre a educação ambiental, percebendo-a como ferramenta importante para a cidadania, como demonstrado por Adorno, Dutra e Moraes (2014) e Wrobel (2015), e para conservação dos recursos naturais ainda disponíveis, como trazido por Pocho (2011). Alguns artigos, como o de Santos e Melo (2016) e Pocho (2011), discutem a visão da educação ambiental com finalidade de extrapolar a função escolar e a perspectiva unicamente individual, postura essa que é partilhada por Segura (2011, p. 22), que afirma que a educação ambiental não deve existir somente dentro da escola e, do mesmo modo, não deve se debruçar somente sobre problemas ambientais, mas sim contribuir para o “[...] processo de construção de uma sociedade sensibilizada e capacitada a enfrentar os laços de dominação e degradação que envolvem as relações humanas e as relações entre a sociedade e natureza”.

Wrobel (2015) defende a ideia da educação ambiental como um procedimento responsável pela formação de pessoas engajadas com as problemáticas ambientais e que tenham como base a conservação dos recursos naturais e a visão de desenvolvimento pautada na sustentabilidade de forma ampla, abarcando os variados aspectos como os econômicos, sócio-políticos, etc. A maioria absoluta dos artigos compartilha dessa ideia, sendo até inclusos no estudo de Pocho (2011) como variáveis de análise os impactos ambientais atingidos nas diversas áreas da localidade a qual a empresa em que realizou o estudo se situava.

Pocho (2011), ao analisar o processo de implementação das intervenções em educação ambiental no Brasil, levanta algumas problemáticas geralmente presentes, como o déficit no incentivo econômico por parte do governo, os termos e métodos utilizados serem geralmente vagos, a capacitação de professores de modo inadequado, pouca produção e fornecimento de materiais sobre o tema, a falta de instrumentos avaliativos e a baixa continuidade nas propostas. O relato corrobora a realidade trazida por Segura (2001) discorrendo que a educação ambiental no Brasil ainda depende, majoritariamente, de iniciativas não-governamentais, como iniciativas individuais de educadores. Kohlraush (2010) apresenta a mudança na produção e consumo de energia para uma forma sustentável como um ato urgente, salientando que o uso de combustíveis fósseis e de hidrelétricas apresenta falhas processuais, o primeiro ligado à poluição e o segundo a crises hídricas que limitam o seu pleno funcionamento. Conforme os autores, dentre as soluções disponíveis, a mais viável para o cenário brasileiro seria a utilização de energias renováveis e limpas, recurso que não diminuiria o consumo propriamente dito, mas satisfaria a demanda de energia nacional atual.

Com relação aos problemas trazidos pelos estudos, relativos ao consumo inadequado de energia, pode-se elencar: o desconhecimento das fontes de energia (KOHLEAUSH, 2010), a ignorância a respeito da utilização correta da energia elétrica (ADORNO; DUTRA; MORAES 2014; CARRARO, 2013; SANTOS; MELO, 2016); e não saber identificar indicadores advindos nas contas de energia elétrica (CARRARO, 2013). Sobre os comportamentos-problema, foram trazidos: deixar a porta da geladeira aberta por muito tempo e não apagar as luzes ao sair de um cômodo (WOTTRICH, 2011). A identificação dos problemas e comportamentos/attitudes a serem alcançados ou modificados, de acordo com Segura (2001), é típica de intervenções pragmáticas, enquanto outras menos diretivas dão maior ênfase ao que está no “horizonte” da educação ambiental, como o desenvolvimento sustentável e a cidadania como metas, por exemplo.

Em alguns estudos, como o de Kohlraush (2010), não são retratados como importantes problemas ambientais as ações individuais, mas sim categorias amplas ou que não dependem tão somente da mudança do comportamento do sujeito (como a realização de queimadas, chuvas ácidas ou a poluição do ar), sendo assim uma intervenção que vai de encontro às evidências científicas apontadas por Todorov (2010), de que levantar problemas ambientais locais, passíveis de intervenção, tem maior eficácia se comparada à demonstração de problemas incertos ou que não estão diretamente sob controle dos indivíduos.

No que tange as tecnologias utilizadas nas intervenções, a análise mostra que as mais habituais foram a aplicação de questionários, para a averiguação de linha de base e, a posterior verificação do conteúdo aprendido (CARRARO, 2013; KOHLAUSCH, 2010; WOTTRICH, 2011), estudos da conta de luz (CARRARO, 2013; KOHLAUSCH, 2010), debates (KOHLEAUSCH, 2010; MESSIAS NETO; ARAÚJO, 2009; SANTOS; MELO, 2016) e visitas aos locais de geração de energia, para conhecer o funcionamento da unidade e a produção da energia elétrica (SANTOS, 2007; WOTTRICH, 2011), sendo desenvolvido por meio de projetos (TOHOYARA, 2010).

Os objetivos a que se propunham os trabalhos eram diversos, variando desde uma mudança em esferas sociais amplas (educação, economia, instituições, etc.), como no caso de Pocho (2011) e Carraro (2013), passando pela premissa didática de ensino de disciplinas curriculares atreladas à propagação do conhecimento sobre educação ambiental ligada à energia elétrica (MESSIAS NETO; ARAÚJO, 2009; SANTOS; MELO, 2016), pela preparação de professores e alunos para a identificação e resolução de problemas ambientais (TOHOYARA, 2010), pela discussão da educação ambiental na escola (WROBEL, 2015), indo até o ensino da conservação e consumo consciente de recursos por meio de aulas de campo (SANTOS, 2007; WOTTRICH, 2011) e na busca por uma maior reflexão dos sujeitos diante da crise ambiental (ADORNO; DUTRA; MORAES, 2014; KOHLAUSCH, 2010)

Tratando-se da educação ambiental, empenhar-se no desenvolvimento da reflexão crítica nos indivíduos é de essencial importância para Reigota (2017, p. 10), já que segundo o autor

[...] o componente reflexivo da e na educação ambiental é tão importante quanto os elementos “participativos” (estimular a participação comunitária e/ou coletiva para a busca de solução e alternativas aos problemas cotidianos) ou “comportamentais” (mudança de comportamentos individuais e coletivos viciados e nocivos ao bem comum.

Contudo, segundo o próprio autor, a educação ambiental deve ser integral e, dessa forma, visar uma perspectiva ampla de mudança, que envolva os três fatores citados. Portanto, pode-se entender que as intervenções, apesar de cumprirem bem o papel de promover a reflexão e conscientização sobre as problemáticas ambientais que envolvem a energia elétrica, pecam no aspecto comportamental do processo.

Dentre todas as publicações, somente as obras de Carraro (2013) e Pocho (2011) demonstraram dados relativos à redução no consumo de energia elétrica por meio da utilização das intervenções em

educação ambiental, a primeira relativa a uma intervenção escolar, com estudantes, e a segunda condizente a um programa continuado que abarcava desde *slogans* em contas de energia a programa interventivos nas escolas, sendo a mais detalhada das intervenções trazidas. Referindo-se especialmente a intervenção retratada por Pocho (2011), que foi de longa duração (aproximadamente dez anos), Lucon e Gondemberg (2009) afirmam em seu estudo que a crise econômica mundial trouxe consigo a retração do consumo de diversos meios e recursos de atividade social e econômica, estando entre eles a energia elétrica. Desta forma, relacionar a redução apresentada na publicação como mera responsabilidade da intervenção proposta é incerto, devido à influência de variáveis externas inobservadas pela pesquisa.

As demais publicações, como no caso dos estudos de Santos e Melo (2016) e Silva e Silva (2009) não traziam quaisquer resultados obtidos, somente expectativas diante das atividades realizadas nas intervenções, como a de que as crianças levassem aquele conhecimento para casa. Um dos estudos (ADORNO; DUTRA; MORAES, 2014) apresentou a aquisição das informações como resultado, contudo sem a utilização de nenhum método de mensuração confiável, baseando-se somente na observação pós-interventiva. Outros, como Tohoyara (2011) e Messias Neto e Araújo (2009) trazem como resultado o desenvolvimento de habilidades, crenças e capacidade crítica diante do problema e relacionando o consumo sustentável de energia como produto indireto, porém sem aferição alguma.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pode-se perceber que os estudos demonstram grande eficácia das intervenções em educação ambiental no que se refere a conscientização dos sujeitos diante da necessidade do consumo consciente de energia elétrica, bem como no conhecimento crítico de causa sobre a perspectiva da reeducação comportamental como inescusável para um estilo de vida sustentável. Igualmente, as operações obtiveram êxito no ensino teórico dos aspectos envolvidos na geração e consumo de recursos elétricos. As publicações, de modo geral, também se revelaram alinhadas com aquilo que a literatura da área já produz teoricamente. No entanto, apesar de reconhecerem que a educação ambiental não deve ser realizada somente pautando-se em metodologias de ensino escolares, mas sim em âmbitos diversos da sociedade, o campo interventivo da grande maioria dos estudos foi escolar, com estudantes e professores.

Outrossim, os dados alusivos à manutenção ou redução do consumo de energia elétrica apresentados como fruto das intervenções são inconclusivos. Somente dois trabalhos evidenciam a diminuição do consumo de energia elétrica e do valor da conta de eletricidade dos sujeitos envolvidos, sendo que os demais ou baseavam-se em expectativas do que ocorresse ou apontavam essa consequência como indireta, contudo não examinada. Devido à ausência destes resultados correlacionais satisfatórios, vê-se impossibilitada a aferição do contingenciamento existente entre a educação ambiental, nos moldes realizados, e o consumo sustentável de energia elétrica, sendo então necessários estudos posteriores para averiguação dessa hipotética relação causal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, L. C.; DUTRA, R. D.; MORAES, D. C. P. Evolução do uso da energia na história da humanidade: uma proposta de educação ambiental para o 9º ano do ensino fundamental **Anais da Semana de Integração Acadêmica**, v. 1, n. 1, p. 09-13, 2014.

ALMEIDA, J. C. T.; KAUTZMANN, R. M. A educação ambiental (EA) na universidade e na empresa. **Revista de Ciências Ambientais**, v. 6, n. 1, p. 117-136, 2012.

CAMARGO, J. HAYDU, V. B. Fostering the sustainable use of common-pool resources through behavioral interventions: An experimental approach. **Behavior and Social Issues**, v. 25, n. 1, p. 61–76, 2016.

CARRARO, F. G. P. **Estudo de caso na EMEF Jarbas G. Passarinho em Itupiranga-PA, das correlações entre o consumo de energia elétrica e a educação ambiental**. Monografia (Especialização em Formas Alternativas de Energia) – Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, p. 28, 2013.

CORRAL-VERDUGO, V.; PINHEIRO, J. Q. Condições para o estudo do comportamento pró-ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 7-22, 1999.

FRAZER, P.; LESLIE, J. Feedback and goal-setting interventions to reduce electricity use in the real world. **Behavior and Social Issues**, v. 23, n. 1, p. 20-34, 2014.

KOHLRAUSCH, F. **Educação ambiental**: uso consciente da energia elétrica e aplicação de alternativas para diminuição do consumo. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – Universidade Federal Santa Maria. Rio Grande do Sul, p. 59, 2010.

LEHMAN, P. K.; GELLER, E. S. Behavior analysis and environmental protection: Accomplishments and potential for more. **Behavior and social issues**, v. 13, n. 1, p. 13, 2004.

LUCON, O.; GOLDEMBERG, J. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 121-130, 2009.

MESSIAS NETO, R.; ARAÚJO, M. S. T. As fontes de geração de energia e seus impactos sócio-ambientais: a educação ambiental como tema transversal interdisciplinar no ensino médio. **Anais do X Simpósio Nacional de Ensino de Física**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2009.

PEROSS, G. R.; CARRARA, K. Por que funcionam limitadamente campanhas e programas de conservação de água? Uma análise comportamental. **Interação em Psicologia**, p. 199-210, 2012.

PINHEIRO, J. Q.; PINHEIRO, T. F. Cuidado ambiental: ponte entre psicologia e educação ambiental? **Psico**, v. 38, n. 1, 2007.

PIRES, P.; RIBAS JUNIOR, R. C.; LEMOS, D. C. L.; FILGUEIRAS, A. Ecocentrismo e comportamento: revisão da literatura em valores ambientais. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 4, 2014.

POCHO, C. P. **Avaliação de programas governamentais de educação ambiental**: um caso de empresa estatal da área de energia. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 419, 2011.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RIBEIRO, M. S. L.; PROFETA, A. C. N. A. Programas de educação ambiental no ensino infantil em Palmeiras de Goiás: novos paradigmas para uma sociedade responsável. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 125-139, 2004.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

RODRIGUES, G. S. S. C.; COLESANTI, M. T. M. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista Sociedade e Natureza**, v. 20, n. 1, p. 51-66, 2008.

ROSA, P. M. V. **Pegada ecológica, valores, crenças ambientais e consideração de consequências futuras em biólogos universitários, biólogos e não biólogos**. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p. 91, 2013.

SANTOS, E. F.; MELO, K. C. A Educação Matemática e a Temática Ambiental: Construindo Conhecimento Sobre Geração de Energia com Sistema Solar Fotovoltaico. **Anais do XII Encontro Nacional de Educação Matemática**, v.1, n.1, p. 1-11, 2016.

SANTOS, J. C. **Análise da Revitalização de Pequenas Centrais Hidrelétricas para a Geração de Energia, Promoção do Ecoturismo e da Educação Ambiental na Região do Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira**. Monografia (Especialização Formas Alternativas de Energia) – Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, p. 78, 2007.

SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Rio Grande do Sul: Artmed, 2009.

SEGURA, D. S. B. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume, 2001.

SILVA, R. P.; SILVA, G. K. A. Usina ecoelétrica: educação ambiental para o uso sustentável da energia elétrica com auxílio de módulos educacionais. **Anais do V Congresso de Extensão Universitária da UNESP**, v. 1, n. 1, p. 444, 2009.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Vintage, 2011.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TATEMOTO, K. A. **Energia incentivada: uma análise integrada dos aspectos regulatórios, de comercialização e de sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Potência) – Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 162, 2013.

TODOROV, J. C. On global warming and local indifference: Behavioral analysis of what persons can do about their own near environment. **Behavior and Social Issues**, v. 19, p. 48-52, 2010.

TOYOHARA, D. Q. K. **Biocombustíveis: concepções de energia com enfoque para a educação ambiental**. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, p. 152, 2011.

ISBN 978-65-990525-0-7

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

WOTTRICH, T. **Educação ambiental como ferramenta para o uso racional de energia elétrica.** Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – Universidade Federal Santa Maria. Rio Grande do Sul, p. 46, 2011.

WROBEL, F. C. P. O papel da educação ambiental no estudo das fontes renováveis de energia nas escolas brasileiras. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 3, n. 2, p. 73-87, 2015.

LUTO DO FILHO IDEAL: MÃES DE INDIVÍDUOS COM TEA E SUAS VIVÊNCIAS NA REGIÃO DO CARIRI

Naianna de Melo Pereira Araujo (naiannamepe@gmail.com)
Clarissa de Pontes Vieira Nogueira

RESUMO

A presente pesquisa trata de um estudo sobre como as mães do Cariri de indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) lidam com a perda do filho ideal. A pesquisa foi realizada através de entrevistas com duas mães de indivíduos com TEA, que fazem parte da Associação de Pais, Amigos e Profissionais de Autistas do Cariri (AMA Cariri). Esse trabalho mostrou-se importantes pois observa-se um aumento de pais nos consultórios e equipamentos de saúde do Cariri, em busca de tratamento para seus filhos diagnosticados com TEA, na sua maioria mães, visto que elas acabam por assumir o cuidado por esse filho. O tipo de pesquisa escolhido para a realização deste trabalho foi o fenomenológico que se dá a partir da observação do fenômeno tal como se apresenta. Para análise dos dados será utilizado o método de Giorgi, que é um método de interpretação de dados bastante utilizado em uma pesquisa fenomenológica.

Palavras-chave: Autismo. Luto. Filho idealizado. Diagnóstico.

1 INTRODUÇÃO

Um sentimento comum entre a maioria das gestantes é a idealização do filho, elas costumam passar um bom tempo imaginando como será o rosinho, como vai ser quando ele começar a andar, quando vai chamá-la de mamãe, essas idealizações segundo Shineidr e *et. al.* (2018) fazem parte do processo de constituição do sujeito. Com isso, este estudo tem como finalidade responder à questão: Como as mães do Cariri de indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) lidam com a perda do filho ideal? O TEA, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2013), é uma condição do desenvolvimento neurológico, caracterizado por uma alteração da comunicação social e pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados, comportamentos ritualizados e interesses restritos.

Este trabalho mostra-se importante pois observa-se um aumento nos consultórios e equipamentos de saúde do Cariri de pais em busca de tratamento para seus filhos diagnosticados com TEA, na sua maioria mães, visto que elas acabam por assumir o cuidado por esse filho. Com essa demanda crescente, os profissionais precisam ter um olhar especializado para com esse tipo de demanda, visto que essas mães acabam por ficar com toda a carga emocional que o cuidado ao filho exige. Outro fato que corroborou com a pesquisa é a escassez de materiais acadêmicos que abordem o tema.

Viu-se, assim, a necessidade de entender como as mães enfrentam esse diagnóstico, já que muitas acabam por idealizar um futuro para seus filhos, e em alguns casos tais sonhos se tornam inalcançáveis. Além disso, o trabalho trará luz ao meio acadêmico, já que a partir do relato das mães será possível entender como estas manejam o sentimento de luto pelo filho idealizado, colaborando para que os profissionais de psicologia que recebem essas mães em seus consultórios tenham um maior aprofundamento sobre tema.

O trabalho tem como objetivo geral conhecer como as mães do Cariri de pessoas diagnosticadas com autismo lidam com a chegada do filho real. Para isso foram analisados e discutidos os conceitos de TEA e luto, bem como narra qual ou quais os momentos de maiores dificuldades para as mães.

A pesquisa utilizou o método fenomenológico, no qual o fenômeno é descrito tal qual aparece sem a interferência do pesquisador. Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista, onde as mães responderam às seguintes perguntas: Quando foi que você começou a notar um comportamento diferente em seu filho? Qual sua reação frente ao diagnóstico? Como lidou com a situação? Naquele momento quais sentimentos foram vivenciados por você?

Os dados foram gravados e posteriormente transcritos e analisados. A análise de dados deu-se a partir do método de Giorgi, o qual segundo Moreira (2002), é um método de interpretação de dados bastante utilizado em uma pesquisa fenomenológica.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA

2.1 HISTORICIDADE E CONCEITOS

O autismo teve a sua primeira identificação pelo Psiquiatra Leo Kanner em 1943, quando, inquieto, estudava à semelhança do comportamento de onze crianças, traçando assim peculiaridades que definiriam os tipos de crianças que apresentavam esse distúrbio, se tornando um dos principais estudiosos sobre esse assunto, e sendo de fundamental importância o lançamento do seu trabalho (VILA; DIOGO; SEQUEIRA, 2009; SOUSA; SANTOS, S/A).

Leo Kanner, inicialmente, adotou o termo “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” às pessoas que apresentavam essas peculiaridades comuns, a exemplo de relações sociais conturbadas, isolamento, falha na linguagem, comportamentos repetitivos, etc. Estes apareceriam logo na primeira infância e seria comum apenas ao sexo masculino. Tempos depois, Hans Asperger nomeou como “Psicopatia Autística”, trazendo outros diversos pontos analisados e descritos de alguns casos e se aproximando da explicação de Kanner, ressaltando a predominância deste em homens. Esses dois nomes tiveram suma importância no que remete ao Autismo (TAMANAH; PERISSINOTO; CHIARI, 2008).

Kanner também identificou que do primeiro ao segundo anos de vida da criança, a mesma manifesta desenvolvimento normal. Ele tinha a ideia de que os pais influenciavam na causa do autismo em seus filhos, porém o mesmo não estava convencido que esse era o motivo, e sim apenas um agravante do sintoma. Tal concepção hoje é considerada ultrapassada, dando espaço a questões neurológicas.

É válido trazer ainda outro ponto, sugerido por Bleuler (1960 *apud* SILVEIRA, 2009) que afirma que por muito tempo o autismo foi confundido com a esquizofrenia, porém, pautado na fragmentação dos sintomas no diagnóstico e notando que existia uma diferenciação de ambos os transtornos, acabou por desintegrar, separando-os.

O autismo nas primeiras edições do DSM era tido como o transtorno global do desenvolvimento, tendo cinco categorias diagnósticas: Transtorno Autista, o Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra Especificação. No DSM-V lançado no ano de 2013, aparece com uma nova denominação, os “Transtornos do Espectro do Autismo” (TEA) (DSM-V, 2013).

Nessa nova versão do manual de diagnóstico, segundo Barros (2016, p.20):

[...] eliminou todos os subtipos referentes ao autismo e os indivíduos passaram a ser diagnosticados em um único espectro, com diferentes níveis de gravidade, denominado Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Os transtornos mencionados na versão do DSM-IV deixaram de ser vistos isoladamente, com exceção da Síndrome de Rett, e

foram incluídos no diagnóstico do TEA. Tais mudanças foram feitas para contribuir na melhora dos critérios diagnósticos e identificação de tratamentos mais focados para os prejuízos identificados.

Sabe-se que o autismo possui níveis variados de gravidade, podendo ser um dos determinantes na sua interação social, familiar e emocional. Os casos mais leves conseguem ter um nível de interação menos comprometido por apresentarem no seu diagnóstico apenas uma parcela das características dessa síndrome, em revés, os casos mais graves tendem a demonstrar mais limitações e declínios com envolvimento interpessoais (RAPIN;GOLDMAN, 2008).

Reafirma Klin (2006), as variações quanto os sintomas são muitos. As crianças que apresentam um desempenho inferior, normalmente se isolam do contato social em maior intensidade e quase não fazem o uso da linguagem. Ao nível seguinte, têm-se crianças com inserção social moderada, embora não a procurem, exibindo ainda uma linguagem mais fluida. Outros possuem um nível de desenvolvimento alto, e estas incluem pessoas com idade mais avançada, demonstrando um interesse em manter vínculos sociais, normalmente envolvidos por uma série de dificuldades. Outrossim, os níveis são variados, apresentando singularmente em cada caso, e podendo variar no decorrer da vida.

De acordo com Bosa (2006), os pais de autistas precisam estar cientes de que, embora os estudos na área tenham avançado, não se tem nenhum tratamento que possibilite a cura, todavia, é imprescindível que o sujeito adentre em alguma das terapias disponibilizadas, e que estes saibam que cada uma possui um arranjo teórico singular, que pode gerar um impacto diferente para cada pessoa. Tal impacto, inclui, principalmente, em como o ser encontra-se naquele momento, sua idade, o grau do autismo e sua seriedade.

São inúmeros os métodos que se propõem a trabalhar com o TEA, desde terapias individualizantes, até aquelas que disponibilizam de uma equipe multidisciplinar. Destaca-se aqui a importância delas, visto que muitas famílias vivem momentos de intenso estresse e necessitam de profissionais que os auxiliem, ficando evidente que a maior parte do peso recai sobre a mãe (BOSA, 2006). Ratifica Doria, Marinho e Filho (2006), a psicologia conta com vários tipos de abordagens que, singularmente, trabalham e cuidam de pessoas com autismo, surgindo a necessidade de pesquisas que consigam fazer um cruzamento entre elas, bem como compará-las a demais tipos de tratamento, objetivando um acervo de possibilidades no que tange os modos de intervenções e compreensões sobre o Transtorno do Espectro Autista.

3 CONCEITO DE LUTO

No dicionário de Psicanálise Larousse, o luto é o “ Estado de perda de um ente querido acompanhado de aflição e dor moral, que pode provocar uma verdadeira reação depressiva, necessitando de um trabalho intrapsíquico para ser superado” (CHEMAMA, 1995, p. 128).

A experiência de perder alguém que amamos deixa no sujeito marcas que são difíceis de superar, deixando um rastro de dor e sofrimento para quem vivencia, como para quem assiste sente-se incapacitado em ajudar, visto que somente a volta do objeto acabará com o sofrimento.

Na psicologia o luto só pode ser entendido a partir de uma forma contextualizada, considerando que cada indivíduo vivencia esse momento de forma única, dando-lhe um significado subjetivo (KUBLER-ROSS, 1998).

De acordo com Begossi (2003), estudos em psicologia trazem que pais que perdem um filho, quando entre eles existe uma boa relação, o luto pode evoluir de boa maneira, como por exemplo compartilhando suas dores e sofrimento. Porém no momento em que os mesmos se isolam em seu sofrimento esse luto se torna ainda mais doloroso, causando em alguns casos o fim do casamento.

O luto também é experienciado por pais ao terem algum diagnóstico sobre seu filho, visto que os mesmos idealizaram e sonharam com um ideal de filho e o diagnóstico acaba por colocar um fim a essa idealização. A mãe agora terá que superar o luto do filho idealizado, pois só passando por esse processo a mesma poderá receber essa nova criança que chega, e suprir com suas demandas (MILLER, 1995).

Assumpção Jr. e Sprovieri (2000) expõem que a família ao receber o diagnóstico passa por cinco fases do luto que são, primeiro “choque” onde surge a pergunta por que com a gente? A segunda “negação”, buscam entender o diagnóstico fazendo pesquisas e se familiarizando sobre o assunto com o intuito de que haja algum erro médico no diagnóstico, ou ainda uma busca por cura.

A terceira fase é chamada por Assumpção Jr e Sproviere (2000) de cólera, onde os pais começam o trabalho de luto pelo filho idealizado, os mesmos iniciam o trabalho de luta por direitos para essa criança. A quarta é a “convivência com a realidade”, nessa fase os pais acabam vivendo momentos de instabilidade emocional, onde há aceitação e rejeição, como também uma dificuldade de falar sobre o problema do filho. Mesmo nesse período de dúvidas os pais começam a enfrentar o fantasma do social.

A última fase é a “expectativas frente ao futuro”. Os pais começam a pensar um futuro para seu filho, dentro de suas limitações, inicia também o processo de imaginar como o filho ficará quando eles não estiverem mais vivos, assim quando há outros irmãos esses acabam por ficar à frente do cuidado caso algo aconteça aos pais.

Vale lembrar que essas fases muitas vezes não seguem essa linha de sucessão podendo se misturar, se sobrepor umas das outras e o tempo que cada família e indivíduo passa por elas pode variar de acordo com cada um (ASSUMPÇÃO JR.; SPROVIERI, 2000).

4 O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DE TEA PARA OS PAIS

O percurso rumo ao diagnóstico do filho com TEA inicia-se no momento em que os pais começam a observar um comportamento diferente no filho, iniciando assim a busca para saber a causa desse comportamento, dando início a busca por profissionais que tragam luz a essa angústia.

O profissional responsável por dar o diagnóstico é de extrema importância para a família. Este deverá fornecer amparo como também disponibilizar o seu conhecimento sobre TEA com a família, a fim de sanar todas as dúvidas que surjam pela confirmação do diagnóstico (SEMENSATO; BOSA, 2013).

Os autores também ressaltam a importância da delicadeza ao transmitir para os pais o diagnóstico de autismo do filho, visto que tal notícia influenciará o modo como os mesmos vão lidar com o problema. Nesse momento os profissionais têm que ser sensíveis pois a descoberta de TEA acaba por finalizar planos sonhados desde do período da gestação.

O diagnóstico de TEA vem seguido de alguns momentos, sendo eles, segundo Semensato e Bosa (2013, p. 660):

[...]confusão, já que são muitas perguntas e poucas respostas; negação, por acreditar que ao crescer o filho deixará de ser autista; receio quanto ao desenvolvimento futuro do filho; medo do preconceito e discriminação; preocupação de não ter alguém que cuide do filho no futuro[...]

É comum nesse período que os pais busquem entre eles um culpado, o que acaba por contribuir ainda mais para o desinvestimento no filho com TEA, pois os filhos em alguns casos rejeitam a aproximação afetiva dos pais.

Segundo Andrade e Teodoro (2012) como o impacto do diagnóstico de TEA vai ser recebido pelos pais vai depender de alguns aspectos relacionados ao transtorno, como gravidade dos sintomas, a idiossincrasia dos pais frente a mudança que enfrentaram após o diagnóstico, como também a disponibilidade de recursos comunitários e sociais.

Percebe-se que após o diagnóstico os cuidados para com a criança se tornam quase que exclusivamente da mãe, onde em muitos casos elas largam o emprego para se dedicar unicamente ao filho. O pai fica principalmente com o dever de custear a família e o tratamento do filho. Quando há uma melhora no quadro do filho que está em tratamento muitas mães em vez de retomar sua vida profissional acabam por intensificar seus cuidados para com eles (SMEHA; CEZAR, 2011).

Devido a essa entrega total aos cuidados dos filhos é que muitos autores sugerem que essas mães têm a necessidade de um ambiente de apoio, que tenham profissionais da saúde, bem como uma rede de contatos sociais, o suporte do marido e até mesmo provisão financeira para os cuidados especiais.

5 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa escolhido para a realização deste trabalho foi o fenomenológico onde segundo Gil (2010), se dá a partir da observação do fenômeno tal como se apresenta, sem a interferência do pesquisador, ou seja, como o fenômeno é trazido e experienciado pelo sujeito.

Para participar desse estudo foram selecionadas duas mães de indivíduos com TEA, que fazem parte da Associação de pais, amigos e profissionais de autistas do cariri (AMA cariri) as mesmas têm pelo menos quatro anos ou mais do recebimento do diagnóstico de seu filho, entendendo que nesse período a mãe já tenha um manejo para lidar com essa situação. Na pesquisa foi realizada uma entrevista, com o intuito de responder às seguintes perguntas: Quando foi que você começou a notar um comportamento diferente em seu filho? Qual sua reação frente ao diagnóstico? Como lidou com a situação?

Para análise dos dados colhidos foi utilizado o método de Giorgi, o qual segundo Moreira (2002), é um método de interpretação de dados bastante utilizado em pesquisas fenomenológicas. Esse método se divide em dois momentos, onde inicialmente houve uma transcrição do material colhido, realizado uma leitura, posteriormente, do material registrado, para assim poder identificar os conteúdos mais significativos para a pesquisa. No segundo momento foram agrupadas as falas de acordo com suas semelhanças, compondo, assim, as categorias de análise, que serão a seguir descritas, analisadas e interpretadas correlacionando com a literatura científica.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas entrevistas realizadas com duas mães de indivíduos com TEA foi observada a repetição de falas e sentimentos vivenciados por essas mães como por exemplo a angústia pelo diagnóstico, o luto pelo filho idealizado, entre outros aspectos, que nos permitiram identificar algumas categorias que serão explanadas a seguir. Cabe ressaltar que as mães serão tratadas pelo código M1, professora, casada, mãe de dois filhos, sendo um diagnosticado com TEA e M2, autônoma, divorciada mãe de R. diagnosticado com TEA.

6.1 A BUSCA PELO DIAGNÓSTICO

Durante as entrevistas ficou claro que a desconfiança que havia algo de errado com a criança sempre partiu da mãe, isso acontece muitas vezes devido ao fato da mãe passar mais tempo com o filho, ou por comparação com outras crianças, como também a falta de resposta frente aos estímulos da

mãe. Esses dados são corroborados pelos estudos de Zanon, Backes e Bosa (2014), que alegam que os primeiros sintomas de atraso no desenvolvimento da criança tendem a ser observados pelos pais e/ou cuidadores.

De acordo com Ebert, Lorenzine e Silva (2015) o diagnóstico precoce é de suma importância para que a criança inicie o tratamento, quanto mais cedo esse tratamento é iniciado, maiores são as chances de que o indivíduo possa ter uma diminuição dos sintomas e que o mesmo venha a ter uma vida com mais independência no futuro, visto que o TEA não tem cura.

Você começa a comparar, por que não tem como você não comparar, por mais que eu seja professora, que seja pedagoga, que eu tenha formação em psicopedagogia não tem que, que você tenha aquilo na cabeça que toda criança tem seu tempo seu coração diz o contrário, eu via que ele tinha um atraso na fala com atraso no desenvolvimento, que ele não fazia coisas que os outros já faziam (M1)

A desconfiança já veio mesmo quando ele tinha um ano e oito meses, coincidentemente eu já achava estranho por que eu tentava muito ensinar as coisas para ele né, coisas que crianças consegue fazer, como soltar beijinhos, dar tchau, interagir quando via outro bebê, então isso tudo eu mostrava e não via muito interesse e já achava estranho (M2)

Essas mães trazem que a desconfiança de que o filho era Autista veio primeiramente de fonte informal. M1 relata que buscou respostas na internet ao pesquisar o que motiva o atraso na fala, encontrando vários artigos que traziam o autismo como provável causa, “...aí você ali já começa a ler, você com internet em casa começa a pesquisar, por que o atraso na fala? aí vem a palavra autismo ali, começa a levantar as anteninhas...” (M1). Diferente de M1, M2 relata que começou a pensar em Autismo depois que assistiu a um documentário na televisão “...e aí num dia de sábado eu coloquei na televisão e coincidentemente estava passando um documentário sobre autismo, aí quando foi dito lá todas as características consegui identificar em R. todas aquelas características então já veio a desconfiança...” (M2).

É importante ressaltar o papel dos meios de comunicação ao trazer o tema autismo, pois essas matérias acabam por legitimar a desconfiança que os pais tinham em relação aos seus filhos.

Muitos, por não encontrarem apoio por parte de seus pares, podem começar a sentir como se estivesse imaginando algo que não existe (ZANON; BACKES; BOSA, 2014, p. 26).

Com a desconfiança do autismo nos filhos, as mães começam a busca incessante por respostas, como também por profissionais que possam lhes ajudar a respondê-las. Para Semensato, Schmidt e Bosa (2010) é de suma importância que os profissionais que irão confirmar para os pais o diagnóstico o façam de forma clara e que os mesmos possam sanar todas as dúvidas que possam surgir.

[...] Eu levava pro pediatra, o pediatra dizia vamos esperar mais um pouco, a questão da fala... aí passou um mês de escola, dois meses, três meses, aí vamos levar para o médico, aí não, não é (se cala por um instante) não desenvolveu nada com relação aí isso aí (fala)[...] (M1)

Então assim a questão mais difícil na verdade é que naquele momento ninguém poderia me afirmar que aquilo ia ser para sempre ou não, qual era o o não sei se prognóstico que a gente diz assim, ele vai sair daquilo ali, ele vai mudar? Ou ele vai continuar sem falar, sem interagir sem olhar quando, sem me atender quando eu chamasse, sem conseguir pegar no lápis, sem querer ficar na sala de aula, atividades repetitivas, né, então, na verdade o que pesou para mim foi essa interrogação, tá entendendo? (M2)

As falas dessas mães expõem de forma clara a inabilidade de muitos profissionais sobre o tema autismo, e em como os mesmos muitas vezes encontram-se despreparados para conversar e sanar as dúvidas que são levantadas pelos pais, o que acarreta em uma ansiedade ainda maior por parte deles (SEMENSATO; BOSA, 2013).

Conforme Semensato, Schmidt e Bosa (2010) após a confirmação de autismo o sentimento vivenciado pelas mães é o de angústia, pois como foi trazido pelas autoras o diagnóstico de autismo vem acompanhado por mais perguntas do que respostas e acaba por gerar ansiedade frente ao futuro.

Aí ele levantou essa hipótese (TEA) na primeira consulta, pronto ele só levantou essa hipótese e deixou ... Na minha cabeça eu já tinha o diagnóstico dele, nada mais me tirou da cabeça, só que agora eu pesquisava meio que com medo sabe? [...] Eu não vou mentir eu fiquei com medo, eu sai e segurava na mão e fui autorizar, não esqueço nunca mais, ele disse você vai fazer agora o eletro mais tem que autorizar na unimed, aí é na mesma rua aí eu peguei a mão dele e sai caminhando e chorando né? E chorando assim. (M1)

124

O medo é um sentimento vivenciado no luto, medo do desconhecido, a mãe muitas vezes se sente perdida, pois durante toda a gestação idealizou o filho, e a chegada do diagnóstico de TEA coloca em cheque todas suas expectativas frente a criança. Para algumas mães a confirmação de TEA vem como um alívio pois para elas essa constatação acaba por direcionar o próximo passo do tratamento (SEMENSATO; BOSA, 2013).

O pós-diagnóstico exige que a mãe tenha uma nova representação de si e do filho, congruente com o significado de ter um filho portador de deficiência. É de suma importância que a mãe deixe de focar na causa, nos possíveis culpados e comece a investir no presente e futuro dessa criança (SEMENSATO; BOSA, 2013).

a gente não pode cruzar os braços, a gente tem que procurar bons terapeutas, boas terapias, né então assim se for preciso a gente abrir mão de qualquer coisa você abra, por que o retorno vai vim (M2)

eu queria resultado, minha maior angústia era P.E não falar, não falar de jeito nenhum, eu queria que ele, como diz aquela doutora Maria Cláudia Brites, se comunicasse de alguma forma não era nem que falasse, porque falar por falar repetir não serve muito para a gente que mãe não, eu queria que ele se comunicasse e a luta foi grande. (M1)

Mesmo frente ao diagnóstico, as mães da pesquisa não permanecem passivas frente às dificuldades que o transtorno pode impor à família. Dentre essas dificuldades temos a chegada do filho real, desempenhando para as mães o papel de pôr um fim ao futuro criado em seu imaginário para seu filho.

6.2 O FILHO REAL E O LUTO

É válido lembrar que existem aspectos positivos e negativos no que refere-se a maternidade e as expectativas das gestantes para com o bebê, refletindo na vida psíquica de ambos. Um destes aspectos envolve a necessidade do neonato ser desejado pela mãe, e que ela invista nele (escolher o nome do bebê é uma das formas de antecipar esse bebê), para que ele se insira no meio social enquanto ser desejante. Assim, os “ditos” e os “não ditos” que transcendem a linguagem, passam a ter importância para antes do nascimento do bebê, como é parte primordial na estruturação da psique. É importante

citar ainda que a mãe, que antes com uma imagem de filho idealizado, depara-se com esse filho real (PICCININI *et al*, 2004).

As autoras Barbosa, Chaud e Gomes (2007) trazem que o encontro com o filho real faz aflorar nas mães sentimentos confusos, onde as mesmas passam por períodos de descrença e tristeza, para em seguida passar pelo luto. Ainda segundo essas autoras as mães devem ter apoio emocional, para que consigam passar por essa fase sem que haja prejuízo para o desenvolvimento da criança, e ressaltam a importância desse momento.

Aí você pensa, porque eu acho que quando você tem um filho você faz tanto, tanto, tantos planos você pensa até no casamento dele né? Na formatura, em quê que ele vai trabalhar, em quê que ele vai se formar (M1)

E aí, mas então assim vai, vai, conseguir ter uma vida? Mas perto do normal, ou não vai? Quando eu me via nas salas de espera das clínicas das terapias eu me perguntava até quando aquilo iria durar, para sempre? (olhos cheios de lágrimas) né? então eu dizia assim: poxa vai chegar quantos anos? 15, 16, 17, 18 e eu continuo aqui nas salas de espera, nos consultórios? (M2)

Idealizar um futuro para o filho é um processo natural na vivência da maternidade, quando as mulheres estão grávidas ela não imaginam que o seu filho pode ter algum problema, e quando acontece do mesmo ser diagnosticado com TEA, um transtorno que como já aludido anteriormente, tem mais perguntas do que resposta, gera nas genitoras uma apreensão frente ao futuro, pois nenhum médico, mesmo com todo os acompanhamentos e estudos, tem como dar um prognóstico sobre a criança. (BEGOSSI, 2003).

Segundo Barbosa, Shaud e Gomes (2007) quando recebe o diagnóstico do filho a mãe passa por uma mistura de sentimentos e emoções, onde muitas vezes uns se sobrepõe aos outros. Embora vivenciando uma situação adversa, a mãe, almeja em meio a esse turbilhão de sentimentos dar continuidade a seu ser-mãe, buscando sempre alguma forma de adaptar-se com essa nova realidade que chega acompanhada do diagnóstico.

Com o filho real, também chega aos pais a impossibilidade destes de verem seus desejos, sonhos e fantasias se realizarem nessa criança, visto que o filho real, diagnosticado com autismo, veio como um substituto que apresenta uma deficiência, a qual o distancia do filho ideal sonhado pela mãe (MARQUES, 1988).

não é fácil você idealizar seu filho, quando é o primeiro filho, quando você se planeja como eu, você para de fumar, você perde peso, você faz todos os exames para tentar engravidar e quando você engravida você fica pensando, idealizando o filho perfeito, aí chega o diagnóstico. (M1)

Observa-se na fala da mãe quando a mesma traz toda a preparação que teve para que pudesse gerar um filho saudável, fica implícito que esse discurso é utilizado com o objetivo de se esquivar de culpa que ela se auto colocou e que é corroborado pelo fato de não haver uma causa específica para o TEA. Esse fato ocorre entre vários casais, quando não estão culpando um ao outro, um dos cuidadores assume essa responsabilidade para si (BARROS, 2016).

[...] suas amigas com o filho fazendo vestibular, fazendo Enem, aí passou para medicina, passou para engenharia, passou para isso, aí você pensa: você ver seu filho com oito anos com dificuldade no aprendizado, como o meu tem também dificuldade

no aprendizado, aí você pensa e eu vou passar por isso? (silêncio) ou eu nunca vou passar? (M1)

Umas das etapas no processo de luto trazida por Assumpção Jr e Sproviere (2000) é a expectativa frente ao futuro, nesse momento as mães, além da insegurança frente ao desconhecido, começam a se questionar sobre as experiências que talvez não vivencie, deixando nelas um sentimento de pesar e dor.

De acordo com Barros (2016) a despeito de toda campanha de conscientização sobre TEA que existe hoje no Brasil, as mães ainda passam por situações constrangedoras por falta de informação das pessoas, situações envolvendo olhares preconceituosos e a necessidade que elas sentem em estar a todo momento tendo que explicar a condição do filho

A todo instante você tem que provar, você pega uma criança que vai fazer 8 anos agora e dá um ataque de birra entre aspas como todo mundo pensa, aí você, o que você vai dizer? Eu já, é porque já faz um bom tempo que eu deixei de olhar isso com vergonha, de ter vergonha das pessoas, porque às vezes no começo eu tinha. (M1)

se aquela mãe não estava tendo apoio por parte dos profissionais como eu de certa forma tive ou da parte da família que pudesse ter por mim, como uma mãe que estava ali e que poderia ajudar em alguma coisa, eu sempre pensei assim. (M2)

Como discutido por Semesato e Bosa (2013) uma rede de apoio é de fundamental importância, pois os pais também precisam de cuidado. A mãe, em muitos casos, tem que lidar com as responsabilidades da casa, do trabalho e do filho com TEA. Nesse sentido, vale ressaltar a importância de redes de apoio, que acolham essas mães e lhes dêem oportunidade discutir seus sentimentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho se propôs a responder como as mães de pessoas com TEA lidam com a perda do filho ideal. Pode-se dizer que essa questão foi respondida, pois nas entrevistas verificou-se que a partir da confirmação do diagnóstico de seus filhos, ambas as participantes passaram por momentos de medo, angústia e tristeza, porém não se deixaram abater. Para que pudessem passar por esse processo elas se implicaram no tratamento de seus filhos, determinadas e com esperança de que essa dedicação tivesse retorno. Elas também mencionam a luta para se chegar a um diagnóstico e o fato de que alguns profissionais da região do Cariri estão despreparados para atender e sanar as dúvidas levadas por elas.

Algo que também ficou claro foi o quanto se faz necessário uma rede de apoio para essas famílias. É sabido que existe um vasto campo de tratamento e acompanhamento para pessoas com TEA, com profissionais capacitados que dão suporte ao longo da vida desses sujeitos, enquanto seus cuidadores acabam por ficar negligenciados, restando para eles o papel de cuidar e não o de ser cuidado.

Inicialmente, a pesquisa iria contar com a participação de quatro mães, mas no decorrer do processo as mesmas começaram a desmarcar e/ou adiar as entrevistas, fazendo com que a pesquisadora tivesse que optar por fazer o trabalho com duas mães. Isso pode ser um indício de que mesmo após o período de quatro ou mais anos do diagnóstico, algumas mães ainda não se sentem confortáveis para falar desse processo. Corroborando com alguns autores, que afirmam que quando o luto não é vivido por completo, pode gerar um bloqueio, fazendo com que se torne difícil falar sobre o tema.

O tema abordado mostrou-se de suma importância para o meio acadêmico pois ao fazer a análise dos dados foi constatado o quanto são escassos os artigos e autores que abordam essa temática.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

Espera-se que este trabalho possa fomentar as discussões sobre o assunto, fazendo com que mais pessoas possam vir a se interessar, e novas pesquisas sejam realizadas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHITRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos mentais-DSM V**. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ABREU, A.; TEODORO, M. L. M. Família e autismo: Uma revisão da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 5, n. 2, p. 133-142, 2012.

ASSUMPÇÃO JR, F. B.; SPROVIERI, M. H. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. São Paulo: Memnon, 2000.

BARBOSA, M. A M.; CHAUD, M. N; GOMES, M. M. F. Vivências de mães com um filho deficiente: um estudo fenomenológico. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 21, n. 1, 2008.
<https://periodicos.ufsm.br/index.php/educacaoespecial/article/view/9687> A

BARROS, C. L. **Mães de crianças com autismo: desafios enfrentados diante do diagnóstico de autismo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Em Políticas Públicas de Desenvolvimento Local) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, 2016.

BEGOSSI, J. **O luto do filho perfeito: um estudo psicológico sobre os sentimentos vivenciados por mães com filhos portadores de paralisia cerebral**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2003.

CHEMAMA, R. **Dicionário de psicanálise Larousse**. Artes Médicas, 1995. p.482.

EBERT, M; LORENZINI, E; DA SILVA, E. F. Mães de crianças com transtorno autístico: percepções e trajetórias. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. 1, p. 49-55, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/43623>>. Acesso em: 02 de jun de 2018.

ELIAS. A. V. **Autismo e Qualidade de vida**. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GADIA, Carlos A.; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de pediatria**, v. 80, n. 2, p. 83-94, 2004.

KLIN, Ai. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral Autism and Asperger syndrome: an overview. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 28, n. Supl I, p. S3-11, 2006.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARQUES, L. P. O filho sonhado e o filho real. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, p. 121-125, 1995. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista3numero1pdf/r3_comentario01.pdf> Acesso em: 16 de agos de 2018

ISBN 978-65-990525-0-7

MILLER, N. B. **Ninguém é perfeito**: vivendo e crescendo com crianças que têm necessidades especiais. Campinas: Papirus, 1995.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

PICCININI, Cesar Augusto et al. Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. **Psicologia**: teoria e pesquisa. Brasília. Vol. 20, n. 3, p. 223-232, 2004.

RAPIN, I.; GOLDMAN, S. A escala CARS brasileira: uma ferramenta de triagem padronizada para o autismo. **Jornal de Pediatria**, v. 84, n. 6, 2008. Disponível em <http://www.redalyc.org/html/3997/399738166001>>. Acesso em: 25 de jun de 2018.

SEMENSATO, M. R.; BOSA, C. A. Relatos de pais de crianças com autismo sobre a rede de apoio formal: aspectos da elaboração parental do diagnóstico. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p.651-663, 2013.

SHINEIDR, E. et al. O impacto que ocorre nas famílias após o diagnóstico do transtorno do espectro autista na criança: o luto pelo filho idealizado. **Revista Dissertar**, v. 1, n. 28 e 29, p. 44-55, 2018.

SMEHA, L. N.; CEZAR, P. K. A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 1, p. 43-50, 2011.

PSICOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERATIVISMO EM UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO E AGROECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE BARBALHA-CE.

Fabília de Sousa Barbosa
Clarissa de Pontes Vieira Nogueira
Bryan Silva Andrade

RESUMO

Este estudo refere-se a uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, e têm como finalidade responder a questão: “Como ocorre o cooperativismo entre os produtores da feira agroecológica e solidária de Barbalha- CE?”. A pesquisa é relevante, pois, observa-se que a prática de empreendimentos solidários e agroecológicos vêm gradativamente conquistando espaço e visibilidade na Região Metropolitana do Cariri, sobretudo no município de Barbalha- CE. A pesquisa foi realizada com quatro agricultores (as) da feira que se disponibilizaram para responderem a entrevista semiestruturada. Mediante análise das entrevistas foi possível constar quatro categorias que se sobressaíram a respeito de práticas cooperativistas sendo estas: Trocas solidárias; Feira itinerante; Formações continuadas e por ultimo a relação de ajuda mútua entre os feirantes no momento de comercialização. Dessa maneira, tendo em vista a contribuição dos estudos da área de Psicologia social para esse campo de empreendimentos solidários, busca-se por meio desta, ampliar o conhecimento científico a respeito de práticas cooperativistas no trabalho de feiras agroecológicas de base solidária, sobretudo do próprio local de realização da feira em questão.

Palavras-chave: Cooperativismo. Psicologia Social. Empreendimento Econômico Solidário- EES.

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária enquanto noção ou conceito é posta em uma série de experiências organizacionais, vista em uma dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade (FRANÇA FILHO, 2001). Uma das estruturas configuradas no campo da economia solidária são os chamados Empreendimentos Econômicos e Solidários-EES, no qual trabalhadores (as) buscam novas formas de inserção no mundo do trabalho por meio da autogestão e valores da solidariedade. Deste modo, Singer (2002), elucida que a economia solidária centraliza quatro pontos importantes que são: a cooperação, viabilidade econômica, solidariedade e autogestão.

No município de Barbalha, CE existe um empreendimento de feira agroecológica e solidária que possui um ideário de economia solidária e busca o incentivo a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar. Dispondo de elementos sustentáveis para produção artesanal, cultivo e comercialização de alimentos livres em agrotóxicos. A feira ainda combina aspectos de fortalecimento da cultura local, promovendo o turismo rural, parcerias com cordelistas, músicos, universitários, entre outros, que valorizam e se engajam na dinamicidade desta feira.

Vale evidenciar que as práticas cooperativistas neste formato de feira solidária, constitui um grande papel para o estabelecimento de interesses e objetivos comuns, que conforme Santos e Ceballos (2006), o cooperativismo representa a união entre pessoas tendo em vista solução de problemas econômicos através da solidariedade humana, fundamentada em valores da solidariedade, igualdade de direitos e deveres, bem como, compromisso e responsabilidade. Diante desses aspectos relevantes, busca-se nesse estudo analisar como ocorre o cooperativismo entre os produtores da feira em questão, e assim, entender como eles se organizam frente à feira, buscando identificar as práticas de cooperação

entre os trabalhadores (as), e por fim compreender se as práticas de solidariedade são expressas em conjunto aos princípios do cooperativismo.

Será apresentado um breve histórico dos EES da região do Cariri e, sobretudo de Barbalha, CE, assim como, uma leitura conceitual sobre cooperativismo, economia solidária e Psicologia Social, por fim será feito a apresentação e discussão da análise do conteúdo das entrevistas realizada. A escolha do referido município, ocorreu em função da visibilidade obtida em um projeto de Incubação Tecnológica em Economia Solidária (ITEPS), documentada em uma publicação de livro, na qual proporcionou a pesquisadora uma inserção no campo e assim o interesse em explorar a temática supracitada.

Portanto, a pesquisa visa contribuir e ampliar o conhecimento científico a respeito de práticas de trabalho na temática Economia Solidária e cooperativismo em um espaço de feira no município de Barbalha, CE, utilizando a leitura da Psicologia Social como embasamento teórico, proporcionando assim um diálogo possível entre pesquisadores e afins da área, para o desenvolvimento de possíveis pesquisas e projetos de intervenções.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICA E SOLIDÁRIA NA REGIÃO DO CARIRI

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), o conceito de agroecologia há uma confusão com o uso do termo que acaba por prejudicar o entendimento desta como ciência que busca bases para construção de uma agricultura sustentável e de estratégias para o desenvolvimento rural. Os autores trazem uma questão central que é uma agricultura que foge do modelo convencional, sendo menos agressiva ao meio ambiente, implicados na proteção dos recursos naturais e assim elucidam que:

Em diversos países, passaram a surgir estas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, segundo as correntes a que estão aderidas (CAPORAL;COSTABEBER, 2004, p. 7).

Assim percebe-se que esse modelo de agricultura alternativa, pode permear em diversos moldes e dialogar com princípios inclusive econômicos solidários no qual veremos adiante. Segundo Antunes (2003 *apud* SILVA, 2006), as mudanças ocorridas no cenário social de movimentos, tais como o Movimento dos sem terra – MST; Organizações Não-Governamentais, empreendimentos solidários, entre outros, provocaram o crescimento do associativismo e cooperativismo como novas formas de organizações do trabalho, ganhando visibilidade no cenário econômico, social e ambiental a partir dos anos 90.

Prosseguindo para o entendimento do fomento a uma Rede de Feiras agroecológica e solidária, em Crato, Juazeiro e Barbalha, percebe-se que estas foram constituídas de maneiras distintas uma das outras, tendo suas origens e funcionamento em períodos diferentes, nas quais serão sequencialmente detalhadas.

A Feira Agroecológica do Crato-CE foi fomentada em torno do ano de 2003, nesta encontra-se vários produtos, além de diversas realidades de camponeses com heterogeneidade quanto à luta pela terra, à preservação de sementes crioulas, de suas diversas práticas agroecológicas e das tecnologias sociais de convivência com semiárido. É conhecida também como *Feirinha da ACB* por ser apoiado pela Associação Cristã de Base (ACB), e até a atualidade torou-se referência na cidade (NUNES; LUZ; SOUSA, 2016).

Conforme os autores supracitados, a Feira Agroecológica chamada *A Mãe Natureza*, em Juazeiro do Norte, surgiu desde 2008. Segundo os feirantes, os participantes mais jovens não experienciaram a luta política pela terra e não tiveram apoio dos movimentos sociais para criar a feira, mas sim dos órgãos governamentais: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará- EMATERCE e Prefeitura de Juazeiro do Norte.

Segundo a página oficial do Diário do Nordeste, hoje são mais de 20 feirantes na porta da instituição de diversas cidades da região e por meio do projeto Petrobras, gerou-se três feiras pela ACB, nas cidades de Santana do Cariri, Nova Olinda e Milagres. A ACB, atualmente conduz duas feiras de Juazeiro do Norte, localizada no Cariri Garden Shopping, toda quarta pela manhã e outra em Caririaçu, mobilizando agricultores (as) para ampliar a venda de produtos orgânicos.

A feira agroecológica e solidária em Barbalha, no qual se refere esse estudo, conforme Nunes, Luz e Sousa (2016), fixa-se no ano de 2011 e foi fomentada pelo Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Barbalha e em seu início contou com o apoio do escritório local da EMATERCE. Esta feira visibiliza como principal objetivo, o incentivo a prática da economia solidária, promovendo a integração entre os feirantes e a população local, incentivando o consumo de produtos da agricultura familiar com princípios do comércio justo e solidário.

O grupo foi se fortalecendo e nomeou-se de GESTRAF- Grupo da Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar, contando atualmente com 16 agricultores. O espaço geralmente traz atrações culturais no momento de comercialização e realizam semanalmente atividades formativas para aprendizagem e organização da feira.

3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

A economia solidária conforme um caráter mais revolucionário percorre uma relação totalmente vinculada ao cooperativismo, posto que, oferece uma alternativa ao modelo socioeconômico capitalista segregado e apresenta assim, proposta de desenvolvimento solidário, humano e socialmente justo voltado para comunidade. Sendo um processo de estímulo a novas forças produtivas e de relações de produção, visibilizando um crescimento econômico sustentável, que preserve a natureza de inclusão da população marginalizada da produção social (SINGER, 2002).

Ainda sobre esse contexto, o enfrentamento ao problema da exclusão em nível de políticas públicas favoreceu o surgimento de alternativas diferentes de organização do trabalho, no qual a economia solidária também faz parte, pois são formas mais justas de produzir e distribuir bens e serviços materiais e imateriais (VERONESE; GUARESCHI, 2005).

Conforme França Filho (2001) a problematização de novas práticas organizativas a partir da reflexão entre democracia e economia, é de suma importância e sobre essa questão o autor retrata o surgimento do termo economia solidária:

[...] fora forjado no início dos anos 90, através dos trabalhos de Jean Louis Laville e Bernard Eme, na França. Através deste termo, estes autores visavam a dar conta da emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa (2001, p. 248).

De acordo com a base conceitual apresentada pelo MTE (2007), a economia solidária se configura como uma resposta às transformações atuais configurações do mundo de trabalho. Caracterizadas como organizações econômicas coletivas, sob a forma de autogestão, que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio, consumo solidário e organizações solidárias- empresas de autogestão, associações, cooperativas e grupos informais de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais e familiares, que realizam em

comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos.

Estes Empreendimentos Econômicos Solidários- EES surgem como meio dos trabalhadores alcançarem renda e inclusão no mundo de trabalho. Proporcionando um caminho de resgate e construção da autonomia, bem como de ajuda mútua entre os participantes (BARATIERI; BEATRIZ, 2013).

O perfil ideológico de solidariedade cabe nesse diálogo, pois, reflete na maneira como os trabalhadores expressam valores e princípios de igualdade, participação e democracia. Sendo assim, este perfil cooperativo caracteriza uma organização de um modelo de autogestão que é totalmente contrário ao modelo tradicional de valores hierarquizados e autoritários que Freire (1982, p. 40 apud CANÇADO, PEREIRA, p. 19, 2018) chamou de cultura do silêncio, que representa o indivíduo mudo, de ser e participar ativamente na transformação da própria realidade devido à relação de hierarquia.

2.3 PSICOLOGIA SOCIAL E ECOSOL

Segundo Freitas (2013), ao longo dos anos a atuação profissional do psicólogo passou por várias mudanças, dentre essas, o processo de deselitização profissional. O psicólogo passou a inserir-se em locais junto à população, sobretudo com os setores menos favorecidos, ampliando a atuação e incorporando uma significação política, educacional e de compromisso social. O compromisso dos psicólogos junto aos movimentos populares possibilitou o início da prática em comunidades, contribuindo com uma sociedade mais justa sendo este um dos marcos na história da psicologia.

De acordo com Santos *et al.* (2016), a psicologia social busca compreender o caráter social e histórico pensando o indivíduo e a sociedade em conjunto e não dicotômico. Desta forma, este indivíduo é antes de tudo membro de um grupo social, mas que possui seu caráter singular. O foco no caráter social requer um olhar voltado para a análise das necessidades das relações humanas e a abordagem psicossocial que é importante para entender os processos sociais, cooperativos e de solidariedade que permeiam os empreendimentos solidários.

Andrade e Leite (2013), afirmam que a psicologia social busca o desenvolvimento da sociedade por meio do protagonismo social no qual cada indivíduo é um sujeito responsável pela sociedade que está inserido, além disso, a psicologia social também estuda quais as influências e os processos cognitivos permeados na interação sujeito-sociedade.

Em consonância com os autores supracitados, Martin-Baró (1996) já havia originado um debate sobre o papel crítico da psicologia e do *quefazer* psicológico, expondo sua preocupação quanto aos efeitos que atividades da psicologia poderiam gerar em algumas sociedades. Levando adiante a discussão sobre a importância de uma atuação pautada nos fatores e contextos sociais, bem como do desenvolvimento de uma consciência refletida, conforme o autor explica:

A consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas, sobretudo, aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social (MARTIN-BARÓ, 1996, p.14).

Deste modo conforme a psicologia leva em consideração a consciência crítica humana, atendendo ao saber sobre si e ao saber sobre sua realidade-mundo, será assim capaz de gerar um saber reflexivo, inserido nas práxis cotidiano (MARTIN-BARÓ, 1996).

Sobre o trabalho cooperativo, este denota dos grupos muito mais do que apenas uma reunião de assembleias para organizações, exige comprometimento através de diálogos, troca de experiências e

relacionamentos interpessoais. Nesse sentido o trabalho da psicologia junto aos grupos dos feirantes conforme Favero e Eidelwein (2004) mostram-se relevante para formação destes, pois trabalha questões culturais e sociais que foram construídas historicamente por meio do modelo capitalista. Desse modo, a intervenção psicológica visa que além da escuta, é necessário criar espaços que problematize essa realidade, a fim de possibilitar diálogos sobre a gestão e participação nesses espaços econômico-solidários.

O campo da economia solidária mediante o estudo da psicologia vai buscar elementos para analisar criticamente a relação que os sujeitos estabelecem com o seu trabalho, bem como, contribuir no desenvolvimento da autonomia e solidariedade dos trabalhadores (as), para que estes possam experimentar novos significados em relação a sua identidade profissional (SANTOS, OLIVEIRA, 2015).

Em concordância com os autores citados, Veronese e Guarechi (2005) ressaltam que o profissional da psicologia que se insere em redes de empreendimentos solidários, pode proporcionar formas de educação críticas, colaborando com questionamentos sobre sua realidade a fim de proporcionar uma transformação reflexiva desse sujeito e, também, fornecer um suporte no trabalho em relação ao fortalecimento do grupo.

Portanto, ter um olhar voltado para o desenvolvimento comunitário, buscando entender como a comunidade se organiza, é um papel fundamental para psicologia que segundo Góis (2008), está para além de um diagnóstico local, perpassar uma leitura crítica e reflexiva na dimensão ecológica e etnográfica desse lugar. E que, portanto, é necessário estar atento a esses princípios norteadores dentro desses espaços em empreendimentos econômicos solidários.

3 METODOLOGIA

O presente estudo refere-se a uma pesquisa com abordagem qualitativa. O tipo de pesquisa escolhida para a realização deste trabalho foi o descritivo, que segundo o autor Triviños (1987), nesse estudo pretende-se descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Realizou-se o levantamento bibliográfico prévio do Grupo da Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar (GESTRAF) em Barbalha-CE e o contrato com o grupo antes do desenvolvimento da pesquisa. O estudo ocorreu na feira nos meses de outubro a novembro de 2018.

Foi realizada a coleta de dados por meio da realização de uma entrevista semiestruturada com uma amostra de quatro feirantes, no qual vislumbrou contemplar as práticas de cooperativismo expressas nessa feira. A entrevista foi gravada com consentimento dos participantes para assim realizar a transcrição e análise dos dados.

Para a ampliação do diálogo sobre a pesquisa foi embasado o referencial da Psicologia Social que, conforme Veronese (2003), nesses espaços de trabalho cooperativos-solidário, há possibilidades de desenvolver educação conjunta e crítica, e a psicologia pode contribuir nesse contexto com o questionamento dessa realidade social no qual os trabalhadores (as) estão inseridos, a fim de fornecer suporte de trabalho visando fortalecimento do vínculo grupal e das relações interpessoais.

A pesquisa foi realizada no próprio local de comercialização da feira em Barbalha Ceará, nos dias de sexta-feira pela manhã, horário que possui menos fluxo de consumidores. Os critérios de participação da amostra foram quatro produtores da feira que se disponibilizassem a responderem as perguntas, tendo idade mínima de 18 anos e sendo de ambos os sexos.

Levou em torno de 20 minutos para cada entrevista, apresentando assim baixo risco para os participantes envolvidos, sendo preservada a identidade destes, mediante um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) que informou o propósito da pesquisa, riscos e benefícios. Foi utilizado um gravador e todas as informações foram registradas com o consentimento de cada produtor (a), preservando assim o sigilo e respeito da identidade. Os resultados para análise dos dados foram

arquivados em um computador de posse da pesquisadora, portando senha de segurança, sendo de acesso apenas pela orientadora e pesquisadora.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da transcrição dos áudios na íntegra, realizou-se primeiro a divisão dos conteúdos coletados por semelhança, e após isso, a categorização dos dados. Depois desse processo sucederam as análises e discussões sobre os conteúdos coletados. Para a discussão dos resultados, foram desenvolvidas quatro categorias que abrangem a discussão em torno dos objetivos do trabalho. Contendo, assim, as falas dos entrevistados, os quais são identificados pela sigla P de participante, seguido do número do entrevistado e seu sexo representado pela letra F-feminino ou M-masculino. As categorias são divididas em: 01- Trocas Solidárias; 02- Feira Itinerante, 03- Reunião de Formações; 04- Relação entre os feirantes.

134

4.1 TROCAS SOLIDÁRIAS

Um diferencial apresentado como prática cooperativista nesse empreendimento solidário foram as trocas solidárias, estas sempre ocorrem entre os produtores em todo o final da feira e foi relatada por todos os participantes. É interessante se atentar ao fato histórico das práticas de trocas de mercadorias ou do chamado *escambo*, que foram as primeiras formas de comercialização entre as pessoas, no qual se trocava materiais ou serviços não pautados na transação financeira, negociando diretamente, ou seja, entre relações (CONDE, 2014).

Dessa forma, as trocas solidárias perduraram ao longo do desenvolvimento da história de várias maneiras, sendo percebida uma inovação representada em diversas práticas, tais como os clubes de trocas, que dentre outros países, na França é conhecida como *As Sels* (Systèmes d'Echanges Local), é como são chamados os clubes de trocas nesse lugar, no qual pessoas festejam a possibilidade de interagir não só com mercadorias, mas com suas histórias também (SINGER, 2002).

Nesse sentido, entendendo algumas primícias sobre o contexto de como se derivou as trocas entre as pessoas, consta-se no campo da feira que esta relação de trocas solidárias ocupa um lugar de muita relevância como é possível observar nas sequências discursivas abaixo a representação dessa prática entre os feirantes:

Realizamos sempre as trocas dos nossos produtos no final da feira, mesmo quando não conseguimos vender. (P01M).

Nós vende, nós troca, nós damo, vivemos em irmandade aqui. (P02F).

No fim da feira sai cada um para suas casas, mas antes a gente troca os produtos que ficam. (P03F).

Trabalhamos na solidariedade, com a troca de produtos entre nós feirantes. É tão espontâneo que não tem explicação, quando você vê as pessoas se levantando de sua banca e dizendo: Vamos começar a troca? Você quer trocar o que? É uma coisa diferente que cativa a gente. Tanto troca de produtos como de experiências. (P04M).

Observa-se nos discursos acima, como os entrevistados enfatizam a importância da busca por inclusão através das trocas solidárias, mesmo quando não é vendido aquele produto que fora preparado para fins econômicos. Assim, entende-se que este fator denota uma mobilização grupal, que gera uma sensibilização entre eles no ato da troca. O que permite uma inclusão de todos participantes, que condiz

com o que autor Góis (2008) dialoga sobre o ato de apropriar-se do mundo fazendo parte da realidade transformadora, no qual os indivíduos priorizam a interação, a comunicação e o diálogo grupal, se fazendo socialmente mais livres e conscientes.

4.2 FEIRA ITINERATE

Sobre essa categoria de feira itinerante, percebe-se que essa prática de turismo rural em comunidades diferentes permite uma exploração territorial no próprio município, envolvendo sempre elementos culturais e educativos em sua composição, além de fomentar o incentivo do desenvolvimento da própria comunidade visitada para apresentar seus talentos locais, sejam esses decorrentes da agricultura familiar, produção de artesanatos ou apresentação artística.

Em relação ao Turismo Rural, os autores Graziano, Vilarino e Dale (2006), argumentam ainda, que essa prática possui um papel importante na gestão do território rural, uma vez que instiga e aproveita o desenvolvimento do potencial interno local e, além disso, representa uma resposta frente ao crescimento da urbanização, reivindicando um fenômeno de conscientização sobre a ecologia.

Esse tópico revela nos discursos dos entrevistados uma troca de conhecimento, afeto e envolvimento com as comunidades visitadas em favor do bem comum, valorizando assim a cultura popular local e os aspectos sustentáveis conforme infere-se na fala dos entrevistados:

Através do turismo rural, conhecemos outras comunidades e fazemos novas amizades durante esses intercâmbios, atraindo mais pessoas para a feira. Não venho só no intuito de ganhar, mas de aprender também com as oficinas, as palestras que é muito importante. (P01M).

Organizamos a feira itinerante nas outras comunidades e é muito alegre esse momento. (P02F).

Gosto muito da feira itinerante, pois começamos assim nas comunidades e até hoje não paramos, mesmo depois do ponto. (P03F).

A feira itinerante é uma mobilização nas comunidades e descobertas de novos talentos, novas metodologias de trabalho e produtos daquela comunidade, incentivando o lado artístico, cultural, produtivo aonde a gente vai levando a feira. É uma troca de experiências, de carinho, é uma semente que está sendo bem regada no dia a dia. (P04M).

Essa prática comunitária que é ofertada em parceria da feira de economia solidária juntos aos moradores dessas comunidades, corrobora com o que o autor Góis (2008) nomeia e explica sobre desenvolvimento comunitário, que se refere ao potencial comunitário que este local possui, tendo em vista a cultura local, experiências acumuladas, integração e relação de cooperação e participação entre o que o autor chama de agentes externos e agentes internos da comunidade.

Logo, o desenvolvimento comunitário pode ser entendido também como o crescimento do sujeito que se vê cada vez mais consciente de suas responsabilidades enquanto indivíduo, se implicando em seu projeto de vida, que por muitas vezes está limitado por relações de dominação. E que, portanto, cabe ao psicólogo criar condições que potenciem ações favoráveis para instigar a consciência críticas dessa comunidade (GÓIS, 2008).

4.3 REUNIÃO DE FORMAÇÕES

Nesta categoria foram elencadas as falas a respeito das atividades de capacitação do percurso formativo, atividade essa que ocorre toda semana dois dias antes da comercialização da feira, e também é chamado de reuniões ou capacitações continuadas do grupo de economia solidária. Sobre esse ponto, foi possível notar um elemento relevante que se sobressaiu em relação a importância que esta ação representa, conforme observamos nos discursos:

A falta nas reuniões de planejamento dificulta quando ocorre a feira, pois lá também resolvemos problemas, os bons e os ruins também pra melhorar a cada dia, eu aprendo muito. (P01M).

Eu sempre participo das reunião, é muito importante, eu num quero perder uma. (P02F).

As capacitações continuadas ocorrem toda quarta-feira e já trabalhamos várias temáticas durante esse tempo, e é organizada não só internamente entre nós, mas também com as instituições parceiras que vem ao longo desse espaço formativo dando sua contribuição. (P04M).

Conforme o entrevistado P04M, nota-se que as formações representam um caráter educativo, pois valoriza discutir problemáticas a respeito da organização do próprio grupo, bem como trocar experiências com outros saberes externos e internos ao grupo. Porém percebe-se que um entrevistado não citou sobre as atividades formativas durante a entrevista.

Concomitante observa-se que essa prática assemelha-se aos processos de Educação Cooperativista que Cançado e Pereira (2018) citam, explanando que este é um meio que forma o caráter ético e comprometido dos associados, pois assim como no caráter agroecológico e solidário da feira, ocorre também os princípios de solidariedade e cooperação nesta.

Freire (2014) também discute sobre esse tipo de atividade de formações educativas entre os saberes populares, que condiz com o que o autor explica sobre educação popular, sendo um método que valoriza os saberes dos povos e sua realidade cultural, no qual essas relações gera-se um novo aprendizado, tendo como base a consciência. Para que o indivíduo se organize e reivindique suas necessidades básicas e melhore sua condição de vida é necessário que haja um processo de conscientização a partir de uma práxis educativa de libertação.

Portanto a consciência são influenciadas e construídas a partir das experiências e do contato com a sua realidade, esse processo de internalização dos significados e dos signos ligados a cultura antes, perpassa pela dimensão afetiva e linguística do pensamento, o que torna a interação do sujeito com o mundo mais dinâmica, por isso que a consciência surge a partir da construção histórico-cultural, permitindo ao sujeito sentir numa dimensão mais ampla, determinar algo, se comunicar, se reconhecer como indivíduo e se diferenciar dos outros (GÓIS, 2008).

4.4 RELAÇÃO ENTRE OS FEIRANTES

Os espaços de feiras livres possibilitam um lugar de estabelecimento de vínculos e de formação de identidade grupal, que segundo Capitão e Heloani (2007) ao vincular-se a um grupo, o sujeito está num contínuo movimento relacional de ganhos e perdas identitárias. Nos discursos abaixo, nota-se a conotação que estes possuem em relação ao espaço de trabalho, bem como da significação para com os seus colegas:

Minha vivencia com os feirantes é boa, agradável, harmoniosa entre nós, já conheço a maioria e quando preciso sair, os outros feirantes tomam de conta e vendem meus produtos. (P01M).

Eu gosto de estar lá, a tristeza que o caba tá, o outro já sente também, já são muitos anos de convivência. Quando eu saio eu digo logo: tomem de conta aí que eu chego já, e os outros feirantes tomam de conta e se eu não for, se eu ligar que não vou, eles ajeitam e eu só recebo. Se um sai, a gente faz a mesma coisa. (P02F).

Nas falas dos entrevistados P01M, P02F e P04M, se sobressaem à relação de ajuda mútua e solidariedade referente a comercialização dos produtos entre os feirantes, quando alguém precisa se ausentar ou faltar outro feirante assume o lugar de comerciante, demonstrando assim a confiança que existe dentro dessas relações. Desse modo os autores Veronese e Guarechi (2005) contribuem na colocação a respeito da dimensão social em economia solidária, afirmando que esta dimensão está implicada nos sinais de cooperação e solidariedade que no sistema capitalista não é possível visualizar.

Percebe-se assim, que esta forma de funcionamento dentro do grupo, demonstra uma finalidade que está para além de ganhos financeiros, pautando-se nos princípios da solidariedade que conforme Azambuja (2009) difere-se da simples cooperação, pois na solidariedade há uma profundidade no que é coletivo, levando em consideração os interesses do grupo, que é o caso quando estes precisam se ausentar do local.

É, portanto no contexto grupal que ocorre o processo de identificação com o outro e é neste também que ocorre o processo de diferenciação do outro, ou seja, a partir dessa dinâmica é construída a identidade do indivíduo, podendo o grupo ser uma condição para transformações e manutenção na vida desse sujeito (LANE, 2006). É nítido identificar a dimensão afetiva na fala dos entrevistados P03F e P04M, que consideram o grupo como uma família:

É uma família só, quando está na feira, ninguém tem diferença com ninguém, é muito aconchego. (P03F).

É uma harmonia sem tamanho, é outra família que a gente adquire a partir do momento que conhece. Quando um companheiro precisa se ausentar todo mundo se ajuda na questão de comercialização. (P04M).

Logo, nessa categoria identifica-se a dimensão afetiva e subjetiva que permeia o trabalho destes feirantes, bem representada por Sawaia (2011) e inspirada em Espinosa, quando estes discutem a cerca do trabalho com a afetividade que significa sobretudo uma superação da servidão e do fortalecer das pessoas contra o autoritarismo, para libertar da escravidão, fortalecendo o *conatus* (dimensão de princípio físico dinâmico do universo).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das entrevistas semiestruturadas e as reflexões em torno deste cenário permitiu à pesquisadora imergir um pouco mais nas atividades desse grupo a fim de compreender com maior precisão o contexto que os produtores estão inseridos, bem como, possibilitou responder a pergunta central em como é expresso o cooperativismo dentro da feira agroecológica e solidária.

Consta-se que dentre algumas atividades realizadas em comum, notou-se a prevalência de práticas cooperativistas tais como: as trocas solidárias dos produtos entre os agricultores (as) todo final de feira; a realização das feiras itinerantes, com intuito de promover o turismo rural nas comunidades rurais do município; as atividades de formação continuada que ocorre regularmente antes da feira e por

último foi possível perceber a solidariedade expressa entre os feirantes quando estes se referem a ter que se ausentar por alguns minutos ou o dia todo do seu local de comercialização, percebendo também neste ponto o valor que os produtores atribuem ao grupo, como sua família.

Cabe nessa ocasião discutir sobre uma prática cooperativista que fora observada pela pesquisadora em campo, porém não surgiu durante as entrevistas, que foi o caso do Fundo Rotativo, que é uma ação comum aos feirantes realizarem, depositando um valor acordado entre todos para custear manutenções internas do próprio grupo. Sobre esse ponto, embora não tenha sido mencionado, pode-se indagar sobre qual o real sentido dessa prática para o grupo já que é algo que ocorre semanalmente ou mensal e abre-se, portanto para um questionamento que é: “Qual a representação do Fundo Rotativo para o grupo de economia solidária?”, para isso, seria necessária uma pesquisa mais direcionada para entender os fatores implícitos em torno dessa temática que envolve um valor financeiro em sua estrutura.

Pesquisar sobre o tema cooperativismo em economia solidária dentro de empreendimento agroecológico e solidário permitiu refletir sobre a relevância que esse assunto possui na sociedade contemporânea, tendo o espaço da feira como referencial, no qual é válido perceber claras diferenças entre essa e outras formas de configurações de feiras livres. As relações grupais nesse campo favorecem um trabalho cooperativista pautado no desenvolvimento da autonomia e dos princípios da igualdade de direitos e deveres entre todos.

Além disso, foi nítido perceber um campo de atuação rico para o conhecimento acadêmico e trocas de experiências, sobretudo para a área da psicologia social que ao longo de seu desenvolvimento tem expandido discussões sobre saúde do trabalhador, relações com o trabalho, bem como atuando com temas pertinentes nesses espaços econômicos-solidários, logo, a prática da psicologia social nesses locais expande-se para uma promoção de saúde no tocante ao reconhecimento do processo de uma consciência mais crítica e implicada com sua realidade, visto que a proposta dessa forma de solidariedade perpassa o modo de vida e produção de cada produtor.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, B. S.; LEITE, M. L. S.; Gestão Social, Interdisciplinaridade e Psicologia Social. **Revista NAU Social**, v.4, n.6, p. 152-168, 2013.
- AZAMBUJA, L.R. Os valores da Economia solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, n.21, p.282-317,2009.
- BARATIERI, I. L. R.; BEATRIZ, M. Z. Campo de atuação do(a) psicólogo(a) no movimento da Economia Solidária no Brasil. **Caderno de psicologia social do trabalho**, São Paulo, vol.16, n.1, p. 71-86, 2013.
- CAMPOS, H. F. (Org.), **Psicologia socialcomunitária: da solidariedade à autonomia**. Ed. 17. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 54-80, 2006.
- CANÇADO, A. C; PEREIRA, J. R. **Gestão Social de Cooperativas**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.
- CAPITÃO, C. G; HELOANI, J. R.A identidade como grupo, o grupo como identidade. **Aletheia**, n.26, p.50-61, 2007.
- CAPORAL, F. R.; COSTABELER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília, 2004. ISBN 978-65-990525-0-7

CONDE, D. R.; MAFRA, F. L. N; CAPPELLE, M. C. A. Escambo. Revista interdisciplinar de gestão social, Bahia, v.3 n.1, p. 123-140, 2014.

DIÁRIO DO NORDESTE. **No Cariri, feiras agroecológicas se multiplicam. Juazeiro do Norte.** Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdemares.com.br/cadernos/regional/no-cariri-feiras-agroecologicas-se-multiplicam-1.1871699>> Acesso em: agosto de 2018.

FAVERO, E; EIDELWEIN, K. Psicologia e Cooperativismo Solidário: Possíveis (Des) Encontros. In: **Psicologia & Sociedade**; v.16, n. 3, p. 35-40; set/dez.2004.

FRANÇA FILHO, G. C. A Problemática da Economia Solidária: Uma Perspectiva Internacional. **Sociedade do Estado**. Brasília. vol.16 n.1-2, p. 245-275, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, M. F. Q. **Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária** - Práticas da Psicologia em Comunidade nas Décadas de 60 a 90, no Brasil, 1998

GOÍS, C. W. L. **Saúde comunitária pensar e fazer**. ed.1. São Paulo: HUCITEC, 2008.

GRAZIANO, J.;VILARINHO, C.;DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: Suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**. Bahia, v. 11, n. 28, p. 113-155, 2006.

LANE, S. T. M. História e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. CAMPOS (Org.), **Psicologia socialcomunitária: da solidariedade à autonomia**. Ed. 17. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 15-28, 2006.

MARTIN-BARO, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de psicologia**. Natal, v.2, n.1, p.7-27, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO- MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Grupo de trabalho de Formação em Economia Solidária. **Relatório Final da II Oficina Nacional de Formação/Educação em EconomiaSolidária**. Brasília: 2007.

NUNES, R. S.; LUZ, S. O.; SOUSA, R. F.; O processo de criação de rede de feiras agroecológicas e solidárias do Cariri: Da concepção a prática. In: TAVARES, A. G.; et al. (Orgs.) **Incubação em Economia Solidária**: Contextos, desafios e perspectivas. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2016. P. 33-48.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. M. **A importância do cooperativismo**. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, Universidade Vale do Paraíba–São Paulo, 2006.

SANTOS, C. S. *et al.* Psicologia & economia solidária: Possíveis intervenções. **Diálogo**, n. 31, p. 47-57, 2016.

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA DA UNILEÃO

SANTOS, J. C; DE OLIVEIRA, B. A. M. Possibilidades para a Psicologia na economia solidária: atuação numa ITCP. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 18, 2015.

SAWAIA, B. B. Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Ed. 11, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

SILVA, A. V. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.1, n.1, p. 1-7, 2006.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERONESE, M. V.; GUARECHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia Social Crítica: *In*: **Psicologia & Sociedade**; 17 (2): 58-69, 2005.

VERONESE, M. V. **Na direção de uma psicologia social crítica do trabalho**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, p.1-33, 2003.